

**Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril**

**MESTRADO EM TURISMO E COMUNICAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

**O Turismo e o Terrorismo: entre definições e  
consequências**

Francisco Batista Vicente Romão Caixinha

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Turismo e Comunicação**

**Lisboa,  
18 de junho de 2019**



**Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril**

**MESTRADO EM TURISMO E COMUNICAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

# **O Turismo e o Terrorismo: entre definições e consequências**

**Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do  
Estoril para a obtenção do grau de mestre em Turismo e Comunicação**

Francisco Batista Vicente Romão Caixinha

**Orientadora: Professora Doutora Cândida Cadavez**

Lisboa,  
18 de junho de 2019

## Agradecimentos

Um trabalho “não se faz sozinho” e também não se faz sozinho.

Como tal, gostaria de deixar aqui presente o imenso carinho e apoio que me foi demonstrado pelas pessoas infracitadas. Deixo então um forte agradecimento:

À minha mãe, Rosália Caixinha, que nunca deixou de me apoiar nas boas e más decisões da minha vida e do meu percurso académico. Esta mulher sempre foi o melhor exemplo de resiliência que tenho.

À minha professora, e orientadora da dissertação, professora doutora Cândida Cadavez que nunca deixou que eu ficasse pelo caminho do facilitismo e me encorajou a ser melhor em cada capítulo que escrevesse. Sem ela, esta dissertação não tinha sido possível.

À professora Bárbara Esteves, amiga e colega de trabalho da minha mãe, que teve a amabilidade de fazer uma revisão ao meu trabalho, mesmo se encontrando numa situação delicada de saúde.

Aos autores que trilharam caminhos para eu poder seguir. Sem eles, esta dissertação também não teria sido possível. É necessário frisar aqui o quão importante é o trabalho de todos os que deixam a sua obra escrita para outros estudarem.

Aos meus amigos mais próximos que acompanharam de perto os meus devaneios de meia-noite, largamente influenciados por copiosas doses de cafeína. Os meus amigos sempre tiveram a disposição para me distrair destes assuntos ou até mesmo para fazer sessões de *brainstorming*, as quais foram benéficas tanto para a minha dissertação, como para a deles.

Por fim, e não menos importante, um agradecimento especial às instituições que me acolheram desde que saí do secundário – a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

## **Metodologia**

O método de investigação escolhido foi uma revisão crítica de literatura diversa, incluindo livros e artigos em suporte físico, mas também em formato digital. Posteriormente, procedeu-se a um processo de seleção dos materiais que seriam pertinentes tendo em conta o escopo do trabalho a realizar, resultando na lista de referências presente no fim desta dissertação. Adicionalmente, foi feita a análise de dados estatísticos presentes em alguns artigos e outras fontes de forma a permitir um cruzamento de dados eficaz, para evitar que surjam informações muito díspares.

O formato da dissertação pretende fornecer uma leitura simples e clara. Assim sendo, será possível verificar que cada capítulo tem a sua própria introdução simples, seguida de um desenvolvimento do capítulo e uma secção de considerações finais. Este formato tem como principal objetivo que cada capítulo seja como um pequeno artigo, deste modo reduzindo a probabilidade de o texto se dispersar em demasia.

Por fim, a dissertação no seu todo é composta pelo resumo, pela metodologia, pela revisão da literatura, pela introdução, por três capítulos, pelas considerações finais, pelas referências e pelas páginas de anexos presentes no final da dissertação.

## **Revisão da literatura**

Conforme foi explicado na metodologia, esta dissertação teve como forma de investigação uma revisão da literatura. O processo de seleção resultou na lista de autores e obras que se pode consultar no final deste trabalho.

Dentro do escopo da dissertação, podemos dividir as obras e os autores em dois grandes grupos: turismo e terrorismo/contraterrorismo. No que diz respeito à área de estudo do turismo, devemos considerar a relevância de autores como Licínio Cunha e António Abrantes que trabalharam de forma extensiva conceitos como turismo, turista ou viajante, entre outros ligados a esta área. O seu contributo é importante pois facilita consideravelmente a investigação nesta matéria. É necessário também fazer referência a instituições de turismo como a OMT e a WTTC, as quais fornecem *online* diverso conteúdo que pode ser utilizado para propósitos de investigação, bem como o seu próprio contributo para definir conceitos como o de turismo, entre outros. Adicionalmente, Victor Figueira e Reinaldo Dias surgem como autores relevantes pelo seu trabalho em mostrar as consequências sociais positivas e negativas do turismo, um argumento deveras importante, uma vez que é fácil cair no erro de julgar o turismo apenas como motor económico, ignorando a sua dimensão sociocultural, tanto positivo como negativo. No âmbito do impacto social do turismo, é importante referir o potencial que esta atividade tem para ligar as comunidades e ajudar a construir relações pacíficas entre as pessoas, tendo em consideração aspetos da teoria de Johan Galtung, autor que merece ser destacado pelo seu trabalho de investigação na área dos conflitos e da paz, tendo desenvolvido teorias que podem servir de base para uma melhor consideração pela forma como se gere o turismo.

No que diz respeito ao tema do terrorismo ou contraterrorismo, a lista de autores influentes é igualmente longa, seria difícil mencionar todos, porém, tendo em conta este trabalho, podemos mencionar Alex Schmid, David Rapoport, Edwin Bakker, Derman Küçükaltan, Filipa Soares, Miguel Monjardino e José Pedro Teixeira Fernandes.

Considerando os autores supracitados, foram escolhidas obras que se mostrassem relevantes para o trabalho, no caso de Schmid a sua compilação de centenas de definições de terrorismo em doze pontos comuns provou ser um excelente ponto de partida para a definição de terrorismo, assim como a sua afirmação de que era impossível chegar a uma única definição.

Rapoport escreveu, em 2002, *The Four Waves of Rebel Terror and September 11*, um artigo interessante onde propõe que o terrorismo se pode dividir em quatro grandes vagas, o que permitiu compreender melhor a história do terrorismo e a forma como se tem alterado. Bakker, além do seu contributo escrito na área do contraterrorismo, ministra o curso *online* de Terrorismo e Contraterrorismo: a teoria e a prática, frequentado pelo autor deste trabalho. Ao longo desse curso Bakker guia os instruendos um pouco pela história do terrorismo e pelo trabalho que tem sido feito para compreender a combater esse fenómeno. Küçükaltan é um dos autores mais relevantes neste trabalho por colocar o turismo e o terrorismo na obra *Tourism and Terrorism: An Experience of Turkey and the World*, mostrando a realidade da Turquia e a forma como os turcos lidam com o terrorismo do ponto de vista da preservação do turismo. Filipa Soares na sua obra *A radicalização salafista-jihadista em solo europeu*, publicada em 2017, aborda algumas definições de terrorismo, a forma como o processo de radicalização ocorre e o que pode/está a ser feito para o contrariar. Monjardino surge como um autor importante do ponto de vista da sua área de estudo: a segurança, particularmente no que diz respeito às suas análises de alguns atentados, particularmente no artigo de 2016 que surge no jornal *Expresso* “*Terroristas viram-se para quatro novos “principais alvos”: a análise de Miguel Monjardino*”. José Pedro Teixeira Fernandes pode ser considerado, à luz deste trabalho, um autor deveras influente, particularmente considerando a sua obra *O Regresso da Geopolítica*, publicada em 2017, bem como os seus comentários e análise nos artigos que escreve para o jornal *Público*. Não se pode considerar que os atentados acontecem isolados de outros fatores e existe muita geopolítica associada ao terrorismo, como tal a sua obra é importante para o escopo deste trabalho. Estes são alguns exemplos de autores que influenciaram a forma como esta dissertação foi escrita, não esquecendo que cada um dos indivíduos supracitados é uma forma de conhecer outros especialistas extremamente relevantes.

## **Resumo**

Turismo e terrorismo são dois termos que raramente aparecem associados um ao outro. No entanto, com o crescimento da importância do turismo a nível global, diversas organizações terroristas começaram a olhar para esta área como potencial alvo, uma vez que o turismo engloba muitos mercados e é um ponto de contacto entre vários agentes a nível mundial, assim sendo a possibilidade de desestabilização torna-se bastante maior. É importante analisar e compreender de que forma estes atentados são levados a cabo, as suas origens mais abrangentes e as suas consequências imediatas ou a longo prazo no setor turístico.

O que é o turismo? O que é o terrorismo? Por que se procura atacar alvos turísticos? São perguntas às quais se tentará dar resposta neste trabalho.

Palavras-chave: Turismo; Terrorismo; Paz; Prevenção.

## **Abstract**

Tourism and terrorism seldom appear associated with each other. However, with tourism's ever-growing importance on a global scale, several terrorist organizations have set their aim at it. The fact that tourism brings together many areas of expertise and companies results in a much greater potential for creating chaos. It is important to analyse and understand the effects that these attacks have in tourism, in a short term and in a long term scenario.

This paper will seek to answer questions like what tourism is, what terrorism is and why terrorists target tourist venues.

Key words: Tourism; Terrorism; Peace; Prevention.

## **Glossário**

DAESH – Acrónimo que em árabe significa Estado Islâmico do Iraque e Levante. Pode ser considerado ofensivo devido a condições específicas da língua árabe.

EGC - Equipa de Gestão de Crises

ETA – País Basco Livre

EUA – Estados Unidos da América

FLN - Frente de Libertação Nacional

IRA – Exército Republicano Irlandês

ISIL – Estado Islâmico do Iraque e Levante

ISIS – Estado Islâmico do Iraque e Síria

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PLO – Organização para a Libertação da Palestina

OMT – Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas

WTTC - Comité Mundial de Viagem e Turismo

## Índice de Figuras

Fig.1. Esquema de Classificação dos viajantes	Pág.6
Fig.2. Importância do turismo doméstico	Pág.10
Fig.3. Contribuição do turismo para a economia mundial	Pág.11
Fig.4. Contribuição do turismo para o PIB e o emprego	Pág.12
Fig.5. Contribuição do turismo para o PIB em Portugal	Pág.13
Fig.6. Percentagem do PIB total correspondente a turismo	Pág.14
Fig.7. Possíveis alterações sociais positivas e negativas do turismo	Pág.17
Fig.8. Componentes da imagem de destino	Pág.20
Fig.9. Hierarquia das necessidades segundo Maslow	Pág.25
Fig.10. Tipologia da violência direta e estrutural	Pág.26
Fig.11. Rede conceitual da interrelação entre paz, conflito e turismo	Pág.29
Fig.12. Atentado com pelo menos uma fatalidade na Europa desde 1970	Pág.49
Fig.13. Mapa de atentados ocorridos na Europa desde 1970	Pág.50
Fig.14. Características do fundamentalismo islâmico	Pág.53
Fig.15. Tipologia dos lugares de radicalização	Pág.61
Fig.16. Percentagem do PIB total correspondente a turismo	Pág.77
Fig.17. Esquema de gestão de crises no meio empresarial segundo Küçükaltan	Pág.81
Fig.18. Estratégias de contra radicalização de estados-membro da EU	Pág.85

## Índice

Agradecimentos	i
Metodologia	ii
Revisão da Literatura	iii
Resumo	v
Glossário	vi
Índice de Figuras	Vii
Introdução	Pág.1
Capítulo I – Sobre o turismo	Pág.3
1.1 O Turismo e as suas origens	Pág.3
1.2 Turismo e alguns conceitos importantes	Pág.6
1.3 O turismo e o seu papel no mundo	Pág.9
1.4 O turismo e a sua relação com a paz	Pág.23
1.4.1A paz: economia, política ou filosofia?	Pág.30
1.5 Considerações	Pág.38
Capítulo II – Sobre o terrorismo	Pág.40
2.1 O que é o terrorismo e como o definimos hoje	Pág.40
2.2 As origens do terrorismo “moderno”	Pág.47
2.3 O Islão e o fundamentalismo islâmico	Pág.52
2.4 O conceito de <i>Jihad</i>	Pág.55
2.5 O Estado Islâmico: origens e potenciadores	Pág.56
2.6 A radicalização	Pág.59
2.7 Considerações	Pág.63
Capítulo III - O terrorismo enquanto ameaça ao turismo	Pág.65
3.1 Atacar alvos turísticos, porquê?	Pág.65
3.2 Estudos de caso	Pág.69
3.2.1 Nova Iorque, Estados Unidos da América, 2001	Pág.70
3.2.2 Sousse, Tunísia, 2015	Pág.72
3.2.3 França, Bataclan, 2015	Pág.74
3.3 Incidentes: prevenção e gestão da crise	Pág.78
3.4 Considerações	Pág.87
Análise Final	Pág.89
Referências	Pág.92
Anexos	Pág.98

## Introdução

O turismo ocupa um lugar de topo nos mercados mundiais. É fonte de rendimento, mas também de discórdia, de desentendimento e de integração. O turismo é um pouco de tudo, reunido num enorme potencial que pode ser bem ou mal aproveitado. Ao longo da história, o turismo tem vindo a crescer enquanto atividade económica, social e cultural, de forma a ser responsável por cerca de 10% do produto interno bruto mundial. Se por um lado o turismo é um organismo resiliente, tendo sobrevivido a inúmeras catástrofes e conflitos mundiais, por outro é expectável que uma área tão abrangente como a do turismo, a qual contacta com diversos outros campos e muitos mercados, seja facilmente impactada pelas crises do mundo, sejam elas naturais ou de causa humana. Este trabalho focar-se-á principalmente nas questões referentes às origens do turismo e do seu potencial, bem como nas origens de uma das crises que mais pode impactar de forma negativa o turismo: o terrorismo.

A razão pela qual este tema foi escolhido prende-se com o facto de ser uma área com grande interesse no contexto contemporâneo, à data da redação do presente trabalho. Na inepção da ideia do trabalho estão os atentados que ocorreram durante o escalar do conflito na Síria em 2015 e, antes disso, as complicações resultantes da instabilidade provocada pela Primavera Árabe. Tendo em conta as circunstâncias antes descritas, a importância que o turismo tem globalmente e a forma como o terrorismo se tem evidenciado, escolheu-se analisar de que forma os atentados podem ter um impacto significativo no turismo e quais são as dinâmicas presentes quando o turismo se encontra com o terrorismo.

Assim sendo, o presente trabalho pretende abordar e esclarecer de que modo o terrorismo poderá ser uma ameaça para o turismo. Procuramos também explorar as dimensões do trabalho que tem sido feito para gerir as consequências dos atentados e os seus impactos negativos no turismo. Como se verificará ao longo desta dissertação, o terrorismo não é algo recente no mundo e, dentro do foco deste trabalho, focar-nos-emos mais na Europa por ser considerada um bastião da cultura ocidental e do turismo, bem como o maior recetor de turistas internacionais, à data da redação desta dissertação. Outro objetivo do trabalho é abrir portas ao pensamento crítico no que diz respeito às áreas de estudo que

se envolvem quando queremos analisar o turismo e o terrorismo, ou seja, este trabalho tem como objetivo mostrar que uma abordagem multidisciplinar é preferencial a um estudo isolado do turismo ou do terrorismo.

Como tal, encontram-se ao longo do trabalho questões mais profundas que se prendem com fatores psicológicos e filosóficos dos indivíduos, particularmente nas questões do desenvolvimento da paz. Pretende-se que se abra um debate acerca do papel que as pessoas, enquanto intervenientes ativos na sociedade, têm na construção de uma paz duradoura e na eliminação de fatores de violência e de que forma pode o turismo contribuir para esse objetivo.

Neste trabalho abordar-se-ão também as origens do turismo, do terrorismo e a forma como estas duas atividades interagem entre si. A dissertação será composta por três capítulos distintos em que se discutirá de forma mais aprofundada cada um dos temas supracitados, com o intuito de fornecer ao leitor uma análise abrangente, mas cuidada, destas questões. No primeiro capítulo, será abordado o turismo e alguns conceitos relevantes para a discussão posterior. Será também neste capítulo que se analisarão as questões referentes à relação entre o turismo e o conceito de paz, onde se enfatiza o papel do indivíduo nestas interações complexas.

O segundo capítulo refere-se ao estudo do terrorismo, da sua história e das suas origens. Um dos principais enfoques desta parte do trabalho será a complexidade das definições de conceitos como o de terrorismo e terrorista. Este capítulo pretende esclarecer algumas noções sobre o que é, de facto, terrorismo e como o conceito tem evoluído ao longo do tempo.

Por fim, o terceiro capítulo pretende ser o confronto entre a informação fornecida nos dois capítulos anteriores, mostrando, por um lado, os efeitos que o terrorismo pode ter no turismo e, por outro, como o turismo pode ser utilizado para amenizar algumas das possíveis causas ou fatores potenciadores de terrorismo.

# Capítulo I – Sobre o turismo

## 1.1 O turismo e as suas origens

É indiscutível que o turismo é uma atividade muito importante a nível mundial, porém, as suas origens são antigas e nem sempre foi o gigante que hoje move milhões de pessoas. Desde que o ser humano se desloca que contacta outros povos e outras culturas, quer por necessidade de sobrevivência como forma de obter alimento, quer por curiosidade. Como podemos então distinguir uma viagem regular de turismo?

A OMT define turismo como sendo “um fenómeno social, cultural e económico que implica o movimento de pessoas para países ou locais fora do seu ambiente comum para fins pessoais ou de negócios/profissionais” (v.d. glossário da OMT). Considere-se, contudo, a definição apresentada também por Walter Hunziker e Kurt Krapf, presente na obra *Introdução ao Turismo*:

[o] conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e pela permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal.

Hunziker e Krapf, 1942

Juntamente com o conceito de turismo é importante perceber o que é um recurso turístico, uma vez que a atividade turística depende destes elementos e da forma como são geridos, de modo a criar as condições para que se faça turismo, pois sendo maioritariamente finitos estão submetidos às leis da escassez.

Segundo o *Business Dictionary*, recursos são fatores económicos ou produtivos que se consideram necessários para completar uma atividade, ou enquanto meios para levar a cabo um empreendimento e atingir um resultado desejado (v.d. *Business Dictionary*, 2018). Os recursos turísticos são os elementos utilizados para criar produtos e serviços no âmbito da atividade turística, ou seja, existem determinados produtos e serviços que fazem uso de recursos existentes a num determinado momento. Alguns dos produtos turísticos mais comuns são a gastronomia e o vinho, o turismo de sol e praia, o turismo cultural e o turismo de natureza. De modo a que possam ser fornecidos produtos deste

género e serviços adjacentes, é necessário que haja recursos turísticos como boas praias, paisagens naturais e património cultural.

Podemos começar a falar da importância do turismo a partir do século XVII quando jovens académicos, tipicamente de classe média-alta, viajavam pela Europa de forma a conhecer melhor o continente e adquirir novos conhecimentos. Chamava-se a esta viagem o *Grand Tour* e o percurso passaria pelos países mais influentes a nível cultural e académico da época como seria o caso de França, Alemanha ou Itália. Às pessoas que faziam este percurso dava-se o nome de *touristes*.. Posteriormente, com a Revolução Industrial, o *Grand Tour* cresceu e tornou-se mais comum e mais acessível com o desenvolvimento de meios de transporte mais avançados. Começa-se a verificar um crescente número de pessoas, a participar desta viagem, ou simplesmente a viajarem de forma mais rápida, cómoda e barata.

No artigo '*It is the ugliest, beastliest town in the universe*' – *what 18th century tourists thought of Europe's great cities*, escrito para o *The Telegraph*, são descritas as paragens realizadas pelos turistas britânicos durante o *Grand Tour*. A lista começa com Calais e termina com Munique, passando por Paris, Genebra, Barcelona, Madrid, Milão, Florença, Veneza, Roma, Nápoles, Sicília, Viena e Berlim. (v.d *The Telegraph*, 2018).

Juntamente com a Revolução Industrial, o aumento do tempo livre dentro da família é um dos fatores determinantes no crescimento do turismo, pois, sem tempo livre, dificilmente se consegue praticar esta atividade, como nos sugerem Victor Figueira e Reinaldo Dias:

Com o aumento do tempo livre, o turismo assume um lugar que já tinha sido delineado nos séculos XVII a XVIII: o de ter a função de educar e aprofundar o processo de socialização dos indivíduos e dos grupos sociais ao fomentar a interação e o intercâmbio de ideias e informações.

Figueira e Dias, 2011, p.4

Segundo Figueira e Dias, podemos assinalar o início do turismo moderno na primeira metade do século XIX, quando Thomas Cook organizou uma viagem para 570 pessoas que iriam participar num congresso em Longborough, Inglaterra (v.d. Figueira e Dias 2011, p.8).

O que torna este evento num marco importante é o facto de Cook ter organizado a viagem toda, tendo também integrado no planeamento transporte, alojamento e atividades no destino, o que hoje no século XXI seria visto como prática comum, mas naquela altura

era pioneiro. Ou seja, aquilo que Cook fez foi semelhante ao trabalho de um operador turístico nos dias de hoje, a escolha do meio de transporte, do alojamento e das atividades a realizar todas agregadas num “pacote” pronto a ser consumido pelo cliente. Não se tratava apenas da viagem, mas sim da experiência no seu todo.

Figueira e Dias referem também Beni, sublinhando os fatores que contribuíram para o crescimento do turismo: aumento da liberalização do comércio mundial, incorporação de novas tecnologias como a informática e as telecomunicações, integração horizontal e vertical das empresas de turismo, difusão territorial do consumo e flexibilização do trabalho nos diversos sectores produtivos (v.d. Beni, 2003).

Com a intensificação da globalização surgiram novas formas de fazer turismo e de expandir o alcance desta atividade. Uma panóplia de grandes avanços tecnológicos permitiu que as viagens se tornassem mais rápidas, mais cómodas e mais baratas. Tornou-se comum viajar de barco ou comboio, e posteriormente, na década de 70 do século XX, a liberalização dos transportes aéreos veio mudar por completo a forma de viajar e cruzar fronteiras. Esta facilidade que os indivíduos passaram a ter em se deslocar do ponto A ao ponto B agilizou o processo de globalização, abrindo também novas portas ao turismo, tornando-o mais acessível àqueles que procuram conhecer outros países ou regiões dentro do seu próprio país. Estas alterações ocorreram também em diversos outros ramos como o alojamento ou a restauração. A comodidade com que no século XXI se consegue reservar um bilhete de avião ou um quarto no hotel, ou até mesmo aceder a informação referente ao país de destino, à distância de um clique, são fatores que merecem ser destacados. À data deste trabalho assiste-se ao advento da era da realidade virtual e da realidade aumentada que já começaram a alterar a forma como se faz turismo em alguns locais. Segundo o artigo *How Augmented Reality is Revolutionising the Travel Industry*, escrito na *Revfine*, a realidade aumentada tem crescido mais em elementos da hotelaria, onde o cliente pode ter acesso a menus ou ver o quarto que pretende utilizar em 3D antes de o comprar (um *layout* semelhante ao *Google Maps*). Noutros casos também tem crescido a utilização destas ferramentas de forma a melhorar ou diferenciar a experiência turística (v.d. Revfine, 2018).

Já é possível em alguns casos ter realidade aumentada em museus onde podemos interagir com hologramas ou ouvir sons relacionados com a exposição, portanto existe uma janela para aquilo que poderá ser o futuro do turismo, sublinhando que o mercado da realidade virtual tem crescido muito através dos jogos de computador e poderá ser uma futura

atração turística, como é o caso da sala de realidade virtual Zero Latency no Dolce Vita Tejo, um conceito já muito popularizado em regiões da Europa e da Ásia. Nesta sala os jogadores podem ter uma aventura 100% virtual sem sair daquele espaço. Não será de todo descabida a criação de viagens turísticas virtuais sem sair do conforto de casa, o que trará ao turismo alguns desafios interessantes, particularmente do ponto de vista da imagem de destino e da autenticidade e, talvez, até da definição de turismo.

## 1.2 Turismo e alguns conceitos importantes

Antes de analisar mais aprofundadamente o conceito de turismo, é pertinente examinar a noção de viajante, uma vez que os viajantes são os indivíduos que tornam o turismo possível. Viajante é aquele que viaja, obviamente, mas será todo o viajante um turista?

Licínio Cunha e António Abrantes, na obra *Introdução ao Turismo*, abordam estes conceitos sendo que, utilizando a definição da Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, em Roma, em 1963, fazem a distinção e a divisão de viajantes em outras subcategorias através do seguinte esquema.

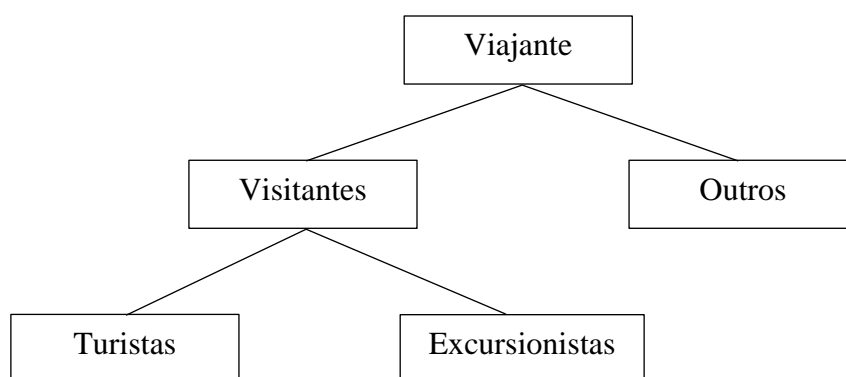


Fig.1. Classificação dos Viajantes.  
Fonte: Cunha e Abrantes, 2013, p.6

Segundo as conclusões tiradas nesta conferência, os turistas (internacionais) são os visitantes que permanecem no país que visitam pelo menos vinte e quatro horas e cujos motivos de viagem podem ser de lazer, repouso, férias, saúde, estudo, religião, desporto, negócios, família, missões e reuniões.

Posteriormente, Cunha e Abrantes mencionam que em 1993 a ONU estabeleceu as seguintes definições

1. O Visitante é toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja exercer uma atividade remunerada no local visitado;
2. Turista é todo o visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento coletivo ou num alojamento privado (v. Capítulo 6) no local visitado;
3. Visitante do dia (*same-day-visitor*), em substituição do termo 'excursionista', é todo o visitante que não passa a noite no local visitado, incluindo os passageiros de cruzeiros e as tripulações de meios de transporte desembarcadas.

Cunha e Abrantes, 2013, p.7

Segundo estes critérios, é feita uma distinção clara entre visitante, turista e excursionista. Responde-se também a questões levantadas acerca de indivíduos que viajam com o fim de exercer uma atividade remunerada. Por outras palavras, uma pessoa que se desloque do seu local de residência para o seu local de trabalho não será contemplado em nenhum dos pontos acima transcritos. Não cumprindo esse requisito, não se enquadrará no grupo mais restrito "turistas", da mesma forma, e pelas mesmas razões, não poderá ser considerado um "excursionista".

Por sua vez, foram delineados critérios que permitem distinguir os visitantes dos restantes viajantes:

1. Para que um viajante possa ser considerado como visitante, dando origem a uma atividade ou a fenómenos turísticos, a deslocação deve efetuar-se a um local ou locais fora do ambiente habitual, excluindo, portanto, as viagens frequentes entre o local onde a pessoa reside e aqueles onde trabalha, estuda ou desenvolve uma atividade regular;
2. A permanência no local visitado não deve ultrapassar os 12 meses consecutivos, a partir dos quais o visitante passa a ser considerado residente;
3. O motivo principal da visita deve ser diferente do de exercer uma atividade remunerada no local visitado, o que exclui todas as deslocações com o objetivo de realizar qualquer trabalho remunerado no local. Embora a definição de visitante não o refira expressamente, também são excluídas, como é óbvio, todas as deslocações de carácter compulsivo (refugiados, prisioneiros, nómadas).

Cunha e Abrantes, 2013, p.6

A acrescentar a estas definições, podemos referir as que estão presentes no glossário da OMT, o qual revela que “um visitante (doméstico, ou não) é classificado como turista (...) se a sua viagem incluir uma estadia”. Por sua vez, um visitante é definido como

um viajante que embarca numa viagem para um destino fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano, por qualquer motivo (de negócios, lazer ou outro motivo pessoal), que não inclua o facto de ser empregado por uma entidade residente no destino que vai visitar.

Glossário da OMT, 2007, p.4.

O mesmo glossário define “ambiente habitual” como sendo “a área geográfica dentro da qual o indivíduo leva a cabo as atividades e rotinas do seu dia-a-dia” (v.d. Glossário OMT, 2007, p.4.).

Portanto, podemos afirmar que nem todos os viajantes são visitantes, com base em critérios como a sua residência habitual, o seu ambiente habitual, os motivos da viagem e a duração da permanência.

O perfil do turista foi sofrendo alterações ao longo do tempo, razão pela qual a definição também foi sofrendo modificações. Podemos até considerar que uma das mudanças mais significativas foi a crescente vaga de viagens de negócios, mas também o facto de, a partir de determinada altura, o turista ter começado a querer fazer parte da experiência turística participando ativamente como produtor e não apenas como consumidor final. A este conceito dá-se o nome de *prosumer* (*producer+consumer*) e, apesar de ser relativamente recente, é expectável que, dado o crescimento da sua importância, venha a provocar possíveis alterações no conceito de turismo. O neologismo *prosumer* foi cunhado por Alvin Toffler, na década de 80 do século XX, no livro *The Third Wave*. Este conceito passou a ser muito utilizado na esfera do marketing anos mais tarde. Na sua essência, um *prosumer* é alguém que consome um determinado produto ou serviço, mas que tem um papel ativo na sua produção (v.d. Toffler, 1999). Um bom exemplo do papel ativo do *prosumer* no turismo é dado por algumas formas de enoturismo. Um grupo de turistas visita uma vinha e participa na pisa da uva, tornando-se assim um elemento ativo na produção daquele vinho.

O termo *prosumer* está também ligado a alterações no comportamento dos consumidores, os quais estão cada vez mais exigentes e procuram experiências únicas, bem como marcadas pela sua presença. Este novo consumidor mais exigente requer também uma resposta diferente e adequada às suas necessidades pelo que se verificam mudanças em

algumas ofertas turísticas, novamente dando o exemplo da pisa da uva, mas também no fabrico de artesanato, ou na forma como na gastronomia se tenta adaptar ao paladar dos turistas. Em suma, o *prosumer*, do ponto de vista do turismo, procura usufruir da experiência turística e ao mesmo tempo fazer parte da construção da mesma, podendo inclusive provocar alterações, involuntárias ou não, na forma como o turismo se faz na região que visita.

Podemos então verificar que o turismo e os conceitos adjacentes a esta atividade têm sofrido alterações constantes ao longo do tempo. Porém, à medida que o turismo se foi mudando, também o seu papel foi mudando e ganhando outras dimensões a nível global, o que em parte também contribuiu para estas alterações.

### **1.3 O turismo e o seu papel no mundo**

Ao longo dos anos, o turismo tem vindo a ganhar um grau de importância significativo, em parte devido ao seu potencial económico, mas também social e cultural. Esta atividade depende do contacto entre povos e, ao estabelecer este contacto, criam-se redes entre as mais diversas áreas de trabalho e mercados. Na sua essência, é esta polivalência que torna o turismo um mercado tão especial e tão versátil.

Olhemos primeiro para o panorama económico. À data da escrita deste trabalho, o turismo representa mais de 10% do PIB mundial (v.d. WTTC, 2017). Contribuindo para este valor estão todas as atividades e todos os mercados que possibilitam a atividade turística, como a hotelaria, as agências de viagem, as companhias aéreas e os operadores turísticos, entre outros. Os principais mercados turísticos recetores são, por ordem crescente de chegadas internacionais, o Médio-Oriente com cerca de 58 milhões de chegadas, África com 62 milhões de chegadas, Américas com 207 milhões de chegadas, a região da Ásia-Pacífico com 324 milhões e a Europa com 671 milhões de chegadas internacionais (v.d. OMT, 2017, PR No.: 18003).

Como se pode verificar por estes dados, o turismo tem um peso considerável na economia global, sendo que a Europa é o continente que mais visitantes internacionais recebe, embora esta tendência esteja a mudar com o crescimento de mercados na região da Ásia-Pacífico, algo que se tem verificado ao longo do tempo. A Ásia-Pacífico recebe menos

turistas internacionais, mas tem vindo a crescer a um ritmo mais acelerado, o que leva a que se infira que ultrapassará a Europa, eventualmente.

Olhando para os dados recolhidos pelo WTTC e pela OMT ao longo dos anos, podemos analisar o impacto que esta atividade tem no PIB, no consumo interno e na empregabilidade de diversos países.

<b>Países</b>	<b>Consumo do turístico doméstico em % do consumo turístico total</b>
Austrália	73,9%
Cazaquistão	65,6%
Chile	75,0%
China	90,8%
Equador	69,4%
Espanha	45,3%
Honduras	54,5%
Japão	93,4%
Nova Zelândia	56,2%
Filipinas	80,7%
Peru	74,4%
Rep.Checa	45,3%

Fig.2. Importância do turismo doméstico.  
Fonte – OMT (2012 a). Retirado de Cunha, 2017, p.52

A Fig.2, referente a 2012, mostra o panorama no que dizia respeito à contribuição do turismo interno para o consumo turístico total, com alguns países a atingir valores dentro dos 90%. Ou seja, existe um grande fluxo turístico doméstico nestes países composto apenas por residentes que praticam turismo dentro dos limites do seu país de residência. Isto significa que para alguns países o turismo interno é uma grande parcela do turismo total. Outro índice importante, como já foi referido, é a percentagem que o turismo representa no PIB mundial, bem como a sua importância para o PIB dos respetivos países em análise.

<b>Rubrica</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
1.Contribuição direta para o PIB	3,2	2,8	2,9	3,1
2.Contribuição total para o PIB	9,2	9,1	9,5	9,8
3.Exportações visitante (a)	6,1	5,3	5,4	5,7
4.Investimentos em Capital	9,2	4,9	4,4	4,3

(a)Despesas realizadas pelos visitantes não residentes, incluindo as despesas de transportes.

Fig.3. Contribuição do turismo para a economia mundial (valores em % do total de cada rubrica).  
Fonte: WTTC (vários anos). Retirado de Cunha, 2017, p.55.

Como se pode verificar pelos valores na tabela da Fig.3 , a contribuição do turismo para o PIB mundial tem vindo a crescer, apesar dos anos mais turbulentos de 2011 até 2015, período durante o qual ainda se estava a recuperar da crise económica, em que se deu a Primavera Árabe e o crescimento do estado islâmico. Juntamente com estes acontecimentos, podemos mencionar a série de marmotos que afetou a Ásia, diversos outros desastres naturais e a instabilidade política um pouco por todo o mundo. Por outras palavras, a tabela mostra-nos a resiliência do turismo face a períodos de crise, tornando-se até uma possível forma de sair dessas mesmas dificuldades, uma vez que muitas vezes o crescimento do turismo, enquanto atividade económica, serve de almofada financeira, amenizando assim os impactos negativos destas crises.

Porém, como afirma Licínio Cunha, países com o mesmo índice de desenvolvimento poderão ter diferentes contribuições do turismo para o PIB, dependendo da importância que esta atividade tem para o respetivo país. Adicionalmente, o autor afirma que é possível que estas diferenças estejam também ligadas às discrepâncias no que diz respeito a estruturas económicas, uma vez que existem países que são grandes recetores de turistas, no entanto, mostram resultados relativos bastante diferentes, quando comparados (Vd. Cunha, 2017, p.55).

Países da OCDE	Contribuição para o PIB (%)	Contribuição para o emprego	
		Em %	Número de emprego (em milhares)
Alemanha	3,2	-	2800
Áustria	8,4	5,3(a)	181 (a)
Austrália	3,6	4,7	598
Coreia do sul	2,26(2004)	5,04	852
Espanha	11,0	13,0	2700
Estados Unidos da América	2,6	-	8600
França	6,3	-	1800 (b)
Grécia	18,0 (b)	-	700
Itália	4,8	9,7	1246
Irlanda	4,1	-	250
Islândia	7,5	4,8	-
México	8,2	6,7	2420
Nova Zelândia	9,1	9,6	-
Polónia	6,0	-	-
Portugal	10,5(c)	8,0	-
Reino Unido	2,7	2,7	-
Rep. Checa	2,9	4,71	239,5
Turquia	-	-	3200
India (associado)	5,8	8,3	-

Notas: a) alojamento e restauração; b) direto e indireto; c) consumo turístico.

Fig.4. Contribuição do turismo para o PIB e o Emprego. Fonte: OECD (2010); Instituto de Estudos Turísticos (2006) para o emprego em Espanha. Retirado de Cunha, 2017, p.56

A fig.4 mostra a contribuição do turismo para o PIB nacional, bem como a contribuição do turismo para a criação de postos de trabalho. Porém, existem alguns valores que podem parecer confusos, pois seria de esperar que uma maior contribuição para o PIB se traduzisse num maior número de postos de trabalho. De facto, segundo a tabela, essa parece ser a tendência ilustrada pelos valores, no entanto, países como a Grécia ou a Áustria podem aparentar ser exceção à regra, mas sublinhe-se que os valores atribuídos à Áustria na rubrica *Contribuição para o emprego em %* dizem respeito apenas ao alojamento e restauração, enquanto os valores atribuídos à Grécia na *Contribuição para o PIB (%)* incidem sobre as contribuições diretas e indiretas. Estas discrepâncias poderão

dizer respeito à falta de dados recolhidos, quer por omissão quer por não existir recolha de todo.

A contribuição direta está relacionada com os ganhos diretos da atividade turística, isto é, o dinheiro gasto pelos turistas em produtos e serviços turísticos, enquanto a contribuição indireta, como o nome indica, faz referência aos ganhos sentidos pelos serviços de apoio à atividade turística. Por exemplo, um turista que almoce num hotel está a contribuir de forma direta para esta rúbrica. Porém, também está a contribuir de forma indireta para o turismo, uma vez que os alimentos que constituem a sua refeição foram transportados de alguma forma para o hotel. Neste caso a transportadora beneficia indiretamente do turismo, como por exemplo o sector da construção de imóveis destinados ao alojamento.

Portugal também sentiu os efeitos de um *boom* turístico em pouco tempo. Esta condição é confirmada pelos dados recolhidos no que diz respeito ao PIB. O turismo foi crescendo e representa, à data da escrita deste trabalho, uma grande fatia do nosso PIB, apesar da crise económica, conforme a fig.5 ilustra. Estes dados são interessantes, pois contribuem para uma longa lista de provas de que o turismo, quando bem gerido, consegue superar crises e até ajudar a ultrapassá-las. Por outras palavras, um turismo bem gerido tem um elevado potencial para gerar riqueza que, por sua vez, tem consequências positivas na economia das regiões.

Anos	Contribuição direta para o PIB, em %		Contribuição indireta para o PIB, em %	
	Portugal	Mundo	Portugal	Mundo
2004	5,8	-	15,0	-
2011	5,3	2,8	14,7	9,1
2012	5,7	3,0	15,9	9,8
2013	5,8	2,9	15,6	9,5
2014	6,0	3,1	15,7	9,8
2015	6,4	-	16,4	-
2016	6,4	-	16,6	-

Fig.5. Contribuição do turismo para o PIB em Portugal.

Fonte: WTTC (vários anos), Travel & Tourism Economic Impact, Portugal.  
Retirado de Cunha, 2017, p.58

Os dados da Fig.5 são também corroborados quando se faz o cruzamento com outras fontes. Conforme podemos verificar pelo seguinte gráfico, existe de facto um crescimento acelerado a partir de 2010, aproximadamente.

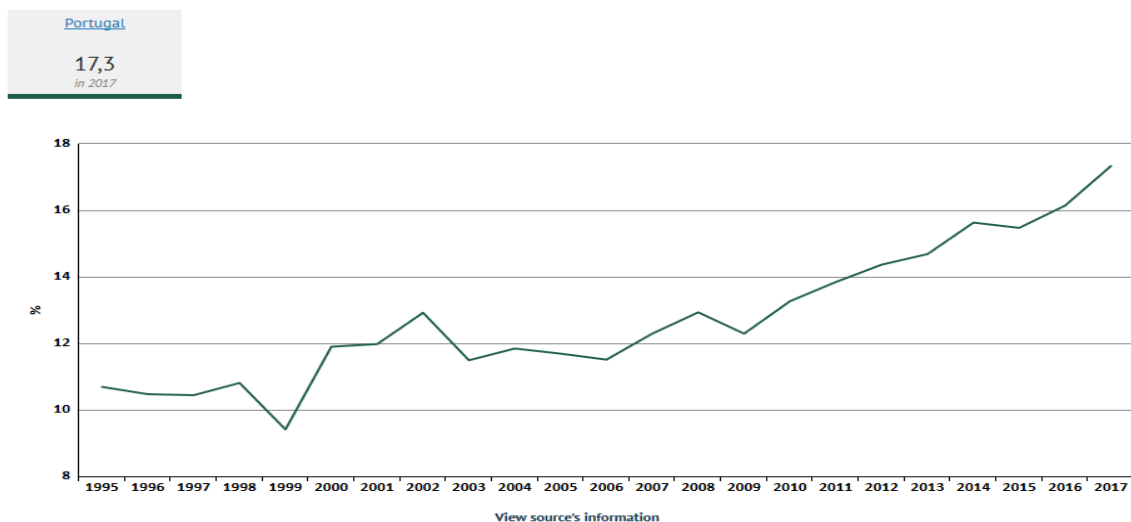


Fig.6. Percentagem do PIB total correspondente a turismo.

Fonte: Atlas Mundial de Dados. Disponível em <https://bit.ly/2Iwam6u>

Note-se também que o gráfico oferece informação que está em falta na tabela, nomeadamente entre 2004 e 2011, mas também durante todo o período anterior a 2004. Este crescimento rápido deve-se a um conjunto de fatores, entre os quais podemos destacar a criação de políticas que promovem o turismo, mas também há que mencionar que Portugal beneficiou com a desestabilização resultante da Primavera Árabe, que afetou mercados turísticos de grandes estados como o Egipto ou a Líbia, levando a que o fluxo turístico mundial passasse a circular por outros países, vistos como mais seguros. Portugal beneficiou obviamente com esta situação e soube gerir as circunstâncias benéficas com eventos como a Web Summit, a vitória no Euro 2016, a vitória na Eurovisão e a realização do mesmo festival no Parque das Nações. Houve, portanto, um conjunto de condições que potenciou este crescimento do turismo em Portugal e, certamente, não serão estes os únicos fatores, mas serão certamente alguns dos mais influentes.

Além da sua importância enquanto atividade económica, o turismo tem um enorme potencial para atuar enquanto agente cultural e social. Segundo Victor Figueira e Reinaldo Dias, a prática turística provoca mudanças sociais e culturais que têm origem no surgimento e no incremento de inúmeras interações sociais entre os diversos agentes

sociais que a integram, turistas-residentes, viajantes-funcionários das empresas turísticas, turistas-turistas e agentes públicos-turistas (vd. Figueira e Reinaldo, 2011, p. 86).

Este tipo de mudanças pode ser visto mais facilmente nas grandes metrópoles e nos focos de atividade turística, dado que estas zonas são mais do que um local, são um espaço onde várias culturas e diversos povos contactam entre si com muita frequência de forma pacífica. Outra razão pela qual estas mudanças se verificam mais depressa nas metrópoles é a velocidade com a qual as alterações se fazem sentir devido à simples presença de mais indivíduos com necessidades diferentes, forçando a que se tome ação mais depressa por parte dos operadores e prestadores de serviços. Ou seja, é mais expectável que uma mudança ocorra num local onde existe maior densidade populacional e, por consequência, maior probabilidade de partilha de conhecimento e de experiências, o que é benéfico.

A acrescentar, podemos argumentar que a nível turístico, dependendo da estratégia que o país e a região tenham, a alocação de recursos poderá contribuir para a velocidade através da qual as mudanças se fazem sentir. Deste modo, um crescimento turístico rápido pode trazer investimento mais depressa e, por consequência, provocar mudanças em prazos mais curtos. O turismo contribui para estas alterações permitindo que visitantes façam parte deste quadro e ajudem a mudar a face da metrópole através da sua presença. Por exemplo, é expectável que uma cidade com um fluxo crescente de turistas comece a adotar medidas de segurança diferentes, ou comece a criar mais infraestruturas para receber quantidades maiores de visitantes, de modo a atender às necessidades dos turistas que são cada vez mais exigentes no que diz respeito à experiência turística.

Um dos casos mais óbvios de mudança trazida através do turismo é a preocupação com a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito muito debatido, porém, não se pode afirmar que exista uma única definição aceite, uma vez que é um conceito presente em diversas áreas de investigação e de trabalho, tendo por base uma clara associação com os conceitos de preservação ou de gestão eficiente de recursos.

Não obstante, a maioria das pessoas reconhece que a sustentabilidade se apoia em três pilares, conhecidos como os três P – é benéfico para as pessoas (*people*), é benéfico para o planeta (*planet*) e é benéfico para a economia (*profit*) (v.d. Elkington, 1995).

Há um número cada vez maior de viajantes que se preocupa com a sustentabilidade do destino para onde vai ou que procura minimizar a sua pegada ecológica durante a viagem e a experiência turística, levando a que os mercados se adaptem a esta nova realidade,

uma vez que a gestão de qualquer empresa necessita de ter em conta o meio envolvente e as preocupações sociais dos seus *stakeholders*<sup>1</sup>. Neste caso assistimos à criação de valor pela diferenciação, apostando no turismo ecológico ou mais sustentável.

Note-se que a importância da sustentabilidade é abordada também no *Código Mundial de Ética do Turismo*.

1) O conjunto dos actores do desenvolvimento turístico têm o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras;

2) Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, nomeadamente a água e a energia, bem como evitar na medida do possível a produção de dejectos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais;

*Código Mundial de Ética do Turismo*, art.3.º,1999

Nestes dois pontos do artigo 3.º do citado código podemos verificar a importância dada à preservação do ambiente e dos recursos naturais, em vez de existir um enfoque mais acentuado num argumento puramente económico. Isto acontece não só devido às preocupações subjetivas dos indivíduos, mas talvez principalmente ao facto de o turismo depender muito destes recursos naturais e das paisagens de que o país ou a região dispõe. Estes são, sem dúvida, alguns dos recursos turísticos mais importantes, e a sua proteção é uma mais-valia tanto para o fator económico, como para a qualidade de vida das populações residentes nas áreas de turismo. Assim sendo, a importância económica do turismo revela a necessidade de preservar o ambiente e as paisagens naturais das regiões que se visita, criando uma cultura de preservação que talvez não existisse antes do turismo.

Apesar de o turismo trazer consigo mudanças benéficas, nem tudo são consequências positivas. Victor Figueira e Reinaldo Dias mostram-nos um quadro retirado de Baptista (1990:22), onde se colocam lado a lado algumas modificações positivas e negativas a nível sociocultural de determinado país visitado.

---

<sup>1</sup> Entenda-se por *stakeholders* grupos, indivíduos ou organizações que influenciam diretamente e são diretamente influenciados pelas práticas de uma organização e que participam e se apropriam de uma parcela do valor criado pela organização (v.d. Mações, 2017 p.32).

Âmbito de Ocorrência	Modificações Positivas	Modificações Negativas
Estrutura Social	Crescimento do emprego Diversificação da estrutura social Crescimento da educação e dos rendimentos Promoção social	Concentração da população Enriquecimento sem educação Desemprego
Instituições	Modernização da família Modificações do controle social	Afastamento da família
Atitudes e comportamentos	Desenvolvimento das atitudes de tolerância Alargamento dos horizontes do pensamento Orgulha e consciência nacional	Patologia social Prostituição Alcoolismo Delinquência Desenvolvimento das atitudes de consumo
Cultura	Desenvolvimento da cultura regional Desenvolvimento económico e técnico Proteção do meio ambiente natural e cultural	Comercialização da cultura Declínio da cultura própria Destruição do meio ambiente natural.

Fig.7. Possíveis alterações sociais positivas e negativas do turismo.  
Fonte: Figueira e Dias, 2011, p.88. citando Baptista 1990:22. Adaptado.

Através da fig.7, verificamos novamente o equilíbrio delicado implícito na gestão do turismo, sendo que na maioria das vezes existem condições positivas e negativas lado a lado na realidade do turismo, o que pode dificultar a deteção atempada de alguns problemas.

Tendo em conta os dados expostos na fig.7, podemos argumentar que o turismo é um gigante económico, mas que o seu impacto sociocultural é igualmente importante. Um dos aspetos que tornam estas circunstâncias ainda mais visíveis é, por exemplo, a existência de um número crescente de turistas que se mostram conscientes do seu impacto nos locais que visitam. Esta situação revela uma preocupação na preservação do local que se visita, tentando deixá-lo o mais possível intocado. O turismo permite então que se criem nichos de mercado com base em algumas preocupações que os visitantes começam a ter,

como o ecoturismo e o turismo de voluntariado entre outros. A fig.7 também mostra algumas das possíveis modificações positivas e negativas que o turismo pode trazer para uma determinada sociedade ou cultura. Juntamente com estes nichos, cria-se também uma forma de manter vivas algumas tradições que são mais procuradas pelos turistas, uma vez que o turista hoje em dia gere grande parte da sua procura pela busca de autenticidade, ou seja, aquilo que aos seus olhos é autêntico no país e na cultura que vai visitar. Assim sendo, o turista procura algo único e diferente na cultura do país ou região que vai visitar, algo a que chamamos autêntico.

A autenticidade é a qualidade de ser autêntico, porém, o que é realmente autêntico? Será o produto em si tal qual como é, ou dependerá do seu grau de correspondência às expectativas do turista? Este tópico é muito debatido, pois hoje em dia podemos argumentar que a autenticidade é relativa e muitas vezes é apenas um teatro para turista ver, ou seja, começa a haver um desequilíbrio na mensagem passada durante a criação da imagem de destino e da realidade, levando a que a realidade tenha de se deturpar um pouco para ser mais rentável do ponto de vista económico. Existe então uma abordagem de produção em massa da cultura ou de alguns artefactos culturais que, para serem mais aceitáveis aos olhos dos turistas, de modo a evitar um possível conflito de valores, acabam por ter muito pouco de autêntico do ponto de vista da cultura real da região. Porém, estas questões tornam-se ainda mais complexas quando, ao longo do tempo, se vai perdendo o contacto com as raízes culturais e o “falso autêntico” passa de facto a ser “autêntico”, pois já não existe nada que o impeça de ser, por contraste.

Esta problemática é abordada por Dean MacCannell, um autor incontornável quando se aborda o tema da autenticidade. O autor estudou as motivações sociológicas pelas quais os turistas viajam. MacCannell afirma que, com o tempo, a questão da autenticidade não se prende com o facto de o indivíduo ter ou não uma experiência autêntica, mas sim com a sua própria perceção da autenticidade da experiência (v.d. MacCannell, 1973, p.589-p.603). Erik Cohen também aborda o tema da autenticidade, do ponto de vista da mercantilização da mesma. Cohen concluiu que

a mercantilização não resulta necessariamente na destruição dos produtos culturais para os turistas, uma vez que estes muitas vezes estão dispostos a aceitar tais produtos, mesmo que tenham sido transformados pela mercantilização em algo “autêntico”, desde que alguns dos atributos do produto sejam vistos como “autênticos”.

Cohen, 1988, p.383

Portanto, podemos afirmar que, no que diz respeito ao conceito de autêntico, a subjetividade é algo a ter em conta, e a mercantilização do turismo não significa que os produtos culturais percam a sua autenticidade. Porém, é possível que a autenticidade de determinado traço cultural se perca ou se modifique, uma vez que a cultura, um dos principais produtos no âmbito turístico, é algo dinâmico e, como tal, sujeito a alterações. No fundo, Cohen afirma que, desde que se mantenham alguns aspetos base do produto enquanto autênticos, haverá sempre autenticidade, embora este argumento dependa sempre da subjetividade com que cada pessoa olha para o “autêntico”.

Ao olharmos para o turismo hoje, contemplamos uma atividade ou conjunto de práticas que, dadas a sua versatilidade e a sua adaptabilidade, se mostra dotada de uma grande resiliência, tendo sobrevivido durante períodos de crise, guerra e miséria. Contudo, apesar desta capacidade, o turismo pode ser visto como uma atividade bastante frágil, sempre dependente de fatores base como a imagem de destino, e podendo sempre ser afetado quando algum dos seus recursos é danificado. Deste modo, importa analisar o conceito de imagem de destino, de forma a compreender melhor de que modo esse aspeto pode influenciar a experiência turística.

A imagem de destino é um conceito muito vasto e de difícil definição. Pode, de uma forma simplista, ser vista como a imagem que é implantada na mente dos viajantes, ou seja, a narrativa que lhes é vendida no ato da compra da viagem e durante a viagem/estadia em si. Quaisquer fatores que alterem esta imagem podem ter um impacto positivo ou negativo no futuro do destino em questão. Porém, o conceito é mais vasto do que isso e engloba várias dimensões e perceções. Echtner e Ritchie (2003) evocam Pearce (1988) e MacCannell (1989) e os seus contributos para uma construção tridimensional da imagem de destino, incorporando os aspetos simbólicos bem como os físicos de um destino, surgindo assim o seguinte referencial.

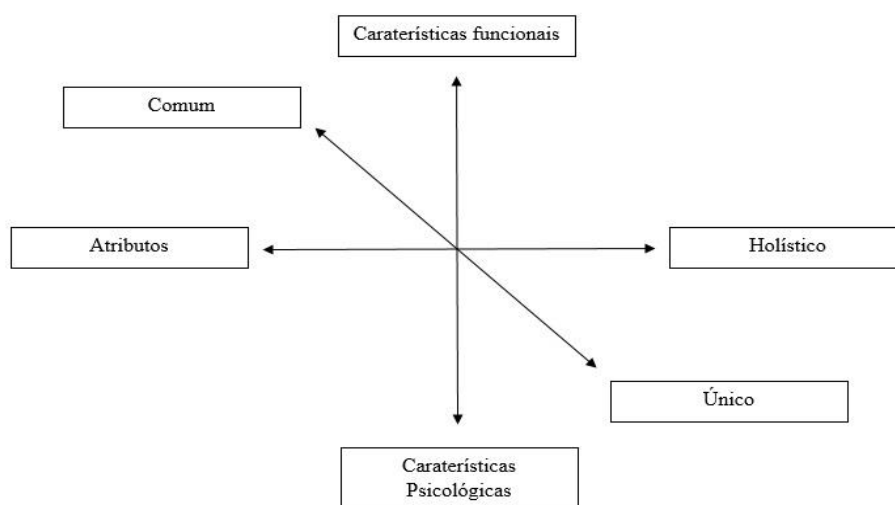


Fig.8. Componentes da imagem de destino.  
 Fonte: Echtner e Ritchie, 2003, p.43. Adaptado.

Neste referencial cartesiano estão presentes as várias dimensões da imagem de destino, sendo que no primeiro quadrante, entre atributos e caraterísticas funcionais, podemos encontrar aspetos mais tangíveis do destino como o clima ou infraestruturas. No segundo quadrante, entre as caraterísticas funcionais e o que é holístico, verifica-se a idealização das caraterísticas físicas do destino, ou seja, pode ser, por exemplo, a ideia que um determinado indivíduo tem da geografia do destino. No terceiro quadrante, entre atributos e caraterísticas psicológicas, podemos observar os aspetos físicos do destino que impactam diretamente a vertente psicológica dos indivíduos, como a segurança ou a hospitalidade dos hóspedes. Por fim, no quarto quadrante, entre o holístico e as caraterísticas psicológicas, encontramos os aspetos mais intangíveis que impactam a dimensão psicológica dos indivíduos como o ambiente (não confundir com o meio-ambiente) ou a sensação geral que se capta do local destino. A par com estas duas dimensões entre os eixos X e Y do referencial, existe também o eixo Z, conferindo uma terceira dimensão e trazendo aquilo que é comum e único na imagem de destino entre os outros quadrantes.

Baseando-nos nesta infraestrutura concetual, a imagem de destino pode ser definida não só como a perceção de atributos individuais do destino, mas também nas impressões holísticas criadas pelo destino. A imagem de destino consiste nas caraterísticas funcionais, abordando os aspetos mais tangíveis do destino, e as caraterísticas psicológicas, abordando os aspetos mais intangíveis do destino.

Echtner e Ritchie, 2003, p.43

Echtner e Ritchie afirmam, então, que a imagem de destino pode ser definida e alterada não apenas pelas características físicas, mas também pelas intangíveis e mais subjetivas, as quais têm impactes diferentes, conforme o conhecimento *a priori* que o turista detém na sua mente enquanto imagem de destino. Discutivelmente, podemos afirmar que o que terá mais impacto nos indivíduos poderá ser reunido nos aspetos do quarto quadrante entre o holístico e o psicológico. Essa experiência será única e, como tal, subjetiva. Porém, apesar de esta abordagem ser pragmática, podemos defender que uma experiência turística e a maneira como a imagem de destino é criada e filtrada pela forma como cada um vive a experiência turística, querendo com isto dizer que o impacto psicológico que um geólogo tem ao ver o Grand Canyon pela primeira vez será diferente do impacto sentido por uma pessoa menos interessada nessa área académica.

Considere-se também a teoria da textualidade de Beaugrande e Dressler (1981). Estes autores estabeleceram que um texto é uma ocorrência de comunicação que necessita satisfazer sete condições: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Neste momento em concreto, importa falar desta característica textual, a qual se define na relação *esperado vs inesperado* ou *conhecido vs desconhecido* perante o texto que se está a ler. Por exemplo, se uma pessoa começar a ler um texto sobre ciência política sem conhecimento prévio da matéria ou sem qualquer contacto com a área de estudo, podemos dizer que é um texto com alta informatividade (v.d. Beaugrande e Dressler, 1981, p.1-13). O mesmo pode ser considerado com a imagem de destino. É, de certa forma, um discurso que está a ser passado ao turista e ao futuro visitante de uma determinada região que, caso nunca lá tenha estado, não terá um termo de comparação além daquilo que lhe foi transmitido por agências de viagem, redes sociais, seus pares, ou outra forma. Assim, a sua experiência será moldada de acordo com estas circunstâncias. No entanto, se a realidade do local que se pretende visitar for demasiado discrepante em relação à imagem de destino criada, ou seja, o confronto *realidade vs ideia pré-concebida*, existe então uma situação de alta informatividade, ou, pelo menos, mais alta do que no cenário anterior.

A informatividade poderá ser considerada alta, no entanto, esta característica textual, aplicada à imagem de destino, poderá ser afetada apesar de o turista já ter um conhecimento adquirido sobre o local que vai visitar. Ou seja, da mesma forma que a informatividade não depende apenas do conhecimento existente antes da leitura do texto,

também pode sofrer alterações durante a leitura, conforme surjam elementos desconhecidos ao leitor. Assim sendo, o domínio do conhecimento da informatividade permite que os autores captem o interesse do leitor ao longo do texto, sem depender do conhecimento *a priori* do leitor. O mesmo sucede com a imagem de destino. O sucesso da imagem de destino depende, de certa forma, da correspondência das expectativas com a realidade da experiência turística. Deste modo, o estudo das características textuais de Beaugrande e Dressler poderá servir de apoio a quem pretenda analisar melhor as circunstâncias da criação e da divulgação de uma determinada imagem de destino, visto que terá de existir uma correspondência às expectativas.

Robert Govers e Frank Go realizaram um estudo incidindo sobre o impacto e a influência de imagens *online* na imagem de destino. Govers e Go concluíram que, em certos casos, a forma como os *players*, ou seja, os membros influentes do panorama turístico, e provedores de serviços turísticos organizam o seu negócio pode ter influência na imagem de destino, uma vez que estes indivíduos, segundo os autores, muitas-vezes não conseguem compreender o potencial total que existe para além da sua esfera de influência no mercado, criando uma lacuna entre aquilo que conseguem fornecer e a experiência total do turista face à sua própria imagem do destino. Posteriormente, os autores afirmam que, se houver uma falta de equilíbrio no encontro entre o hóspede e o turista, é provável que os turistas alterem a sua perceção da imagem de destino, podendo até baixar as expectativas, o que pode ser perigoso, pois corre-se o risco de um número de turistas interpretar mal essa imagem de destino, e a sua partilha pode resultar numa espiral de baixas expectativas, o que, por sua vez, pode ter consequências negativas no destino (v.d. Govers e Go, 2005, p.87).

Conforme referido anteriormente, a imagem de destino e a autenticidade poderão ser impactadas pelo crescimento de tecnologias como a realidade virtual. Esta tecnologia em particular poderá abrir as portas a que se criem pacotes turísticos virtuais que podem ser utilizados em casa, o que levanta questões interessantes do ponto de vista daquilo que é autêntico face à imagem de destino. Podemos argumentar que, para alguém que nunca foi a Paris, colocar um par de óculos de realidade virtual e “passear” junto à Torre Eiffel pode ser autêntico mediante a sua experiência face à imagem de destino já estabelecida, uma realidade que só seria quebrada com uma visita a Paris fora do mundo digital. Adicionalmente, estas tecnologias poderão mudar até a forma como se vive e como se define o turismo no futuro não muito distante. Embora estas tecnologias estejam, neste

momento, mais ligadas ao ramo do lazer, nada indica que de futuro o mercado não se venha a expandir de forma crescente, abrangendo outras áreas de comércio. A realidade virtual poderá então ter um impacto sobre a nossa ideia *a priori* do destino e, como tal, terá necessariamente um efeito sobre a percepção da imagem de destino, resultando numa deturpação daquilo que o destino é.

Do mesmo modo, não é impossível ponderar que se criem visitas guiadas aéreas através de tecnologia de realidade virtual e imagens capturadas com *drones*, talvez por isso seja mais plausível que o primeiro passo se prenda com a criação de visitas virtuais a locais mais inacessíveis do ponto de vista físico, mas alcançáveis através de outros mecanismos. Para os mais incrédulos, considere-se que existem plataformas capazes de simular o ato de andar e de correr, as quais, aliadas à tecnologia de realidade virtual, fornecem uma experiência de imersão muito desenvolvida.

Independentemente do uso que se dê a estas tecnologias, importa ponderar e debater o impacto que poderão ter no mercado turístico, começando pelo conceito de autenticidade, mas não descartando a hipótese de debater o conceito de turista, uma vez que a possibilidade de viajar sem sair de casa começa a tornar-se cada vez mais plausível. Surgem então questões relevantes relacionadas com a forma como os avanços tecnológicos modificam a experiência turística por via da alteração da maneira como o turista age, interage e reage com o seu meio envolvente, algo que poderá provocar discórdia nas definições de conceitos já existentes.

#### **1.4 O turismo e a sua relação com a paz**

Tendo abordado a importância económica e sociocultural que o turismo tem no mundo, é necessário também sublinhar o seu potencial na criação de relações pacíficas ou na sua gestão. Afinal, que contributo pode o turismo ter enquanto atividade promotora da paz? Pela sua natureza, o turismo requer a existência de boas relações entre o turista e o país recetor. Segundo o *Código Mundial de Ética do Turismo*, esta relação deverá obedecer e respeitar os parâmetros nele contido. Consideremos em particular, por enquanto, o primeiro artigo, o qual faz menção à tolerância cultural e religiosa, à harmonia e ao respeito pelos costumes e tradições dos outros, ao respeito entre turistas e locais, e às responsabilidades dos turistas, bem como das autoridades locais no que diz respeito à

proteção dos locais e das pessoas (v.d. *Código Mundial de Ética do Turismo*, 1999, art.1.º).

Ao analisar este documento, podemos defender que o turismo necessita de uma certa harmonia e paz para se realizar, algo que é reiterado através dos restantes artigos. Não obstante, mais do que necessitar de paz para existir, o turismo também a promove ativamente. Um ótimo exemplo da capacidade que o turismo tem para contribuir para a paz foi dado pelo Sri Lanka ao longo da conferência *Tourism, a Catalyst for Development, Peace and Reconciliation*. Maithripala Sirisena, na altura presidente do Sri Lanka, reiterou o papel do turismo enquanto veículo promotor de confiança e construção de relações pacíficas, algo importante numa região devastada pela guerra como no caso do referido país. Conforme afirmou Sirisena,

o turismo é um promotor de confiança e boa vontade. A empatia cultural pode mudar algumas atitudes e construir paz. O papel do turismo na construção de paz também é desempenhado através das suas contribuições para aliviar a pobreza, para preservar a cultura e o meio ambiente.

Sirisena, 2016, OMT PR 16055

A citação transcrita é um exemplo de como o turismo pode ajudar a recuperar de uma situação como a do Sri Lanka, outrora devastado por uma guerra civil. Além disto, o turismo é uma atividade que promove também a tolerância, como afirmado por Taleb Rifai, na altura, secretário-geral da OMT: “Hoje em dia, enfrentamos um défice de tolerância. O turismo une as pessoas, abre-nos o coração e a mente” (Rifai, 2016, OMT, PR 16055).

Ao longo desta conferência abordou-se o potencial que o turismo tem para construir relações pacíficas, bem como a maneira como esta atividade estava ativamente a ajudar muitas pessoas a sair da pobreza através da criação de pequenas empresas e serviços.

O turismo surge, assim, como uma ferramenta para sarar as feridas de uma região e para iniciar um impulso no crescimento económico, eliminando, ao mesmo tempo, fatores de insegurança e perigo para os visitantes e para os locais, uma vez que, geralmente, para haver um fluxo de turistas há que assegurar que existe o mínimo de condições de segurança de modo a que estes visitantes possam ser aliciados a uma possível visita e/ou retorno. Podemos então argumentar que um dos fatores principais para a escolha do destino é, de facto, a segurança, conceito que costuma estar associado a uma noção de paz.

Para compreender melhor o porquê de estes dois conceitos estarem tão ligados é necessário analisar a Hierarquia das Necessidades segundo Maslow. Abraham Maslow, psicólogo norte-americano, desenvolveu um dos esquemas mais estudados na área de marketing e da psicologia: a Hierarquia das Necessidades. Maslow estudou as necessidades do ser humano e compôs uma pirâmide que mostra, da base para o topo, o que é considerado mais importante de satisfazer.

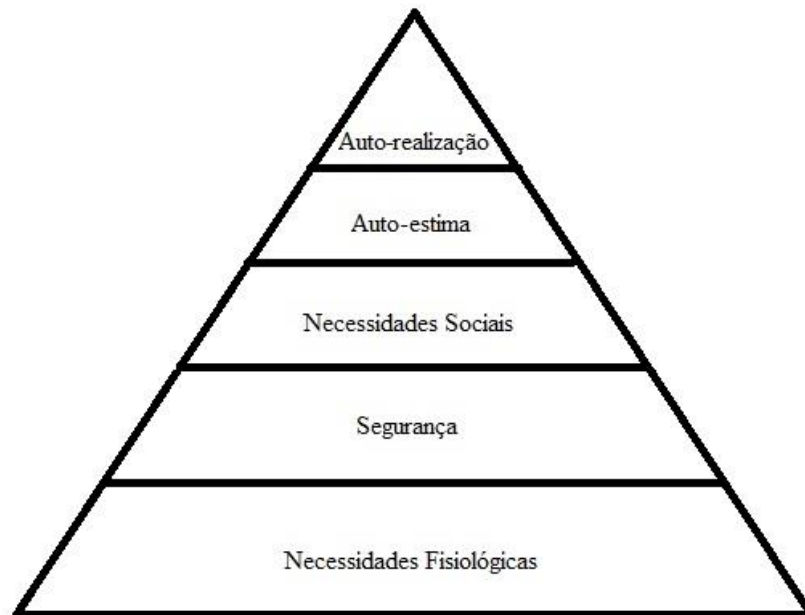


Fig.9. Hierarquia das necessidades segundo Maslow (1943). Adaptado.

Nesta pirâmide podemos constatar que a segurança é um dos elementos mais importantes para o ser humano, sendo precedido apenas por necessidades fisiológicas. Assim sendo, podemos argumentar que, no contexto do turismo, a segurança tem um papel muito importante na escolha do destino turístico e na imagem do próprio destino. Deste modo se explica a necessidade de uma boa gestão da paz e da segurança a nível interno, nacional, regional e local, pois, como veremos, a paz não se resume à ausência de guerra e pode estar ligada a condições estruturais.

A paz, no entanto, é um conceito difícil de definir, principalmente porque depende da ideia e da noção de paz de cada indivíduo, embora no abstrato se possa concordar com algumas definições como, por exemplo, a de que a paz é a antítese de guerra, ou que é a

ausência de agressões físicas ou psicológicas. Não obstante, tentar estudar algo como a paz implica necessariamente entrar no ramo da filosofia, da psicologia e da política.

Um dos indivíduos incontornáveis nesta área é Johan Galtung, uma vez que foi com este autor que se deu um grande avanço na investigação dos estudos da paz e de conflitos. Galtung considera a paz como sendo a ausência de violência, argumentando que a violência são todas as situações em que os seres humanos estão a ser influenciados para que as suas realizações somáticas e mentais reais estejam abaixo do seu potencial (v.d. Galtung, 1969, p.168). Teresa Cravo explica, na obra *Segurança Contemporânea*, que esta definição de paz pode ser considerada um pouco vaga, uma vez que, por exemplo, um acréscimo de violência pode então ser consequência de um aumento do potencial ou diminuição do real, dando o exemplo de que a morte por tuberculose no século XVIII não era uma violência, mas é-o hoje em dia, dado que o progresso da ciência e da medicina a torna perfeitamente evitável. (vd. Cravo, 2016,p.73) Ou seja, Teresa Cravo revela uma questão importante acerca do próprio conceito de violência e do que poderá ser ou não considerado como tal, tendo em conta aspetos relativos da vivência de cada pessoa, dando como exemplo a morte por tuberculose que, hoje em dia, pode ser considerado como violência, uma vez que a medicina e a qualidade de vida já se encontram desenvolvidas o suficiente para a evitar.

Porém, a investigação de Galtung levou-o a desenvolver uma definição dual de paz: a paz positiva e a paz negativa. Para Galtung, a paz negativa seria a ausência de violência direta, enquanto a paz positiva seria a integração humana através da eliminação de fatores estruturais de violência (ex. discriminação, racismo ou segregação), descritos como violência indireta. De forma a ilustrar melhor estas condições, atente-se na tabela seguinte.

	<b>Necessidades de Sobrevivência</b>	<b>Necessidade de bem-estar</b>	<b>Necessidade de identidade</b>	<b>Necessidade de liberdade</b>
<b>Violência Direta</b>	Matar	Mutilar Sitiar, Sanções Miséria	Dissociação Ressocialização Cidadãos de segunda	Repressão Detenção Expulsão
<b>Violência Indireta</b>	Exploração A	Exploração B	Penetração Segmentação	Marginalização Fragmentação

Fig.10. Tipologia da violência direta e estrutural.  
Fonte: Galtung, 1990, p.292. Adaptado.

A fig.10 fornece alguns exemplos relativos aos dois tipos de violência analisados por Galtung, sendo que o autor utiliza quatro necessidades básicas para demonstrar de que forma os dois tipos de violência afetam, ou podem afetar, negativamente os indivíduos. Como podemos verificar, a violência direta tem um impacto fisicamente mais visível, enquanto a violência indireta, embora possa ser igualmente devastadora, tem um impacto menos visível à superfície.

A divisão nestes dois conceitos distintos de paz veio a tornar-se mais completa em 1990, quando Galtung desenvolve o Triângulo da Violência. Conforme Teresa Cravo explica, Galtung coloca três conceitos de violência em contacto num triângulo, sendo este composto pela violência direta, a violência estrutural e a violência cultural (vd. Cravo, 2016, p.75). A violência direta, conforme dito anteriormente, é intencional e factual, a violência indireta é fruto de processos sociais e a violência cultural é uma invariância, ou seja, resulta do próprio estado das estruturas sociais da região. Pode-se concluir também que a violência direta resulta da violência estrutural que, por sua vez, pode ou não estar enraizada na violência cultural. Atente-se no seguinte exemplo, de forma a compreender melhor estes conceitos:

(...) [N]o caso de um conflito armado, o ato de agressão física por parte de um governo contra um grupo étnico, consubstanciado num massacre, equivaleria à violência direta; a situação de subalternidade desse mesmo segmento da população face ao perpetrador do massacre equivaleria à violência estrutural contida na desigual organização dessa sociedade; e a construção identitária de noções de superioridade étnica equivaleria à violência cultural subjacente às outras duas tipologias de violência.

Cravo, 2016, p.75

Esta análise da teoria da paz de Galtung serve de ponte para outros tópicos neste trabalho, nomeadamente o crescente sentimento antiturista em algumas regiões e, claro, a violência exercida por grupos terroristas sobre o mercado turístico. Estes fenómenos muitas vezes podem ser reflexos de problemas mais estruturais numa sociedade, o que poderá levar a situações graves de violência direta. Por exemplo, no que diz respeito ao sentimento antiturista, podemos mencionar alguns casos mais conhecidos como os incidentes em Barcelona, Veneza e até Lisboa, embora não tão acentuado nesta última cidade. Tanto em Barcelona como em Veneza, existe um fluxo turístico substancial, porém, não foi feita

uma gestão do mesmo em tempo útil, o que levou a que as infraestruturas presentes fossem insuficientes para lidar com um número tão elevado de turistas. Como tal, esta situação começou a afetar o dia-a-dia dos habitantes locais, quer pela mera presença de um número considerável de pessoas, quer pela inflação e gentrificação. A gentrificação não é um fenómeno recente, mas é algo de que se tem falado muito, particularmente no que diz respeito a zonas altamente turistificadas. A gentrificação é a alteração das condições de determinada região, aumentando o seu valor através de novos estabelecimentos ou habitações, o que leva a que população com rendimentos mais baixos se veja “forçada” a sair das suas habitações por entrar em incumprimento com o pagamento das rendas. Embora a gentrificação seja um conceito lato, na sua essência é a criação ou aumento de valor imobiliário de determinada região, o que pode resultar num aumento do valor dos imóveis, tendo por sua vez como possível consequência a relocação das populações com menos condições económicas.

Assiste-se, então, a uma forma de violência indireta, e os habitantes começam a lutar contra estas vagas de turistas, vandalizando património com grafitis ofensivos, destruindo autocarros e bicicletas, que tinham como finalidade o uso para o turismo, como sucedeu em Barcelona, e manifestando-se abertamente contra o facto de alguns moradores estarem a ser despejados para dar lugar a alojamento turístico, como acontece presentemente em Lisboa.

Após estas situações, foram implementadas medidas que visam dificultar a abertura de alojamento local em Barcelona. Porém, esta solução pode ser vista como sendo de curto prazo, uma medida apenas para controlar os efeitos adversos no momento, com a agravante da diminuição da liberdade económica dos proprietários das casas.

Em contraste com as cidades referidas anteriormente, Amesterdão encontrou soluções mais positivas para a gestão do número de turistas que recebe, ou seja, Amesterdão parece ter encontrado um conjunto de soluções que ameniza o efeito negativo destes fluxos turísticos. De modo a conseguir evitar futuros problemas, as entidades responsáveis resolveram criar um conjunto de medidas para gerir de forma mais eficaz o fluxo turístico presente na região. Algumas destas medidas passam por informar os turistas das filas nas atrações via *stream* ao vivo; indicar outros locais a visitar nas horas de maior atividade nas atrações; mudar o nome de alguns pontos de modo a torná-los mais atrativos para os turistas. Este é um exemplo de um conjunto de soluções que visa resolver a questão do fluxo turístico a longo prazo, como referiu Geerte Udo, diretora do departamento de

marketing de Amesterdão. O sucesso das medidas implementadas em Amesterdão deve-se ao estudo aprofundado do comportamento dos turistas, dos seus hábitos e das atrações, podendo assim saber com algum grau de certeza quais são as medidas a tomar para direcionar o fluxo turístico.

Este exemplo ilustra, na prática, as consequências da violência indireta através da má gestão do fluxo turístico, a qual também surge como ponto relevante no *Código Mundial de Ética do Turismo*.

A repartição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente o que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e um melhor equilíbrio entre locais frequentados devem ser procurados por forma a reduzir a pressão da actividade turística sobre o meio ambiente, e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local

Código Mundial de Ética do Turismo (art.3.º)

Podemos argumentar que estas situações ocorrem de forma frequente quando o mercado turístico cresce demasiado rápido face à capacidade de resposta no que diz respeito à criação e a atualização das infraestruturas que serão utilizadas pelos turistas em simultâneo com os residentes locais.

A relação delicada entre o conflito e o turismo tem sido estudada um pouco por todo o mundo. Pranil Kumar Upadhayaya, em 2008, apresenta um esquema que ilustra esta dinâmica de forma clara.



Fig.11. Rede conceitual da interrelação entre paz, conflito e turismo.

Fonte: Upadhayaya, 2008. Retirado de Upadhayaya, Sharma e Müller-Böker (2011).

Neste esquema podemos ver então como este três pontos, conflito, paz e turismo, se influenciam mutuamente. O turismo acelera a criação de condições de paz e vice-versa, através da interação constante entre indivíduos com culturas e estilos de vida distintos, desenvolvendo uma sinergia positiva e uma possível relação de interdependência. Esta relação tem por base características pacíficas, reforçadas por esta mesma interação diária entre as pessoas, evitando assim, à partida, futuras situações indesejáveis. Porém, quando é introduzida a variável conflito nesta equação, o panorama é alterado consideravelmente e tem de se considerar que maior volume de interações entre pessoas poderá também resultar num maior número de potenciais conflitos, tudo dependendo das interações que tenham lugar. A paz, se for positiva, pode prevenir o conflito; por sua vez, se a paz for disfuncional, pode ser afetada pelo conflito de forma considerável. Face ao turismo, o conflito pode causar problemas que prejudiquem o desenvolvimento da prática da atividade turística, o que poderá resultar em impactos negativos na paz, que por sua vez tendem a resultar em mais conflitos.

Assim, podemos inferir que o turismo bem gerido permite uma paz positiva, reduz as instâncias que levariam a conflitos e permite que o ciclo seja benéfico tanto para turistas como para os indivíduos locais. Do mesmo modo, é possível afirmar que uma má gestão pode efetivamente estar correlacionada com situações de violência indireta, acabando por muitas vezes criar um círculo vicioso de pequenos conflitos que permitem a qualquer momento que se desenvolvam situações mais graves de violência direta.

#### **1.4.1 A paz: economia, política ou filosofia?**

De que forma pode a paz ser alcançada e a quem compete fazê-lo? Segundo Galtung (1969) infere-se que é através do controlo ou eliminação de fatores causadores de violência indireta e direta. Talvez a questão mais profunda resida na forma como se eliminam esses fatores.

De facto, as questões de paz são geralmente atribuídas ao Estado ou aos órgãos governamentais, o que rapidamente torna a paz num objeto do estudo político, social e económico.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que muito do que nós, dentro daquilo que se define como o Ocidente, consideramos atentados à paz, quer no panorama global, quer pela

teoria de Galgung, tem por base um certo conjunto de valores e direitos que pode não ser generalizado a outros cantos do mundo e, por vezes, até mesmo do Ocidente. Como tal é necessário ter presente que os valores não são constantes, garantidos nem generalizados.

Refere-se aqui o Estado, particularmente do ponto de vista da gestão da sociedade e das infraestruturas através das quais os cidadãos podem maximizar o seu potencial enquanto indivíduos e prosseguir os seus objetivos com base em fatores de liberdade social e económica, mas também é importante mencionar que nenhum grupo de cidadãos tem poder legal para certas ações se não for por legitimidade atribuída a um grupo de indivíduos a quem os cidadãos impuseram o ónus de defender os direitos e liberdades civis.

Economistas como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek ou Frédéric Bastiat concluíram que a melhor forma de evitar a guerra é através de uma economia livre e longe do coletivismo estatal. Esta teoria não é descabida se considerarmos que a economia é uma ciência social que se dedica ao estudo da escassez, e muito menos se considerarmos a totalidade do argumento descrito nas obras dos autores supracitados. Para tal se verificar, é necessário assumir que em parte a guerra surge da finitude dos recursos que não se conseguiu obter através de comércio, o qual é uma ação voluntária pacífica. Não obstante, essa afirmação pode ser enganadora, uma vez que a guerra é um ato político acima de tudo, como se pode inferir ao ler a obra *Vom Kriege*, de Carl von Clausewitz (v.d. Clausewitz, 1999). Este autor em particular foi um comandante e teórico de guerra que abordou nos seus escritos não só a vertente tático-militar de fazer a guerra, mas também a própria definição de guerra e as implicações políticas desse fenómeno. Clausewitz não debate muito assuntos relacionados com economia, mas menciona o poder estatal, ou, mais concretamente, a guerra como forma de política, afirmando, de certa forma, que a guerra serve de meio para atingir um objetivo e as suas circunstâncias podem ser alteradas, visto que a política se coloca acima da guerra. Por fim, pondere-se a afirmação de que a guerra é apenas a continuação da política por outros meios (v.d. Clausewitz, 1999, p.87).

Porém, como em todos os casos, não podemos generalizar e convém estudar os autores à luz do contexto em que escreveram. Neste caso em concreto, Mises e Hayek abordam principalmente a impossibilidade do cálculo económico em governos socialistas e comunistas, o que não é de espantar, tendo em conta que viveram durante o período em que estas ideologias cresceram, tendo também assistido à segunda guerra mundial.

Frédéric Bastiat presenciou o florescer do socialismo na Europa, pelo que os seus escritos tendem a debater as ideias dessa corrente. De qualquer forma, um dos argumentos que estes autores propõem é o de que uma economia mais livre tende a criar condições de paz com relativa facilidade. O argumento destes autores remete principalmente para os perigos da centralização descontrolada e a eventual coação do indivíduo a agir para o Estado, onde começa a entrar em conflito a ideia de autoridade e de poder, uma vez que estados altamente centralizados têm por norma tendências autoritárias e totalitárias (v.d Bastiat, 2007; Mises, 1999; Hayek, 1969).

O que determina a legitimidade para governar está relacionado com assuntos ideológicos mais complexos, alguns dos quais remontam à filosofia da antiguidade grega. Porém, considere-se que a legitimidade tem um papel importante no reconhecimento da autoridade estatal. Conforme afirma Adriano Moreira,

[u]ma das primeiras questões importantes é a da obediência dos destinatários, que leva à distinção entre autoridade e poder. Com a primeira expressão pretende-se designar a obediência pelo consentimento, decorrente do reconhecimento da legitimidade de quem manda, sendo que esta qualidade determina uma diversidade complexa de construções ideológicas. Com a segunda expressão designa-se a capacidade de os governantes forçarem à obediência pelo temor, método característico dos poderes erráticos, independentemente do reconhecimento da legitimidade.

Moreira, 2014, p.27-28

O poder da legitimidade surge quando se começa a questionar o direito divino ao poder Estatal, ou seja, quando se começa seriamente a pôr em causa o direito a governar por escolha divina. A legitimidade passa, então, a assumir-se na sua expressão máxima através do conceito de soberania, o qual alia autoridade ao poder.

Neste debate, Thomas Hobbes surge como um autor importante pela sua obra *Leviathan*, a qual sugere que, de modo a evitar o caos do estado natural da humanidade, ou seja, do estado social primitivo, antes de se formar um Estado e uma sociedade política, seriam necessários, neste caso, um governante com um grau de poder bastante elevado, ainda que este fosse autoritário, se tal mantivesse a ordem social e uma paz relativa. John Locke também defende a existência de um estado natural, porém, afirma que este não seria tão grotesco, como Hobbes o tinha descrito, e que o Estado surgiria da necessidade de preservar os direitos naturais do Homem, através de intenção voluntária, em vez de surgir

por receita do caos e da desordem. (v.d. Locke, 2014; Hobbes, 2014). Note-se que tanto Hobbes como Locke vivenciaram a guerra civil Inglesa, a qual resultou num total de cerca de 200 000 mortes. Hobbes era um pacifista assumido, pelo que se entende a sua postura perante a experiência da guerra civil mais sangrenta de Inglaterra, tendo a obra de ambos sido influenciada pelo conflito. Um dos argumentos centrais de Hobbes para a afirmação do contrato social é o de que um soberano terá de reunir em si tal poder que a sua autoridade não possa ser questionada e, por este motivo, Hobbes é muitas vezes visto como um absolutista, embora a sua obra seja altamente influente na atualidade (v.d. Hobbes, 2014, p.136-148).

Adicionalmente, Adriano Moreira refere ainda a perspetiva de Rosseau esclarecendo que

[n]enhum governo exerce soberania (autoridade e poder) salvo representando a comunidade política como um todo, porque esta é, na sua construção, a verdadeira soberana (...) a soberania investida no Governo como «mandato», um emprego no qual os governantes, simples serventuários do Soberano, exercem em seu nome o poder do qual ele os faz depositários.

Moreira, 2014, p.29

Por fim, Moreira afirma que o poder é sempre capturado por um pequeno grupo de indivíduos, tendo uma efetividade independente da legitimidade. O autor acrescenta ainda que o poder desprovido de qualidades valorativas se torna então objeto de estudo da ciência política, e os pressupostos do ambiente que o rodeia se enriquecem com uma teoria infundável de construções éticas, filosóficas, doutrinárias e ideológicas que lidam com o problema de revestir o poder da autoridade (v.d. Moreira, 2014).

Terminando, Moreira diz-nos que

os temas relacionados com este problema dizem respeito à definição do bom Governo, aos abusos e corrupção a que está sujeito, à forma mais adequada para evitar desvios, à divisão dos poderes, à relação entre o poder civil e o poder militar, à definição do património do Estado, à legitimidade da desobediência e da revolução.

Moreira, 2014, p.29

Certamente não faltarão perspectivas e correntes filosóficas para tentar compreender de que forma se deva criar, definir e proteger a paz. Alguns dos autores supracitados fazem parte ou foram inspirados pelo cânone do liberalismo-clássico, corrente que hoje em dia se encontra menos visível, dadas as alterações no panorama global e outras sentidas dentro do próprio cânone. Porém, continuam a ser fontes válidas de argumento económico, político e filosófico, como afirma Edwin van de Haar (v.d. Haar, 2011, p.101-105).

No âmbito do confronto entre as teses liberais e a realidade, importa estudar de que forma as relações económicas servem como apaziguador de conflitos. Um dos argumentos base de algumas teorias liberais é o de que o livre comércio entre nações inibe o conflito entre as mesmas, por se estabelecer uma relação de interdependência. Afirma-se então que o comércio livre substitui a aquisição de recursos através de conquista (v.d. Staley, 1939, p.739-741). Adicionalmente pode-se afirmar que o contacto com outras nações através do comércio promove o diálogo entre agentes privados e agentes do governo (v.d Viner, 1951, p.194).

Não obstante, tendo em conta estas noções, surgem argumentos de diversos lados da discussão. Por exemplo, Albert O. Hirschman afirma que os ganhos muitas vezes são desproporcionais à dimensão do país, o que pode levar a conflitos (v.d. Hirschman, 1980 p.53-85). Adicionalmente, podemos afirmar que, quanto mais contacto houver, maior será a probabilidade de existirem conflitos pontuais.

Edward Mansfield e Brian Pollins analisam precisamente este tipo de afirmações e teorias no artigo *The Study of Interdependence and Conflict*. Os autores comentam diversos estudos estatísticos que foram realizados ao longo de décadas, tendo verificado que se pode afirmar que o comércio inibe o conflito, segundo estudos de, por exemplo, Solomon Polachek (v.d. Polachek 1980). Porém, apesar destes estudos, Mansfield e Pollins abordam a teoria de que estados em guerra, em certos casos, continuam a participar em relações de comércio entre si (v.d. Mansfield e Pollins, 2001). Autores como Buzan, Giplin e Ripsman e Blanchard concluíram que as relações económicas internacionais não têm um impacto sistémico sobre o conflito político (v.d. Buzan, 1984; Giplin, 1987 e Ripsman e Blanchard 1996), o que leva a concluir que a interdependência pode alimentar a paz, mas as relações político-militares também moldam a forma como se faz comércio (v.d. Mansfield e Pollins, 2001, p.834-859). Tal afirmação mostra-se verdadeira através

do estudo empírico da história da humanidade e pelo facto de muitas vezes uma guerra económica resultar em conflitos armados. Considere-se a teoria da armadilha de Tucídides, proposta por Graham Allison em 2012, a qual afirma que a guerra entre uma potência em crescimento e outra já estabelecida é inevitável. Analisando o assunto à luz do que foi supracitado, a guerra do Peloponeso teve na sua origem um conjunto de critérios que se uniram para formar uma “tempestade perfeita”, e podemos incluir de facto o poderio da liga ateniense, a qual detinha muito mais meios económicos e uma vantagem no comércio obtida pela sua vasta marinha (v.d. Tucídides, 2015). Podemos então afirmar que as relações económicas mais livres poderão ser o caminho para uma paz duradoura, embora possam ser afetadas e determinadas por fatores político-militares.

Não nos podemos esquecer de que a liberdade económica não se resume apenas ao facto de se poder fazer comércio de forma mais livre. O conceito desta liberdade está intrinsecamente ligado com conceitos de propriedade privada e outros direitos considerados naturais do Homem, pelo que assegurar esta liberdade económica é vital para evitar situações indesejáveis sob sistemas considerados menos eficientes economicamente e menos morais socialmente. Esta teoria parte do pressuposto de que propriedade é uma condição normativa perante a escassez, tendo de se atribuir um dono a determinado produto, evitando assim conflitos desnecessários sobre recursos escassos. A propriedade é então um conceito criado com o fim de obter uma interação livre de conflito, estipulando regras mútuas de conduta perante recursos escassos (v.d. Hoppe, 2016, p.22-23). Pelo mesmo critério, atos contra tal propriedade ou a habilidade de utilizar os recursos livremente constituem agressões, as quais limitam a escolha humana que possa ser feita. Esta escolha é o que determina o uso da propriedade e é no que se baseia o estudo da economia (v.d. Mises, 1999, p.30-69). Hoppe dá-nos um argumento importante acerca da propriedade, utilizando como exemplo o corpo humano e estabelecendo um cenário de prosperidade irreal ao qual chama, de forma cómica, Jardim de Éden. Segundo Hoppe, mesmo nesta situação fictícia o ser humano

(...) estaria limitado pela escassez também noutro aspeto: desde que o recurso «corpo» não fosse indestrutível ou equipado com vida e energia eterna, mas sim um organismo com uma vida limitada, o tempo seria também escasso. Tempo usado em tentar atingir o objetivo A reduz o tempo disponível para atingir outros objetivos, e quanto mais tempo demorar a obter resultados, maior será o custo de esperar e maior terá de ser a satisfação esperada de forma a justificar tais custos.

Hoppe, 2016, p.22

Hoppe afirma que mesmo nesse Jardim de Éden existe escassez, na medida em que só temos um corpo e tempo limitado com os quais realizar atividades, pelo que a escolha trará sempre custos adjacentes e que, de forma a evitar conflitos, teriam necessariamente de existir regulamentos de propriedade. Conforme Hoppe afirma,

Devido à escassez de corpo e tempo, mesmo no Jardim de Éden seria necessário impor regulamentos de propriedade. Sem estes regulamentos, e assumindo agora que existe mais do que uma pessoa, que o seu raio de ações se sobrepõe, e que não existe uma harmonia pre-estabelecida nem sincronização dos interesses destas pessoas, seria inevitável a existência de conflitos sobre a utilização dos seus próprios corpos.

Hoppe, 2016, p.22

Autores como Hoppe, Mises ou Hayek são importantes precisamente pelo desenvolvimento dos conceitos de ação humana e pela forma como a economia é afetada por esta capacidade de ação do ser humano, a qual pode sempre sofrer impedimentos, por norma vindos através da decisão política.

Apesar de não conseguirmos almejar uma conclusão completamente satisfatória, podemos afirmar que a paz depende sempre do indivíduo, quer pelo seu poder enquanto membro participante da experiência política, na eleição de membros de governo, quer no grande panorama do Estado enquanto cidadão capaz de tomar as suas decisões e criar as condições necessárias para progredir nos seus objetivos pessoais e na convivência com o outro. Os autores supracitados influenciaram muitas escolas de pensamento e moldaram o trabalho uns dos outros, mas talvez mais importante seja a ênfase que se consegue retirar da importância do indivíduo e do seu papel na sociedade enquanto agente livre.

Aceitar o facto básico de que o homem só vive em sociedade não implica reconhecer que necessariamente tem de viver numa sociedade política nem que o Estado é a sociedade política necessária.

Moreira, 2014, p.25

No escopo deste trabalho, importa refletir sobre estas questões, uma vez que a paz não se resume apenas à ausência de guerra, e a má gestão, quer no panorama macro, quer no panorama micro, pode levar a problemas de sustentabilidade dos destinos, causando conflitos no seio das populações locais. Deste modo podemos afirmar que a paz é um processo que tem de ser contínuo e continuamente assegurado através da gestão de diversos fatores. Nessa perspetiva, as questões da paz serão tanto da responsabilidade do

Estado quanto o indivíduo o desejar e as ideias e teorias supracitadas certamente servem de argumento para uma liberdade maior no âmbito económico, a qual será proporcional à sua liberdade enquanto indivíduo na sociedade civil e vice-versa.

Através dessa liberdade poderá ser alcançada uma paz positiva, não só pela capacidade de crescimento económico, eliminando fatores de violência indireta, mas também pela natureza cooperativa do ser humano no alcance dos seus objetivos. Neste sentido, Villiers afirma então que

[p]eace and tourism belong together, they are interrelated. Without peace there can be no tourism, but tourism can also contribute to the peace process – the building of peace. I call peace a process, because it can never be absolute, final or complete – at least not in this world. Peace is not a destination, a place where you arrive and unpack. Peace is a journey which demands continued effort. It requires that we vigorously protect and advance those rights and values that form the foundation of real peace – rights that can be equated with individual freedom, democracy and the rule of law.

Dawid de Villiers, 2018, p.81

Na citação anterior, Villiers sublinha algo importante: a paz é um processo, não um objetivo concreto que se alcança a determinada altura, mas que é alcançado todos os dias e facilmente pode cair em violência se se reunirem as condições necessárias para tal. O turismo poderá, de facto, contribuir para uma paz duradoura, uma vez que se continua a dar uma importância económica a esta área. Logo, é natural assumir que não se deixará de investir no turismo, restando apenas saber alocar esforços para uma boa gestão e um equilíbrio social saudável. Deste modo, é importante deixar que o turismo cresça o mais economicamente livre possível, sem permitir que surjam situações de exploração dos indivíduos que participam na área. Portanto, é necessária liberdade económica, mas também será necessária uma gestão e regulamentação sensatas.

## 1.5 Considerações

O turismo é uma atividade multifacetada que afeta diversas áreas tanto a nível económico como a nível sociocultural. Esta atividade tem sofrido muitas alterações ao longo dos séculos e tem contribuído para o desenvolvimento dos países em que prospera, ao mesmo tempo aumentando a sua esfera de influência na economia e dia-a-dia desses mesmos países.

O turismo é feito na base das interações entre turistas e o país de acolhimento ou a região que os recebe, as suas instituições, cultura, recursos e serviços, criando uma sinergia benéfica tanto para o visitante como para os locais. Desta forma, os locais beneficiam da presença do turismo através do fluxo monetário que é gerado, permitindo gerar rendimento, o que se traduz depois em mudanças sociais, embora o turista também traga mudanças culturais, uma vez que também beneficia diretamente do produto turístico que está a consumir e ao mesmo tempo dita as tendências de quem gere os negócios locais, criando um balanço interessante. Assim, conforme referido ao longo do capítulo, o papel do turista e do turismo vai mais além da esfera económica, tendo a capacidade de provocar mudança na sociedade através da constante interação com outros indivíduos e outras culturas, abrindo novos horizontes ao desenvolvimento social.

Esta sinergia promove algumas alterações, umas positivas outras negativas, conforme a gestão dos recursos disponíveis e do espaço. Logo, é necessária uma manutenção cuidada destes recursos, bem como das relações que se gerem entre os visitantes e os locais, ou provedores de serviços turísticos, de modo a que se consiga estabelecer uma paz e uma harmonia, tendo como objetivo minimizar ou anular os impactos negativos que a atividade turística possa ter.

No panorama económico, convém reiterar que o turismo é uma das atividades mais importantes a nível mundial, contribuindo para 10% do PIB global. Porém, apesar de ser um gigante económico, o facto de contactar com, e depender de, inúmeros outros mercados torna-o suscetível e vulnerável a crises de todo o tipo, como por exemplo políticas, sociais, económicas ou ambientais, sendo, portanto, necessária uma boa gestão a todos os níveis, quer regional, quer nacional ou internacional.

No que diz respeito ao papel do turismo enquanto construtor de paz, podemos sublinhar a importância de se permitir que o turismo cresça em regiões onde existe conflito, podendo assim melhorar as condições económicas da região, de forma a ajudar a retirar

as pessoas da pobreza. Neste tipo de situações, como foi o caso do Sri Lanka, a prosperidade pode ser alcançada através de um mercado mais livre que permita aos indivíduos tentar alcançar os seus objetivos de forma menos limitada, o que por sua vez implica a eliminação de fatores de violência. Sublinhe-se que a construção de uma paz estrutural deve ser tida em conta como mais importante, se se pretende um conjunto de soluções a longo prazo, de forma a evitar conflitos ou situações de violência indireta que se transformem em casos de violência direta.

Até que ponto a gestão da paz deve estar entregue aos órgãos governamentais é subjetivo e dependerá de fatores como a autoridade e o poder que é atribuído ao governo, algo que por sua vez está ligado a noções e conceitos filosóficos mais abrangentes. Independentemente da ideologia política, económica e filosófica, tudo começa na esfera de influência do indivíduo, e a restante discussão prende-se com aquilo que cada qual considera serem as funções do Estado e a influência que este deve ter sobre as pessoas.

## Capítulo II – Sobre o terrorismo

### 2.1 O que é o terrorismo e como o definimos

Ao abordar o tópico do terrorismo surge a questão base que se prende com a definição daquilo que é terrorismo, e quais as condições que podem ser utilizadas para o definir. Para melhor entendermos o terrorismo, teremos de recuar na história da humanidade, desde a Antiguidade à Revolução Francesa, onde pela primeira vez se começa a utilizar o termo “terrorismo” para descrever os comportamentos de alguns revolucionários dentro daquilo a que posteriormente se chamou o terror do Estado.

Muito antes da Revolução Francesa já Guy Fawkes tinha planeado destruir o parlamento britânico num atentado à vida do Rei James I, e antes disso inúmeras tentativas de assassinato a monarcas tinham tido lugar, porém, estes são apenas alguns exemplos daquilo que pode ser considerado um atentado terrorista ou terrorismo no geral. Nessas épocas, e apesar de ainda estarmos a séculos do terrorismo moderno, já começamos a assistir a alguns padrões, nomeadamente à existência de grupos organizados, planos bem elaborados, recurso a violência e, talvez o mais importante de destacar, uma forte motivação política para levar a cabo atentados em prol de uma determinada causa.

David Rapoport divide a história do terrorismo em quatro grandes vagas ou fases: a fase anarquista (durante a década de 1880), a fase anticolonialista (durante a década de 1920), a fase da nova esquerda (durante a década de 1960) e a fase religiosa (1979 -?) (v.d Rapoport, 2002).

A fase anarquista surge, segundo a análise de Rapoport, na Rússia, e os seus promotores eram agentes russos de grande influência, como Bakunin e Kropotkin. Estes autores utilizavam principalmente o telégrafo e os jornais para passar a sua mensagem. Importa referir que a década de 1890 é conhecida como a “época dourada” dos assassinatos, podendo destacar-se a morte de Elizabete da Áustria ou de Umberto I de Itália. Foi, portanto, uma época em que o *modus operandi* mais comum seria o assassinato com recurso a arma de fogo ou arma branca.

A fase anticolonialista surge maioritariamente da luta pela independência sob domínio inglês e francês. Nessa altura, os terroristas começam a autointitular-se *freedom fighters*<sup>2</sup>. Um exemplo de grupos notórios durante este período é o IRA, ou a FLN. Aqui assiste-se a uma maior ênfase na retórica utilizada para aliciar indivíduos a juntarem-se à organização. Importa também reiterar a questão da subjetividade dos conceitos em análise.

A fase da Nova Esquerda/Vermelha foi impulsionada pela guerra no Vietname. Os grupos desta fase viam-se como os defensores das massas dos países de terceiro mundo. Verificou-se um acréscimo da guerra de guerrilha na América Latina, parcialmente apoiada pela União Soviética e pelos seus aliados. A nível internacional podemos referir o aparecimento do OLP. No que diz respeito ao *modus operandi* mais utilizado nesta fase, começam a surgir os raptos e sequestros de aviões, embora com poucas baixas, uma vez que os terroristas queriam ser ouvidos e passar a sua mensagem, em vez de procurarem causar um grande número de vítimas.

Por fim, a fase religiosa tem um grande impulso a partir de 1979. Esta fase foi iniciada e potenciada pela revolução islâmica no Irão, pela invasão do Afeganistão por forças soviéticas e foi também em 1979 que a grande mesquita em Meca foi invadida e ocupada. Em termos de *modus operandi*, começa-se a assistir a um número maior de bombistas suicidas e de ataques mais violentos, com o intuito de provocar danos consideráveis. Nesta fase destacam-se grupos conhecidos internacionalmente, como a Al-Qaeda e o Hezbollah.

Começamos então por analisar o conceito de terrorismo, uma vez que existem centenas de possíveis definições. Sublinhe-se, no entanto, que não existe um consenso nem uma resposta “certa”. Isto acontece por diversas razões, mas pode-se destacar o facto de, como sugere Alex Schmid, o terrorismo ser um “conceito contestado”, citando a conhecida frase “um terrorista para uns, pode ser um *freedom fighter* ou revolucionário para outros” (v.d. Schmid, 2012). Surge então, desde o início, um obstáculo no estabelecimento de uma definição satisfatória, uma vez que o termo se mostra subjetivo, conforme quem o utiliza. Porém, esta está longe de ser a única razão pela qual não conseguimos definir terrorismo. Schmid afirma, na obra *Terrorism- The definitional problema*, que existem vários tipos de terrorismo, cada um com as suas próprias manifestações e formas, bem como o facto

---

<sup>2</sup> *Freedom Fighter* traduz-se para rebelde ou radical livre, um termo aproximado a revolucionário radical.

de o significado de terrorismo ter sofrido alterações ao longo de duzentos anos de existência – o foco semântico alterou-se e “terrorista” não era utilizado no sentido antigovernamental antes do final do século XIX, início do século XX (v.d. Schmid, 2004, p.399)

De modo geral, mas também no âmbito deste trabalho, definir terrorismo é, de facto, importante. Em primeiro lugar, é necessário que haja consenso de modo a facilitar a cooperação internacional. O terrorismo é cada vez mais um problema transnacional e convém que em alguns aspetos haja uma coerência na definição de terrorismo. Em segundo lugar, esta concordância permite que seja mais fácil tomar medidas judiciais contra o fenómeno do terrorismo. Em terceiro lugar, uma noção comum de terrorismo pode evitar abusos por parte de governos autoritários que, caso contrário, poderão rotular ações da oposição política, por exemplo, como terrorismo. Por fim, uma coerência na definição de terrorismo ajudaria em termos de investigação no meio académico.

Na escolha de possíveis obras, olhamos para os textos de Filipa Soares, Derman Küçükaltan ou Alex Schmid particularmente pelo seu trabalho apresentar definições que se podem considerar ser as mais indicadas para utilizar quando se aborda o terrorismo.

Alex Schmid, na tentativa de procurar um consenso, entrevistou diversos autores e compilou dezenas de definições, o que resultou na publicação de um documento intitulado *The Revised Academic Consensus Definition of Terrorism*. Nessa investigação Schmid elaborou uma lista de doze pontos, da qual podemos destacar que o autor se refere ao terrorismo como uma doutrina de eficácia no emprego de terror e violência como estratégia para atingir determinados objetivos. O Schmid também nos diz que o terrorismo é utilizado em três contextos principais: repressão ilegal por parte do estado, agitação propagandista por parte de agentes não-estatais em tempos de paz, ou não ligados a determinado conflito e como forma irregular de fazer a guerra por parte do estado e elementos não-estatais (v.d Schmid, 2012).

Schmid destaca o uso de violência física através de eventos únicos, como raptos, ataques bombistas, entre outros, mas também através de ataques sequenciais, como desaparecimentos, raptos ou tortura. Adicionalmente o autor indica que o terrorismo faz uso das ferramentas de comunicação ao seu dispor para iniciar a sua campanha e transmitir a sua mensagem ao maior número possível de indivíduos. Alex Schmid destaca que o terror está na base do terrorismo, querendo com isto dizer que um dos objetivos

imediatos é espalhar o medo, a incerteza e a ansiedade, geralmente através de um nível de brutalidade elevado.

O autor afirma que as principais vítimas diretas não são, no geral, forças armadas, mas sim civis, não-combatentes ou outros inocentes que não estão de modo algum ligados à origem do conflito que levou ao aparecimento do terrorismo. As vítimas diretas também não são o alvo principal, contrariamente a um assassinato que teria como objetivo determinada pessoa, mas servem de geradores de propaganda<sup>3</sup>, geralmente potenciados pelos meios de comunicação (v.d Schmid, 2012). Adicionalmente, é-nos referido que as fontes de violência terrorista podem ser indivíduos, pequenos grupos, células internacionais, bem como agentes estatais ou agentes clandestinos apoiados pelo estado. Aqui o autor refere esquadrões da morte ou equipas de assassinos.

Schmid menciona também que, embora alguns atos sejam semelhantes àqueles utilizados para cometer crimes de guerra, a violência terrorista é predominantemente política nas suas motivações. A intenção imediata do terrorismo é aterrorizar, intimidar, antagonizar, desestabilizar, coagir, provocar ou desmoralizar uma população alvo, ou um lado de determinado conflito, de modo a resultar num balanço favorável para os objetivos da organização terrorista (v.d Schmid, 2012).

Por fim, Schmid menciona que as motivações para o envolvimento em atividades terroristas cobrem um espectro enorme e variam desde um sentimento de injustiça para com os antepassados dos indivíduos, vingança pessoal, punição coletiva, revolução, libertação nacional e a promoção de diversos objetivos políticos, ideológicos, sociais, nacionais ou religiosos. Para Schmid, os atos de terrorismo raramente surgem sozinhos, ou seja, fazem parte de uma campanha de violência que permite que se criem as condições para os terroristas manipularem o processo político (v.d. Schmid, 2012).

Filipa Soares menciona, na obra *A Radicalização Salafista-Jihadista na Europa*, a Decisão-Quadro 2002/475/JAI, artigo 1, do Conselho da União Europeia que define ações terroristas como sendo atos que

[p]ela sua natureza ou pelo contexto em que foram cometidos, sejam suscetíveis de afetar gravemente um país ou uma organização internacional, quando o seu ator os pratique com o objetivo de:[i]c]

---

<sup>3</sup> Segundo o dicionário de Cambridge a propaganda consiste em “informação, ideias, opiniões ou imagens que, por norma, só transmitem um lado da discussão, sendo transmitidas, publicadas ou de alguma outra forma disseminadas com a intenção de influenciar a opinião das pessoas.” (v.d Cambridge online dictionary, em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/propaganda>)

intimidar gravemente uma população, ou constranger indevidamente os poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato, ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais e um país, ou de uma organização internacional.

Soares, 2017, p.30

Posteriormente, a autora refere que a nível nacional a Lei n.º 52/2003 de 22 de agosto, artigo 2, apresenta uma definição de grupo/organização terrorista, tendo-os como

todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, atuando concentradamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população geral.

Soares, 2017, p.30

Podemos então verificar que apesar de existir uma definição mais lata a nível europeu, cada país tem as suas próprias noções daquilo que possa ser considerado um ato e uma organização terrorista. Por fim, atente-se na definição de Hermínio de Matos, a qual nos dá uma visão mais abrangente e completa:

[o] terrorismo pode ser entendido como uma técnica de ação usada contra alvos humanos, seletivos ou indiscriminados, através de meios especialmente violentos, ou a efetiva ameaça do seu uso, ou especificamente contra alvos não humanos, como infraestruturas físicas, críticas ou simbólicas, instilando um clima de terror e de insegurança que afeta não só os alvos primários, as suas vítimas diretas, como também os seus alvos potenciais, coagindo indiretamente, desse modo a ação de governos ou organizações e influenciando a opinião pública a favor da prossecução dos seus objetivos políticos, ideológicos, criminais ou religiosos.

Matos, 2011, p.3

Estas definições, algumas de teor jurídico como as apresentadas por Filipa Soares, são essenciais como ponto de partida num esforço para definir aquilo que é terrorismo, quer seja no âmbito do sistema penal, quer seja no âmbito semântico. Contudo, e como é habitual na esfera conceptual, um conceito como o de terrorismo está intimamente ligado com outros conceitos como os de violência ou terrorista, reiterando a importância de um consenso.

Querendo fornecer outras perspectivas sobre este tópico, podemos analisar a obra *Tourism and Terrorism*, de Derman Küçükaltan. O autor começa também por mencionar que não é fácil definir terrorismo como um conceito único, havendo diversas formas de dividir em subconceitos ou, pelo menos, diferenciar de várias formas as noções de terrorismo e terrorista. Küçükaltan sublinha, então, que, um terrorista para uns, pode ser considerado um revolucionário para outros, conforme supracitado, algo cuja definição depende em grande parte da forma como o terrorista se vê a si mesmo e é visto pelos outros, conforme verificaremos mais adiante. O autor chama a atenção para Kelly & Mitchell, que definem terrorismo como “qualquer ato levado a cabo com métodos extraordinários, incluindo o uso de força e violência, com o objetivo de influenciar a estrutura social e política” (Kelly & Mitchell, 1984. p.283).

Entre outras definições, Derman Küçükaltan mostra que existe um paralelo constante entre o terrorismo e a violência, referindo depois Gassin, que afirma que “o conceito de violência deve ser enfatizado com cuidado, uma vez esta pode ser analisada de duas formas: violência por anomia e violência estratégica” (Gassin, 2004, p.254). Gassin explica que a primeira expressa a liberdade para ser violento por ausência de regras e a última é mais visível no “hipeterrorismo” (aspas de Gassin) empregue pela *Al-Qaeda*. Ou seja, Gassin distingue a violência circunstancial, permitida pelo contexto envolvente, da violência enquanto recurso para atingir um determinado objetivo, tornando-se estratégia.

Ainda na obra <https://doi.org/10.1017/S0022216X03001000> *Tourism and Terrorism*, Derman Küçükaltan faz ainda referência à análise do terrorismo realizada por Alkan, apresentando as conclusões que este autor tira acerca desta prática e dos indivíduos que nela participam. (v.d. Küçükaltan, pp.30-32)

Para Alkan, o terrorismo não é considerado uma ideologia, uma doutrina ou uma ideia sistemática, mas sim uma estratégia, sendo um meio para atingir um fim. O autor esclarece que o terrorismo se foca em dividir o mundo em dois grandes blocos – “bom e o mau” - assumindo-se na esfera do “bem”. Tal como vimos noutras definições propostas por outros autores, Alkan considera que o terrorismo tem um propósito político geral, prometendo uma nova ordem no futuro e preparando um cenário que legitime ações terroristas (v.d. Alkan, 2002, p.17-19).

Segundo Alkan, o terrorismo é uma ação organizada que oferece uma alternativa à autoridade estatal. Deste modo, podemos assumir que não se considera aqui o terror estatal, como outros autores definem. Alkan menciona também que o terrorismo necessita

de uma rede de apoio e considera que este fenómeno faz parte da política internacional, sendo impossível que sobreviva sem apoio externo. Do ponto de vista financeiro, considera-se que meios económicos são indispensáveis e por isso os terroristas recorrem muitas vezes a furtos, tráfico ou raptos. O autor também afirma que as ações destes grupos requerem um esforço coletivo (v.d. Alkan, 2002, p.17-19).

Para Alkan, o terrorismo procura oferecer uma alternativa ao poder estatal e as suas ações pretendem obter justiça e um novo Estado independente. Alkan diz-nos também que o terrorismo, apesar de servir outros poderes, cria e faz uso da sua própria linguagem e, com o tempo, o uso de violência torna-se propósito do terror, causando medo ao espalhar o horror. Assim sendo, Alkan defende que o terrorismo começa, desenvolve-se e sobrevive da sua propaganda, sendo que o terrorismo em si é uma ferramenta de propaganda. Os terroristas tentam convencer o público a ver o mundo através dos seus olhos, acreditando que detêm uma sensibilidade e consciência superior aos restantes seres humanos. Alkan conclui a lista afirmando que os terroristas não se baseiam numa realidade objetiva, mas sim numa interpretação subjetiva do mundo (v.d. Alkan, 2002, pp.17-19)

Estes pontos procuram indicar-nos, de forma objetiva, o que é o terrorismo, um terrorista e a forma como este opera de modo a legitimar as suas ações. Por fim, considere-se a distinção feita por Hoffman, a qual distingue terroristas de outros criminosos.

- “Os terroristas têm objetivos políticos
- Os terroristas ameaçam usar a força ou recorrer à violência.
- Os terroristas planeiam as suas ações, dado que estas têm repercussões psicológicas para lá do seu alvo imediato.
- Os terroristas são geridos por uma organização com uma hierarquia de comando seletiva, ou estrutura de célula.”

Hoffman 1998, p.43

Podemos retirar algumas conclusões interessantes do supracitado. Os terroristas são agentes de uma causa maior, na qual se veem como o lado “bom” ou “correto”. Estes indivíduos utilizam propaganda como meio para atingir os seus objetivos, fazendo do próprio terrorismo uma ferramenta de propaganda. Devemos sublinhar também que os terroristas têm, por norma, um objetivo político a atingir, geralmente mais visível nas camadas elevadas da hierarquia da sua organização ou célula, isto porque geralmente as

camadas operacionais (quem comete os atentados), embora sejam conhecedoras da ideologia e dos objetivos gerais do grupo, costumam demonstrar um comportamento mais “alienado” do que no topo da hierarquia. Querendo isto significar que, por norma, os líderes dos grupos detêm um maior conhecimento e também nível de educação superior aos restantes elementos da célula.

Uma vez que já se estabeleceu o que é o terrorismo, um terrorista e a forma como este funciona, é pertinente agora analisar as suas origens.

## **2.2 As origens do terrorismo moderno**

Conforme foi mencionado no início deste capítulo, o terrorismo não é algo recente e, tendo em conta as definições já abordadas, podemos corroborar a observação básica de que o terrorismo é tão antigo quanto a capacidade que o ser humano tem de exercer violência para atingir determinado objetivo. Reiterando, a palavra terrorismo começa a ser utilizada durante a Revolução Francesa, portanto, no século XVIII. Podemos considerar que é nesse momento que surge o terrorismo moderno, sob a forma de terrorismo estatal, mas posteriormente assiste-se mais ao crescimento de terrorismo não-estatal. O terrorismo não-estatal pode ser definido como aquele cuja ação não depende diretamente de membros ou representantes do Estado. Referimo-nos a agentes e organizações terroristas com objetivos políticos à parte do Estado, e é neste momento que se pode começar discutir o crescimento de várias ideologias lado a lado, umas nacionalistas, outras anarquistas, que se tornam um verdadeiro perigo. Note-se que, depois de finda a fase anárquica do terrorismo, o terror do Estado continuou a verificar-se através de diversas expurgas, como, por exemplo, o genocídio dos arménios durante a primeira guerra mundial ou dos judeus durante a segunda.

Posteriormente, com o crescimento da fase religiosa de terrorismo, o mundo assistiu novamente a períodos turbulentos, nomeadamente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, durante as quais se começa a verificar um grande crescimento daquilo a que hoje se chama terrorismo “moderno”, moderno pelo *modus operandi* e moderno pela distância temporal à contemporaneidade. É durante estas três décadas que se começa a verificar o acréscimo de atentados com recurso a bombas, bombistas suicidas e sequestros de aeronaves. Este crescimento deve-se principalmente ao acesso facilitado a meios de transporte aéreo e a diversas situações de instabilidade política um pouco por todo o mundo, potenciadas pelas

fases terroristas já descritas. Importa reiterar o impacto que a invasão do Afeganistão e a revolução iraniana tiveram em 1979, acabando por impulsionar esta quarta fase de terrorismo.

Segundo Pizam e Smith, o terrorismo subiu de duzentos e seis incidentes em 1972 para três mil e dez em 1985. Também durante os trinta anos entre 1970 a 1990 foi possível verificar este crescimento no número de incidentes, período durante o qual podemos destacar alguns ataques mais conhecidos como o Massacre de Munique nos Jogos Olímpicos (1972), o ataque no festival Oktoberfest (1980), os ataques aos aeroportos de Roma e Viena (1985), o ataque ao cruzeiro Achille Lauro ao largo da Grécia (1985) ou o desvio do voo TWA 847 (1985) (v.d. Pizam e Smith, 2000, p.124). Estes casos são particularmente interessantes, uma vez que podem ser vistos como atentados também ao turismo, focando-se em meios de transporte essenciais, mas também em eventos que atraem milhares de pessoas a locais de referência. Automaticamente, um atentado como um sequestro de uma aeronave resulta em muita atenção por parte dos meios de comunicação, fornecendo à partida uma plataforma para os terroristas espalharem a sua mensagem. O paradigma do terrorismo foi mudando ao longo dos anos e hoje em dia, na segunda década do século XXI, os atentados têm sido mais violentos e os terroristas procuram ativamente uma grande plateia e também um grande efeito nas massas, recorrendo a meios cada vez mais violentos.

Foi também no decorrer das décadas de 70, 80 e 90 do século XXI que o conflito em que o IRA esteve envolvido voltou a aumentar de intensidade, sendo este o período em que houve mais atentados bombistas por parte deste grupo. A ETA, por outro lado, apesar de ter também aumentado a intensidade e a frequência dos ataques durante este período, reduziu o número de ataques em meados da década de 1990, tendo depois aumentado novamente a frequência dos seus ataques a partir de 2000.

Segundo uma análise dos dados presentes no *Consortium for the Study of Terrorism and Responses* da Universidade Nacional de Maryland, o terrorismo na Europa é responsável pela morte de 11 288 pessoas em 18 811 ataques desde janeiro de 1970. Num artigo para o *Washington Post*, Chris Alcantara analisa os dados de forma geral primeiro e depois fornece-nos uma janela mais reduzida olhando para os países onde há maiores focos de atentados ao longo do tempo.

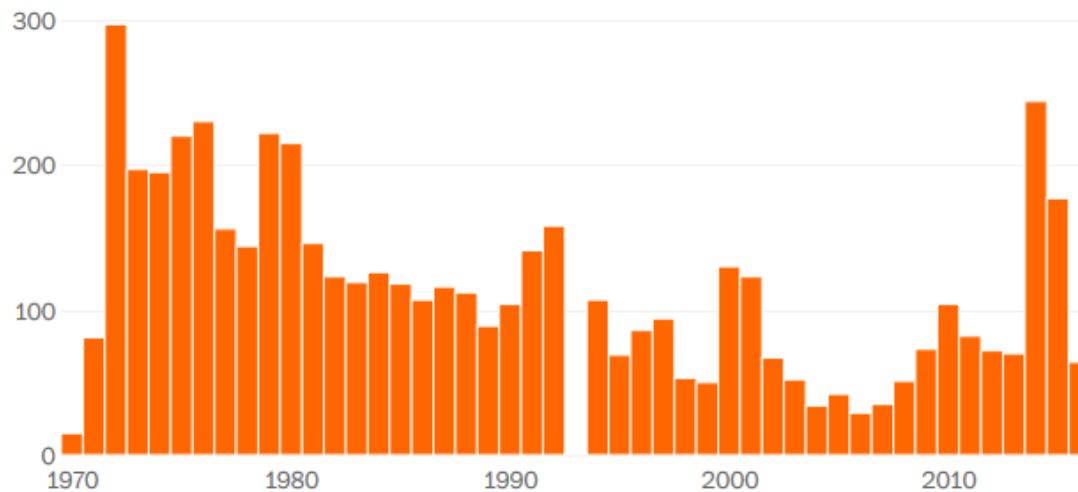


Fig.12. Atentado com pelo menos uma fatalidade na Europa desde 1970.  
 Fonte: Alcantara, 2017, *Washington Post*.

Através do gráfico podemos confirmar que existe, de facto, um grande número de atentados na década de 1970, tendo tendência a diminuir no fim da década e depois voltando a aumentar no período de 1980, repetindo o ciclo. Ou seja, existe um padrão, embora ténue, que o gráfico ilustra. Surge sempre um pico perto do início da década e depois uma tendência a diminuir o número de ataques, voltando a aumentar no começo da década seguinte. Este tipo de flutuação provavelmente deve-se ao facto de serem implementadas medidas antiterroristas ou de reforço de segurança nos momentos depois do ataque, provocando um decréscimo dos atentados bem-sucedidos até ao ponto em que se “baixa a guarda” e voltam a surgir picos de ataques. Podemos também inferir que o número de ataques pode ter diminuído devido a estas mesmas condições de segurança.

O reforço em pontos críticos, a evolução tecnológica das forças de segurança e de controlo antiterrorista, e a cooperação entre agentes de diferentes países, entre outras medidas de grande importância, podem ter contribuído para uma redução da quantidade de ataques. Porém, não nos devemos esquecer de olhar para o resto do globo, particularmente no que diz respeito às soluções políticas que foram encontradas para impedir que grupos como o IRA, e a ETA, entre outros, tenham causas firmes pelas quais lutar. De facto, o desaparecimento ou a supressão de muitos destes grupos é também um fator importante destas equações.

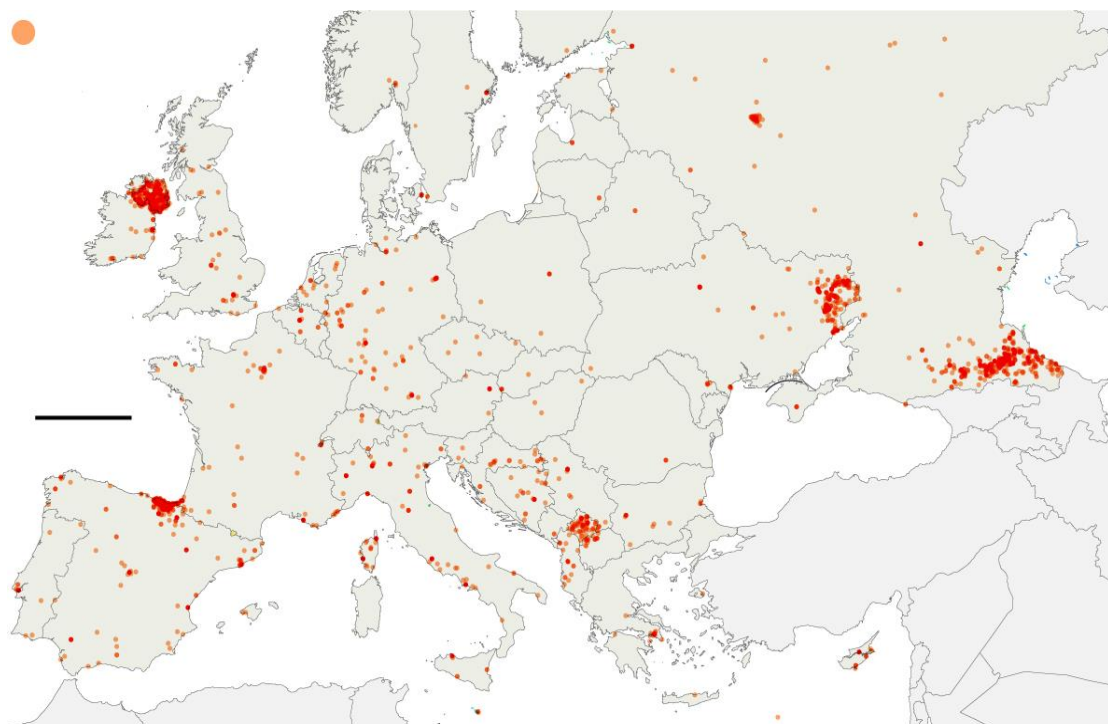


Fig.13. Mapa de atentados com pelo menos uma fatalidade em atentados na Europa desde 1970. Fonte: Alcantara , 2017, *Washington Post*

Observando este mapa é possível ter uma melhor ideia da distribuição dos atentados a nível europeu. Cada ponto representa um ataque com pelo menos uma fatalidade. Podemos verificar que existem algumas bolsas ou focos destes ataques em países como a Irlanda, a França, a Espanha, o Cosovo, a Ucrânia ou a Rússia.

Na Irlanda este foco deve-se maioritariamente às ações do IRA e de outros grupos como a Força Voluntária de Ulster, a Associação de Defesa de Ulster e o Exército de libertação da Irlanda do Norte. Alcantara (2017) descreve que, embora o IRA tenha sido responsável por mais de mil e setecentas mortes no Reino Unido, este grupo não foi o autor do atentado mais mortífero: o atentado bombista de Lockerbie em 1988. Este atentado, posteriormente atribuído ao Hezbollah, foi levado a cabo no voo 103 da Pan Am, resultando na morte de 270 pessoas.

Em Espanha, grande parte dos ataques deve-se à atividade do grupo ETA, porém este está longe de ser o único grupo influente na região, existindo também uma forte presença de grupos como as Brigadas Abu Hafs al-Masri, o Grupo de Resistência Antifascista 1 de Outubro, o Hezbollah e a Aliança Argentina Anticomunista. Segundo o artigo de Alcantara, estima-se que tenham ocorrido seiscentos e cinquenta e cinco ataques, resultando em mil cento e quarenta e uma mortes desde 1970 até 2017 (v.d. Alcantara, 2017)

Na Rússia, particularmente na região do Cáucaso, os grupos mais notórios são na maioria rebeldes chechenos e membros da Al-Qaeda, entre outros grupos de extremistas islâmicos. Segundo o artigo de Alcantara, o ataque mais mortífero desta região aconteceu em 2004 quando um batalhão de sabotagem do Riyadus-Salikhin (chechenos) fez mais de mil reféns no primeiro dia de aulas em Beslan, Cáucaso do Norte, resultando num total de trezentas mortes, sendo a maioria das vítimas crianças.

Na Ucrânia os grupos de maior relevo são a República Popular de Donetsk, a República Popular de Luhansk, o Setor de Direita, Milícias Pro-Rússia e o Partido Kharkiv. Alcantara afirma que a Ucrânia já tinha tido mais de cento e oitenta atentados com pelo menos uma fatalidade desde 1992, porém, o maior número de mortes (mais de oitocentos, segundo o autor) ocorreu entre 2014 e 2015, na sequência dos conflitos que tem havido na Ucrânia Oriental. O ataque mais mortífero foi a queda do voo 17 da Malaysia Airlines, tendo resultado em cerca de 300 mortes. Como se sabe, várias equipas de investigação apontam para que o míssil tenha sido de origem russa e que tivesse sido disparado a partir de território controlado pelas milícias pró-Rússia, algo que aumentou a intensidade do conflito e dificultou ainda mais as conversações diplomáticas entre a Ucrânia e a Rússia.

Em França os atentados recentes por parte do Estado Islâmico têm sido os mais devastadores na história do país. A França é teatro de operações de alguns grupos, de entre os quais se destacam o Estado Islâmico, o Grupo de Libertação Antiterrorista, o Exército Secreto para a Libertação da Arménia e a Frente Nacional para a Libertação da Córsega.

O artigo de Alcantara, previamente referido, permite-nos ter uma perspetiva mais completa acerca das décadas e dos locais onde existe maior incidência de ataques. O autor esclarece que os dados foram recolhidos pela Universidade de Maryland, conforme supracitado, a qual considerou como definição de ataque “(...) a ameaça ou utilização ilegal de violência e força sobre um agente não-governamental de forma a atingir objetivos políticos, económicos, religiosos ou sociais através do medo, coação e intimidação” (v.d. Alcantara, 2017).

Foi também durante estas duas décadas, entre 1970 e 1990, que se verificou maior atividade ou maior crescimento do terrorismo de matriz islâmica, muito. As origens deste tipo de “terrorismo *jihadista*” podem ser ligadas ao crescimento do wahhabismo salafista. Esta doutrina islâmica promove uma interpretação menos flexível do Alcorão, incitando

também ao jihadismo militar, através de uma retórica mais conservadora e apoiante de ideais belicistas. Esta vertente de terrorismo é de grande interesse para a presente dissertação, dado o crescimento de tensões no médio-orient e o aparecimento do autoproclamado estado islâmico, que reivindica a maioria dos atentados cometidos em solo europeu, após a Primavera Árabe e o início dos conflitos na Líbia e na Síria.

Esta visão mais fundamentalista do Islão tem origens que remontam à grande fissura confessional que surgiu após a morte do profeta Maomé, criando os dois grupos maioritários dentro do Islão: os sunitas e os xiitas. Porém, não é o único fator que importa realçar quando se aborda o tema do fundamentalismo dentro do Islão, uma vez que essa problemática surge devido a várias circunstâncias, nem todas elas fruto de um radicalismo espontâneo.

### **2.3 O Islão e o fundamentalismo islâmico**

O Islão, juntamente com o Judaísmo e o Cristianismo, é uma das religiões monoteístas mais antigas de que há registo. As três religiões partilham alguns pontos em comum. Por exemplo, em todas se fala de Jesus, de Maria e até de anjos, embora cada uma das religiões dê um grau de importância diferente, ou até narrativas e enfoques distintas acerca dos seus integrantes.

Por que é importante falar do Islão em particular neste trabalho? De momento, para se falar em terrorismo é incontornável falar do Islão – mais concretamente do fundamentalismo e do radicalismo islâmico – e das suas interações com o resto do mundo.

É difícil tentar resumir a história do Islão em poucas páginas, mas é necessário evidenciar pelo menos alguns pontos importantes. O livro central do Islão é o Sagrado Corão e, contrariamente à Bíblia, não é um conjunto de textos independentes, mas sim um texto único composto ao longo de aproximadamente vinte e dois anos, sendo o livro mais longo escrito em prosa árabe. O Corão é visto como a palavra de Deus ou Alá, em árabe. Importa sublinhar que muitas pessoas poderão assumir que Alá para os muçulmanos é diferente de Deus para os cristãos. Porém, esta é uma conceção um pouco errada, visto que Alá é simplesmente a palavra árabe para Deus, sendo até utilizada por cristãos em países de maioria muçulmana. Tal como no Cristianismo e no Judaísmo, existem várias vertentes do Islão (sunismo, xiismo, e sufismo, entre outras), sendo os dois maiores grupos os

sunitas e os xiitas. Uma vez que não existia uma concordância sobre quem seria sucessor do Califa, geraram-se estes dois grandes grupos, os sunitas (o termo sunita é derivado de *Ahl al-Sunnah* ou “pessoas da tradição”, sendo que a tradição se refere aos ensinamentos de Maomé) e os xiitas (o termo xiita é derivado de *Shiat Ali* ou “do grupo de Ali”) que acreditam que Ali era o verdadeiro sucessor de Maomé. Apesar de terem como base das suas crenças o Alcorão, estes grupos diferem mais nos *hadiths* – as palavras, ações ou comportamentos que seriam alvo de aprovação por parte de Maomé – embora tenham alguns em comum. O facto de haver algumas visões mais conservadoras ou radicais dentro do Islão é precisamente o que abre caminho ao fundamentalismo islâmico.

Onde começa, então, o fundamentalismo? Primeiro é necessário compreender que o mundo islâmico (*Dar al-Islam*) considera-se atacado pelo Mundo da Guerra (*Dar al-Harb*) e que não existe uma distinção clara entre a esfera secular e religiosa dentro do Islão (vd. Silva, 2016, p.62). Os fundamentalistas, como descreve Teresa de Almeida e Silva, fizeram uso das ameaças à identidade étnica e à integridade sociopolítica das sociedades muçulmanas por parte do *Dar al-Harb*, de modo a conseguir fazer com que as populações voltassem a abraçar os valores tradicionais e culturais, os quais serão mecanismo de defesa mais tarde (vd. Silva, 2016, p.62). Podemos, então, argumentar que este fundamentalismo surge como alternativa a um secularismo moderno, uma possível resposta ao medo de perder a identidade. Existe um conjunto de características inerentes ao fundamentalismo islâmico:

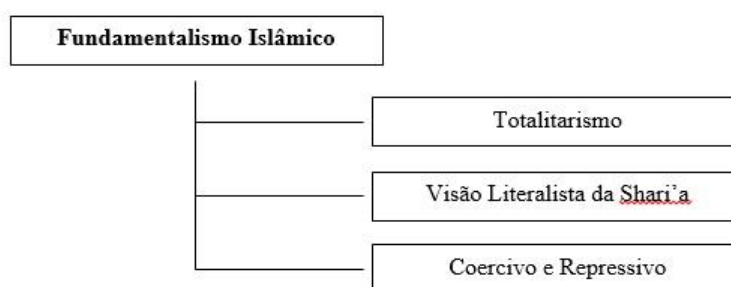


Fig.14. Características do fundamentalismo islâmico.  
Fonte: Silva, 2011, p.63

Almeida e Silva apresenta-nos um conjunto de causas possíveis do fundamentalismo islâmico, começando por introduzir como uma das possíveis causas principais o fracasso da tentativa de implementação de protótipos político-sociais ocidentais. A autora menciona também que outra possível circunstância é o fracasso das alternativas procuradas pelos muçulmanos, surgindo assim vários grupos que se viraram mais para a

fé como identidade e resposta aos seus problemas, defendendo-a de forma violenta se necessário. Teresa Almeida e Silva menciona então as obras de Coggiola, Lara e Pinto que, de forma sucinta, enumeram as principais causas para a existência do fundamentalismo islâmico (v.d. Almeida e Silva, 2016, p.63-65). Segundo estes três autores, o fundamentalismo islâmico tem na sua base um conjunto de fatores complexos, começando por uma crise de identidade no mundo árabe. Os autores mencionam os efeitos negativos de uma reação ao laicismo, ao reformismo e à secularização (casos típicos do Irão, da Turquia e da Argélia). Com efeito, o movimento de secularização do mundo muçulmano evidenciou-se no decénio de 20 do século XX. A Turquia independente de Mustafa Kemal (Atatürk) cortou o cordão umbilical do mundo muçulmano ao suprimir, em 1924, o califado. Com a laicização do país, Atatürk tentou combater a influência cultural e religiosa do Islão sobre a população, dando início a um programa forçado de ocidentalização. Por outro lado, durante a Dinastia Pahlavi (1925-1979), também o Irão conheceu algumas tentativas de modernização, as quais acabariam goradas com o triunfo da Revolução Islâmica, em 1979 (v.d. Coggiola, 2007; Lara 2002; Pinto, 2003).

Adicionalmente, Coggiola, Lara e Pinto referem uma reação etnocêntrica e xenófoba, ou seja, uma reação xenófoba contra qualquer modelo estrangeiro aplicado. Isto surge como principal consequência da crise identitária provocada pela implementação descuidada de modelos políticos e sociais ocidentais.

Estes três autores mencionam também que a divisão do Império Otomano em diferentes Estados independentes fez surgir neles os nacionalismos e ideologias transnacionais, tais como o pan-arabismo que, com Nasser, conseguiu atrair inúmeros partidários em diversos países. Com efeito, o pan-arabismo projetou-se internacionalmente, fazendo parte de um movimento maior – o dos países não-alinhados, organizado na Conferência de Bandung, que procuravam uma “via alternativa” entre os sistemas capitalista e comunista. O objetivo era a procura de uma identidade árabe, perseguindo um objetivo maior que seria o Estado Árabe único, o qual integraria povos detentores da mesma tradição, cultura e língua (v.d. Almeida e Silva, 2011, pp.63- 65).

Uma grande mudança surge após a queda do império Otomano, quando o sentimento de humilhação pela subordinação militar, económica e social do mundo árabe em relação às grandes potências se acentuou. Os muçulmanos consideram-se vítimas das circunstâncias históricas de forças conspirativas justificadas pelo ódio confessional. Este processo de

“vitimização” encetou-se com as Cruzadas, sendo reforçado pela Reconquista, pelo Sistema de Mandatos e, depois, pelo Sistema de Colónias, acabando por se agravar nos nossos dias.

Adicionalmente, Coggiola, Lara e Pinto referem uma repulsa simultânea pelo colonialismo, neocolonialismo e pelo socialismo marxista. Por fim, menciona-se a crise económica e social provocada pelo êxodo rural e pela urbanização explosiva. De facto, a fuga dos meios rurais e a urbanização desenfreada criaram bolsas de pobreza urbana e conduziram à rutura das infraestruturas e dos serviços urbanos. Os habitantes das zonas rurais que chegam às cidades mantêm as suas tradições culturais e religiosas, mas sofrem de um certo sentimento de alienação quanto à sociedade que os rodeia. Assim, o Islão parece ser a única referência válida num ambiente que se lhes afigura hostil. Deste modo, estes indivíduos apresentam-se como uma importante fonte de apoio aos movimentos fundamentalistas (v.d. Coggiola, 2007; Lara 2002; Pinto, 2003). Esta necessidade de defender a fé, e por extensão a identidade, juntamente com o sentimento de alienação, faz com que seja mais fácil apelar à violência. Tendo em conta este facto, a utilização de uma retórica forte e a propaganda ajudam a criar as condições básicas para que o processo de criação de indivíduos radicais ocorra. Em retrospectiva, os comportamentos de elementos radicais fazem com que se criem estereótipos e preconceitos face ao islão, levando então a uma maior alienação e acabando por criar um efeito somatório.

## **2.4 O conceito de *jihad***

Antes de se discutir o estado islâmico e as suas origens, é importante esclarecer o conceito de *jihad* ou jihadismo, uma vez que, contrariamente ao que se possa pensar, não é um conceito recente, muito menos exclusivo do séc. XXI.

De forma objetiva, *jihad* significa luta ou esforço, porém esta interpretação, como tantas outras vindas de livros sagrados, está aberta a muitos sentidos além do seu significado denotativo. Segundo Muhammad Hisham Kabbani, no artigo *Jihad: A Misunderstood Concept from Islam - What Jihad is, and is not*, esclarece que o termo significa a luta interna entre o bem e o mal, a luta por ser um bom muçulmano, acima de tudo. Porém, existe uma vertente militar da *jihad* quando é necessário defender a fé, focando-se primeiro em meios económicos e diplomáticos para travar a guerra. Quando é necessário recorrer à força, existem regras a cumprir tal como, por exemplo, a de que inocentes –

mulheres, crianças ou inválidos – nunca devem ser atacados e qualquer rendição pacífica do inimigo deve ser aceite. No mesmo artigo, Muhammad Kabbani afirma que, em caso de campanha militar-religiosa, uma *jihad* tem de ser declarada pelas autoridades competentes dentro do mundo islâmico e pelos académicos, de forma a declarar unanimemente que a violência é necessária naquele momento para defender a fé.

Isto levanta a óbvia questão: se uma autoridade no mundo islâmico afirma o supracitado, como se pode chamar *jihad* ao que acontece no médio-orientes à data da redação desta dissertação? Esta capacidade de desconstruir e despersonalizar e deturpar a *jihad* de forma a servir interesses de determinados grupos permanece um problema até aos dias de hoje e, como tal, a noção de uma guerra estruturada e com regulamentos estritos a cumprir acaba por se esbater, como também afirma José Teixeira Fernandes:

“o conceito teorizado pelos teólogos-juristas do Islão clássico de uma guerra com regras que pode ser desencadeada em certas circunstâncias foi transformado numa forma de violência quase indiscriminada contra não-muçulmanos e muçulmanos desviantes do «verdadeiro» islão.”

Fernandes, 2017, p.137

O conceito de *jihad* é utilizado e descrito como “guerra santa” por grupos que pretendem glorificar a sua causa e atrair jovens combatentes para as suas fileiras, dando-lhes uma causa pela qual lutar. Porém, a interpretação supracitada da *jihad* está longe de ser a única e, como tal, é necessário sublinhar que alguns indivíduos olham para a *jihad* como sendo exclusivamente bélica – a guerra santa. No fundo, existem elementos radicais que fazem uso da religião para fins menos dignos - embora esse comentário sobre a moral e ética não faça parte do escopo deste trabalho, merece ser feito.

## **2.5 O estado islâmico: origens e potenciadores**

Para começarmos a falar da origem do estado islâmico, também conhecido por DAESH, ISIL, ISIS, entre outros acrónimos, temos de recuar um pouco até ao ataque terrorista ao World Trade Center, de 11 de setembro de 2001. As doutrinas islâmicas mais radicais, citadas anteriormente, já tinham um número considerável de adeptos e praticantes. O ataque de 11 de setembro não foi o início do *jihadismo* moderno, mas foi um dos maiores

impulsionadores, tendo-se mostrado que os EUA não eram intocáveis e que uma rede bem organizada era capaz de provocar danos consideráveis.

Após este ataque, os EUA iniciaram a *war on terror*, mobilizando tropas em diversos teatros de guerra, inclusive no Iraque, mas também dentro do seu próprio território, criando medidas de controlo e segurança implementadas até hoje. A guerra no Iraque, da qual resultou a morte de Saddam Hussein, deixou um vácuo de poder e muitos conflitos em aberto entre sunitas, xiitas e curdos. O enorme vazio de poder e a falta de soluções permitiu a entrada dos tentáculos da Al-Qaeda que operavam na região. Este grupo acabou por ganhar influência e território, sendo visto por muitos civis como os heróis dos Sunitas, começando a perseguir Xiitas, Curdos, Judeus, Cristãos e outros grupos religiosos representados em menor quantidade. Posteriormente, este braço da Al-Qaeda viria a tornar-se o daesh, ou estado islâmico. O desmantelamento do exército iraquiano contribuiu também para o rápido crescimento do grupo terrorista, bem como para a sua rápida expansão territorial. A par das circunstâncias mencionadas, é importante sublinhar que o estado islâmico beneficiou também da instabilidade criada pelo movimento da Primavera Árabe.

A Primavera Árabe teve início em 2010. Foi um movimento de protestos que decorreram no médio-oriente e em alguns países africanos banhados pelo Mediterrâneo, havendo também protestos menores noutras regiões. O movimento foi maioritariamente composto por várias manifestações, revoluções na Turquia, por exemplo, e guerras civis, como sucedeu na Líbia e posteriormente na Síria. No caso das guerras civis, há que evidenciar também que o apoio logístico prestado pelos EUA a certos grupos rebeldes contribuiu para um escalar de conflitos na região e a nível mundial, uma vez que acabou por envolver aliados dos países que detinham o poder na região. Outro dos principais potenciadores do estado islâmico foi, de facto, a guerra na Líbia que, no final, tinha deixado novamente um espaço vazio de poder. As salas de armas líbias foram saqueadas, tendo algumas das armas ido parar, por via da Turquia, segundo Schmitt, Mazzetti e Chivers, à Síria, para armar rebeldes contra o regime de Bashar al-Assad. (v.d. Schmitt, Mazzetti e Chivers, 2013). Veio a verificar-se mais tarde que alguns dos combatentes apoiados por meios logísticos, tanto na Líbia como na Síria, cooperavam ativamente com a Al-Qaeda, acabando por mostrar os perigos de uma guerra por *proxy*, uma forma de fazer a guerra através do armamento de forças locais, evitando entrar pessoalmente no conflito. O daesh aproveitou a oportunidade e continuou a recrutar e a crescer nos países afetados pelo caos,

mostrando-se uma fonte alternativa de ordem apelando às maiorias sunitas, de forma a conseguir estabelecer o controlo da região. A desestabilização da Síria apenas não foi mais longe porque a Rússia interveio, pondo um travão aos avanços dos rebeldes. Porém, isto veio trazer outros problemas, nomeadamente com forças apoiadas pelos Estados Unidos, como se viu durante o conflito na Síria. Por um lado, ambas procuravam parar o estado islâmico, por outro lado, os EUA apoiavam logisticamente os rebeldes anti-Assad, o que tornava a comunicação entre russos e americanos bastante sensível.

O estado islâmico, enquadrando-se na descrição das atividades terroristas expostas no início deste capítulo, aparece com uma retórica poderosa. Apresenta-se como a salvação do mundo islâmico, oferecendo a tal ordem em alternativa ao caos instaurado. Utiliza a violência e o terror como arma de propaganda, fazendo uso também das redes sociais e dos meios tecnológicos ao seu dispor para chegar ao maior número possível de indivíduos. Esta organização apresenta também uma hierarquia e um plano que envolve recapturar o território que outrora fez parte do grande califado muçulmano, estendendo-se até à Península Ibérica e ao leste da Europa, de certa forma fazendo referência aos tempos áureos do mundo muçulmano durante a Idade Média, antes da Reconquista Cristã e das cruzadas. Os seus ataques são coordenados, planeados e suportados por um sistema de células, ou então são levados a cabo por lobos solitários em comunicação com membros superiores na hierarquia.

Em suma, o estado islâmico surge na sequência de diversas situações de tensão: de um conflito interno entre xiitas e sunitas, de uma intervenção de poderes externos e das consequências menos positivas da Primavera Árabe. Grupos terroristas como o estado islâmico utilizaram a propaganda para se fazer passar pelos heróis do povo sunita, dando-lhes uma causa à qual se agarrar de início, perseguindo aqueles que por eles seriam considerados “infiéis”. Esta propaganda é tão visível agora como era no início a atuação do grupo terrorista que fez bom uso dos vácuos de poder deixados no Iraque e na Líbia, bem como de situações de tensão civil e política por todo o médio-orientes e algumas regiões de África. Estas circunstâncias contribuíram em grande parte para o crescimento rápido, quase virulento do referido grupo. Não podemos esquecer, no entanto, os enormes conflitos internos que existem a nível confessional, maioritariamente entre sunitas e xiitas, mas também a nível étnico, panorama no qual temos de incluir os Curdos e outros grupos presentes no médio-orientes que lutam contra a sua própria desintegração.

## 2.6 A radicalização

Tendo analisado o que é um terrorista e as origens do terrorismo de matriz islâmica, importa neste momento perceber como se forma um terrorista. Reiterando o que já foi dito anteriormente, refira-se que as organizações terroristas fazem uso de ferramentas de propaganda, aproveitando os meios ao seu dispor, o que pode incluir tudo, desde panfletos a redes sociais e websites. Contudo, isto é apenas o meio de propagação da mensagem e por enquanto interessa-nos compreender o processo através do qual um indivíduo passa de um cidadão comum a membro de uma célula terrorista. Como tal, voltemos a olhar para a obra de Filipa Soares, embora relembRANDO que esta se refere à radicalização salafista-jihadista. Soares menciona algumas definições do conceito de radicalização, porém, a mais completa, segundo a mesma autora, é a de Charles E. Allen, que afirma que a radicalização remete para “o processo de adoção de um sistema de crenças extremista, que inclui a disposição para usar, apoiar ou facilitar a violência, como um método de efetuar mudança social” (Allen, 2007, p.4). Filipa Soares dá-nos a conhecer as 4 fases da radicalização segundo estes dois autores: pré-radicalização, autoidentificação, doutrinação e jihadização. Assim, a pré-radicalização diz respeito à situação do indivíduo antes de ser exposto à ideologia salafista-jihadista e a fase de autoidentificação envolve o intervalo de tempo em que o indivíduo começa a explorar o Islão radical, redefinindo-se numa nova identidade. Na fase da doutrinação, a pessoa em questão intensifica progressivamente as suas crenças, adotando por completo uma ideologia islamita radical, apoiando e promovendo a causa. Por fim, na jihadização, o indivíduo vê-se como um jihadista, participando ativamente na *jihad* e no planeamento operacional de atentados (v.d. Soares, 2016 pp.37-38).

Conhecemos o processo, mas não as causas, ou pelo menos não a totalidade das razões que levam alguém a associar-se a estes movimentos radicais. Lembrando o que foi referido anteriormente, saliente-se que os terroristas se aproveitam de situações de grande caos e de desordem no geral, como sucedeu no pós-guerra na Líbia e no Iraque. O apelo a uma causa maior alicia as camadas mais jovens. Como nos explica Filipa Soares (2017, pp.48-50), a procura pela identidade é um fator de grande peso neste tipo de matérias e nas escolhas que os indivíduos tomam. No fundo, um jovem inserido numa sociedade com valores, cultura e costumes diferentes, ou num ambiente de caos, talvez se sinta mais

facilmente identificado pela religião que pratica do que pela sua nacionalidade ou etnia. Este tipo de situação é perigoso porque a radicalização processa-se de forma muito silenciosa e, quando invisível, cresce de forma rápida em guetos e em camadas de população “à margem da sociedade” em que se inserem. Podemos, por isso, afirmar que as más condições de vida e a integração mal gerida e mal planeada na Europa podem ser, em parte, responsáveis pela radicalização em solo europeu. Relativamente a esta temática, José Teixeira Fernandes, num artigo para o jornal *O Público*, afirma que

[a] existência de uma massa de indivíduos jovens e desintegrados nas grandes cidades europeias surge como um terreno ideal para a propaganda e o recrutamento do islamismo-jihadista. Este novo proletariado étnico incorpora jovens de gueto, os quais se sentem excluídos da sociedade dominante, desumanizados. Ambicionam o bem-estar material, que não conseguem obter, mas não se sentem atraídos pelos seus valores. Justa ou injustamente, culpam-na pela sua falta de perspectivas na vida. Projectam nesta os seus falhanços pessoais e comportamentos desviantes. Vêm a sociedade onde deveriam estar inseridos como responsável pelos males do Islão, com o qual se auto-identificam e lhes dá um sentimento de orgulho, de superioridade e de missão. O sofrimento dos muçulmanos, do Afeganistão à Palestina, é também o deles. Uma ilação parece torna-se cada vez mais nítida: o multiculturalismo de gueto é uma benesse para o Daesh (estado islâmico) e outros grupos islamistas-jihadistas.

Fernandes, 2016

Surgem então dois fatores determinantes que são a alienação e a desintegração da comunidade muçulmana, no caso dos atentados no seguimento da guerra na Síria e do crescimento do estado islâmico. A xenofobia e o racismo começam a apelar a um número considerável de adeptos, particularmente em países com grande número de migrantes muçulmanos, ou muçulmanos de segunda e terceira gerações. Isto leva a que estas comunidades não se sintam integradas e vivam à margem da sociedade. Por outro lado existem vários casos de comunidades muçulmanas que, simplesmente, não procuram integrar-se na cultura ocidental. Na maioria dos casos, a própria gestão da política de migração e a forma como se recebem e integram as comunidades no seio de um novo país é responsável pela criação de condições que potenciam e facilitam a radicalização.

Qualquer que seja a razão para essa segregação, é necessário saber gerir estas circunstâncias, uma vez que, como foi referido, este tipo de situações leva a que a radicalização ocorra de forma mais rápida e subtil nas grandes metrópoles europeias, como acontece em Molenbeek, uma comuna belga que tem vindo a ficar conhecida como a capital *jihadista* da Europa, visto que alguns dos ataques terroristas em solo Europeu,

desde o escalar do conflito na Síria, foram levados a cabo por indivíduos provenientes desta região, conhecida também por ter um elevado número de migrantes muçulmanos.

Onde ocorre então a radicalização? A radicalização pode ocorrer através de locais de congregação ou de vulnerabilidade, como ilustra Neumann através da seguinte tabela:

	<b>Lugares de congregação</b>	<b>Lugares de vulnerabilidade</b>
<b>Significância</b>	Espaços frequentados pela comunidade muçulmana no seu quotidiano	Espaços favoráveis a crises individuais, situações de stress e alienação, e falta de orientação
<b>Exemplos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesquitas</li> <li>• Cafés</li> <li>• Cibercafés</li> <li>• Ginásios</li> <li>• Campos de férias</li> <li>• Pequenos locais de comércio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prisões</li> <li>• Campos de refugiados</li> <li>• Serviços de assistência social</li> <li>• Universidades</li> </ul>

Fig.15. Tipologia dos lugares de radicalização. Retirado de Soares, 2016, p.53.

Fonte: Adaptado de Neumann 2008, p.28.

São estes alguns dos locais onde pode ocorrer a radicalização, ou os primeiros contactos para o processo se iniciar, sendo, por isso, também os locais mais monitorizados pelas forças de segurança.

José Teixeira Fernandes afirma que

“o mundo islâmico e os muçulmanos são vistos por grelhas simplistas. Uma com estereótipos do passado, outra com visões multiculturais ingénuas. Resultado: uma leva, de forma injusta e absurda, a culpar todos os muçulmanos por atos de uma minoria; a outra pretende reduzir o problema a atos de indivíduos psicóticos e fanáticos desligados de qualquer cultura. A guerra ao terrorismo denota essa incompreensão fundamental.”

Teixeira Fernandes, 2017, p.149

A afirmação acima transcrita de José Teixeira Fernandes espelha uma preocupação concreta relativa à forma como se aborda a forma de ver os muçulmanos. Assim sendo, visões simplistas e estereótipos face aos muçulmanos poderão ser problemáticos a longo prazo.

Alan Krueger e Jitka Maleckova, no seu artigo académico *Education, Poverty, Political Violence and Terrorism: is there a casual connection?*, concluíram que não existe de todo uma relação causal entre o nível de educação e o terrorismo, da mesma forma que não existe uma relação causal entre a pobreza e o terrorismo (v.d. Krueger e Maleckova, 2002). Ao longo deste artigo, Krueger e Maleckova fazem referência às afirmações de Nasra Hassan, uma colaboradora da ONU que entrevistou mais de duzentos militantes envolvidos na causa palestina. Hassan, analisando a questão dos bombistas suicidas, afirma que

[n]enhum deles tinha falta de educação formal, era desesperadamente pobre, burro ou deprimido. Muitos deles eram de classe-média e, a menos que fossem fugitivos, tinham emprego fixo. Mais de metade deles eram refugiados daquilo que hoje é Israel. Dois eram filhos de milionários.

Hassan, 2001

Muitos destes indivíduos estavam envolvidos nestas atividades por motivações puramente políticas e étnicas (v.d. Hassan 2001). Do mesmo modo, são conhecidos muitos terroristas que não provêm de ambientes de pobreza ou que são altamente educados, no sentido formal, como é o caso de Anders Breivik, autor dos atentados de Oslo, 2011.

Krueger e Maleckova sugerem haver poucas ligações entre a pobreza, o nível de educação e participação em terrorismo, ou violência motivada por motivos políticos, embora afirmem que o estudo apresentou resultados relativamente reduzidos dada a pouca informação recolhida (v.d Krueger e Maleckova, 2002).

Ainda que não exista uma relação causal, poderá existir uma correlação entre a pobreza, o nível de educação e a motivação para participar em atos terroristas. Aqui importa distinguir a criminalidade contra a propriedade, que é mais associada a questões de pobreza, da criminalidade política, a qual é associada a motivações políticas e ideológicas. Não obstante, uma sociedade em pobreza generalizada pode resultar em índices de criminalidade maiores, o que, por sua vez, contribui para criar condições que potenciam a radicalização e a sociopatia em geral.

É necessário mencionar a questão da sociopatia no âmbito do terrorismo e o impacto que as condições do ambiente que nos rodeia têm no desenvolvimento de um sociopata. Ramani Durvasula, doutorada em psicologia clínica, afirma que os estudos apontam para

que os sociopatas sejam criados, contrastando com os psicopatas, os quais nascem com determinadas condições psicológicas e neurológicas que resultam nos comportamentos característicos desse distúrbio (v.d. Durvasula, 2018, 00:05:42).

Deste modo, considere-se então o impacto do ambiente que rodeia os indivíduos, dentro do qual temos de inserir a frustração social e as más condições de vida na sua generalidade. Pode-se argumentar então que uma sociedade onde as pessoas vivem em pobreza generalizada tenha maior incidência de indivíduos com comportamentos sociopáticos, o que resulta em várias complicações, uma das quais é o aumento da criminalidade e a facilidade em apelar a comportamentos extremistas. Certamente, o ambiente não é determinante nas ações que os indivíduos tomam, mas tem a sua influência e seria ingénuo não reconhecer este facto. Da mesma forma, não se pode alegar que todas as pessoas que vivem em condições de menor índice de riqueza sejam sociopatas. O que importa aqui sublinhar é que poderá existir, de facto, uma correlação entre as más condições de vida e a sociopatia, daqui se justificando a necessidade de políticas de afastamento em simultâneo com políticas de desradicalização, aliadas a uma abordagem holística multidisciplinar.

## **2.7 Considerações**

O terrorismo é um fenómeno cujas origens ainda estão em disputa, mas sabe-se que remontam muito além da época contemporânea, sendo que o seu crescimento ou notoriedade se acentua a partir da década de 1970, quando se inicia a fase religiosa de terrorismo tendo como algumas das principais organizações o IRA, a ETA e diversos grupos de extremistas islâmicos no médio oriente e no leste da Europa.

Como foi descrito, o terrorismo moderno não se resume ao terrorismo islâmico, embora seja o mais visível nos tempos que correm, devido a circunstâncias políticas, económicas e sociais na região do médio-oriente.

As entidades responsáveis pelas políticas contra o terrorismo têm, hoje em dia, diversas definições de terrorismo, bem como formas de o combater, quer sob a forma de prevenção, quer sob a forma de medidas de contra-radicalização e contra-terrorismo levadas a cabo por forças de segurança especializadas. Porém, podemos também observar

que existem picos de atividade terrorista mais perto do início de todas as décadas, que tendem a diminuir de intensidade.

Adicionalmente, considerando a teoria das vagas ou fases de terrorismo, podemos assumir que surgirá outra fase de terrorismo, com características diferentes daquelas a que já temos assistido. Deste modo, a capacidade de previsão e prevenção destes atentados pode ser melhorada pelo conhecimento destes factos, o que significa uma melhor proteção das pessoas.

Por fim, é necessário ponderar uma abordagem holística para combater a radicalização. Não basta criar programas e políticas de contra-radicalização e de desvinculação, de forma isolada doutras dimensões, tais como a económica ou a psicológica. A abordagem multidisciplinar poderá facilitar a criação de políticas mais amigáveis e mais rentáveis do ponto de vista dos resultados que oferecem, particularmente se considerarmos que a psicopatía pode estar fortemente correlacionada com o ambiente envolvente durante o desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

## **Capítulo III - O Terrorismo enquanto ameaça ao turismo: Estudos de caso, prevenção e gestão dos danos.**

### **3.1 Atacar alvos turísticos, porquê?**

O que leva um terrorista a atentar contra alvos turísticos? No fundo, a resposta a esta questão está ligada a várias circunstâncias, desde a eficácia em relação ao *modus operandi* e aos objetivos de um terrorista, conforme as definições abordadas no capítulo anterior, à raiz das causas da radicalização, sem a qual os terroristas não teriam tantos apoiantes nem membros nas organizações. A análise feita neste capítulo terá em conta casos particulares que correspondem à vaga religiosa de terrorismo, dentro da qual se destaca o extremismo islâmico, por ser a que se encontra com maior campo de ação, à data da escrita deste trabalho.

Com base no que foi referido no segundo capítulo da dissertação, podemos afirmar que os ataques terroristas não são um fenómeno recente na Europa, e que já foram vários os ataques a alvos de cariz turístico, como aeronaves comerciais, cruzeiros ou grandes eventos. Como refere Miguel Monjardino,

[o]s aeroportos, as estações de metropolitano, os hotéis e as grandes salas de espetáculos nas capitais europeias são agora os principais alvos daqueles que usam o terrorismo para atingir os seus objetivos políticos. Os governos, os serviços secretos e as polícias não têm recursos infinitos. É impossível proteger milhares de pessoas nestes grandes espaços.

Monjardino, 2016

Esta análise de Monjardino indica algo que, embora pareça óbvio, merece ser destacado. Os recursos, sejam eles quais forem, estão sempre sujeitos às leis da escassez e, como tal, são finitos, o que significa que é necessário estabelecer prioridades na sua gestão. Este facto levanta problemas, uma vez que, como é explicado na citação anterior, os terroristas procuram agora locais turísticos, pois aí poderão encontrar muitas pessoas, de modo a maximizar o impacto das suas ações. O facto de não se conseguir prestar auxílio em vários locais em simultâneo, ou de garantir a segurança de todas as pessoas em todas as situações adversas, faz com que surja a necessidade de alocar recursos para a prevenção. Ou seja, perante a impossibilidade lógica de prever todas as crises e os seus danos, surge a necessidade imediata de ponderar sobre formas de mitigar e combater a crise antes de a

mesma surgir, embora o equilíbrio entre a prevenção e a gestão da crise seja delicado e careça sempre de uma análise cuidada.

Tendo em conta o que foi descrito no capítulo anterior, sabemos que o terrorismo tem uma grande carga política adjacente e é ferramenta para atingir os objetivos de determinado grupo. Deste ponto de vista, parece pouco justificável atacar alvos dentro da esfera turística, considerando que o turismo não parece imediatamente ligado ao panorama político. São ataques não só ao turismo enquanto atividade e às pessoas que são afetadas diretamente, mas também aos governos dos países onde ocorrem. Estes incidentes apresentam a capacidade de revelar fragilidades de segurança, atraindo mediatização e ajudando a planear próximos ataques. Esta situação é piorada pela dificuldade em implementar medidas de segurança fortes que não impactem os turistas e as infraestruturas de forma negativa, ou seja, medidas que não afetem diretamente a imagem de destino ou o bem-estar dos visitantes.

Outra justificação para atentar contra alvos turísticos é fornecida por Anthony Clayton e Maximiliano Korstanje. Os autores referem que a literatura corrente tende a dar ênfase ao turismo como agente de crescimento económico em países em desenvolvimento, acrescentando que o terrorismo é visto como regressivo, anti-liberal, anti-estrangeiro, anti-globalização e contra a livre disseminação de ideias, baseando-se, portanto, numa filosofia oposta à do turismo. (v.d. Clayton e Korstanje, 2012). Na base deste argumento, os autores referem também a obra de Grosspietsch, sugerindo que o turismo e o terrorismo estão ligados pela prosperidade dos visitantes face à relativa pobreza dos locais, o que acaba por nutrir sentimentos de ressentimento baseados na dependência económica do país hóspede (v.d. Grosspietsch, 2005). Esta noção surge, então, da relação que se cria entre o país que acolhe e quem é acolhido, sendo que, por diversas vezes, existe um sentimento de subserviência económica, embora não se verifique na prática, uma vez que a maioria dos turistas viaja para conhecer a cultura do próximo e não para o subjugar por via económica. A esta afirmação Clayton e Korstanje acrescentam que o terrorismo e o ódio étnico são uma mensagem poderosa, sublinhando que muitos terroristas que levam a cabo atentados no Ocidente são indivíduos educados no Ocidente e muitos não vêm de situações de pobreza (v.d. Clayton e Korstanje, 2012). Podemos assim inferir possíveis motivos adicionais para realizar um atentado contra o turismo, tendo em conta a mensagem de união e cooperação que esta atividade transmite, bem como o facto de que o turismo depende e promove um ambiente multicultural.

Um ataque terrorista a um ponto turístico no Ocidente tem um conjunto de consequências adjacentes, umas imediatas, outras a médio-longo prazo. Em primeiro lugar, mostra que é possível levar a cabo um atentado direcionado a pontos turísticos, ou em zonas altamente vigiadas. Em segundo lugar, atrai mais atenção por parte dos meios de comunicação, ou seja, é propaganda rápida para a causa do grupo terrorista. Em terceiro lugar, alterações no *modus operandi* tornam os elementos da célula terrorista mais eficazes, provocando mais danos com menos recursos. Por fim, atinge plenamente um dos principais objetivos da atividade terrorista: gerar o sentimento de medo e terror, conforme indica Monjardino, analisando os atentados de 2016 em Bruxelas.

Do ponto de vista dos terroristas, este tipo de alvos oferece grandes vantagens ao nível tático e estratégico: (I) um ataque como o desta manhã em Bruxelas é relativamente barato; (II) não exige um grupo muito grande de operacionais terroristas; (III) tem um enorme impacto psicológico; (IV) grande valor em termos de propaganda política e, (V) um impacto económico substancial – um pequeno grupo de pessoas obrigou a Bélgica a parar esta terça-feira.

Monjardino, 2016

Como afirma Monjardino, os terroristas têm uma série de vantagens ao realizar um ataque direcionado ao turismo. Neste caso em particular, Monjardino refere-se aos atentados bombistas em março de 2016, os quais tiveram lugar em Bruxelas, junto ao aeroporto e ao metro. Conforme afirma, um ataque pode ter um custo relativamente baixo, dependendo dos meios utilizados, e resultar num efeito devastador tendo em conta que se pode de facto “parar” um país. Não é efetivamente necessário um grande número de operacionais para provocar muitos danos, e este ataque, em particular, teve um valor significativo para a propaganda terrorista. Novamente, podemos referir também o impacto económico negativo na bolsa mundial e na economia europeia, não esquecendo que Bruxelas tem sido a capital das transações bancárias internacionais, é também a capital económica da Bélgica, e é vista como a “capital” da EU, servindo de ponto de convergência para os líderes mundiais. Podemos, então, afirmar que as consequências imediatas são a perda de vidas humanas e a destruição material de edifícios, património e infraestruturas.

Quanto às consequências a médio-longo prazo, estas poderão ser igualmente devastadoras. Sendo o turismo uma atividade económica de grande importância a nível mundial, um ataque a uma estância, como sucedeu na Tunísia em 2015, tende a provocar impactos de proporções gigantescas. Essas quebras, por sua vez, são capazes de originar

ao encerramento de diversas empresas, o que pode significar um aumento do nível de desemprego. A falta de emprego e, no geral, as más condições económicas podem levar a uma crise, o que trará consigo facilidade em recrutar membros para as organizações terroristas. Estas são circunstâncias a considerar, tendo em conta o panorama económico da atividade turística, particularmente se não houver uma gestão cuidada do impacto do atentado nos momentos em que ocorre e nos primeiros após o decorrer da crise.

A nível económico algumas quebras serão difíceis de colmatar, não por falta de resposta, mas pela condição de perecibilidade de alguns bens e serviços, como se verifica na hotelaria ou na aviação. Esta condição, nestes casos, significa que, se um quarto de hotel, ou lugar num avião, não for vendido num determinado dia, nunca será vendido e é dinheiro que a empresa não consegue recuperar. Tendo isto em consideração, a capacidade de desestabilização que um atentado pode ter, através da consequência direta de cancelamentos de voos e reservas, por exemplo, é muito elevada.

Porém, as adversidades económicas são apenas parte das consequências negativas de um atentado terrorista, surgindo também impactos ideológicos e sociais, os quais merecem destaque. A nível ideológico, atendendo particularmente à vaga religiosa do terrorismo, é necessário mencionar o fundamentalismo islâmico e a radicalização que ocorrem em solo ocidental. Estes dois fenómenos apresentam um desafio ao Ocidente e ao turismo nessa região do globo, uma vez que estarão na base de muitos ataques sofridos tanto na Europa como noutros locais do mundo ocidental. A questão do Islão na Europa é, presentemente, um desafio que os líderes europeus têm de enfrentar se pretenderem um clima de paz positiva duradouro. Adicionalmente, é necessária uma política de migração devidamente planeada para fazer frente aos desafios dos fluxos oriundos do Levante e médio-oriente, surgidos da instabilidade sentida nestas mesmas regiões. Estas noções inserem-se dentro da componente ideológica dado que o Islão opera, como vimos anteriormente, num sistema largamente teocrático onde a linha entre a fé e a política é ténue. Assim sendo, a política dá uma carga ideológica maior a uma noção religiosa já por si deveras influente.

Deste modo, podemos considerar que a gestão destas circunstâncias é uma prioridade, de modo a evitar futuras situações de violência direta como atentados, ou indireta, trazidas por aumento de tensão social, étnica e racial.

Abordando a vertente social, reitere-se aqui o erro crasso que é ignorar os impactos não-imediatos de um atentado terrorista na sociedade, nomeadamente tensões entre grupos dentro da própria região, que têm um grande potencial de gerar mais alienação, mais discórdia e mais violência, acabando por se tornar numa espiral. Neste âmbito, é

necessário ponderar as repercussões internas como o crescimento de movimentos nacionalistas extremistas e a segregação mais acentuada das comunidades islâmicas. Estrategicamente, o próprio estado islâmico, na sua revista de propaganda, indicava querer instigar os ocidentais ao ódio contra os muçulmanos, tornando assim o apelo à causa ainda mais eficaz. Se a radicalização pode ser feita numa mesquita, num café ou até mesmo online, um grupo de pessoas alienado tem a capacidade para se fechar mais a fatores externos, impossibilitando um despiste correto do fenómeno de radicalização. Ou seja, quanto mais isolada for uma comunidade, mais difícil será ganhar perceção do processo em questão. Adicionalmente, uma má gestão dos fluxos migratórios acaba por fazer com que os indivíduos se fechem naquilo que para eles é familiar e seguro, deste modo fazendo eles próprios por se afastar da sociedade envolvente, vendo esta situação como a única forma de lidar com o novo meio em que se inserem. Assim, requer-se uma gestão cuidada das migrações, de modo a não causar choques culturais ou situações de desconforto quer para os migrantes, quer para os residentes da região.

Um ataque a um ponto turístico poderá, de facto, ter o intuito de afetar a economia da região, mas também podemos assumir que os restantes aspetos médio-longo prazo são tidos em conta pelos terroristas, dando mais importância à propaganda através dos meios de comunicação e das redes sociais, e ao impacto que tem um ataque ser levado a cabo com êxito no Ocidente, mostrando que o grupo está, de certa forma, a obter resultados visíveis e isso é algo que atrai novos militantes.

Situações de conflito, ou de instabilidade generalizada, podem inclusive alterar a imagem do destino, tornando-o passível de ser visto como “menos seguro”, por exemplo, o que, tendo em consideração a hierarquia das necessidades exposta por Maslow, pode resultar em consequências negativas para o destino, uma vez que os indivíduos se mostram reticentes em viajar para locais onde a sua segurança e integridade física possam vir a estar comprometidas.

### **3.2 Estudos de Caso**

Existem demasiados casos que poderiam ser analisados nesta parte do trabalho. Como tal, foi feita uma seleção de alguns que parecem ser pertinentes para o estudo dos efeitos de atentados terroristas no mercado turístico. A escolha dos casos foi ponderada em função do impacto que os atentados tiveram a nível económico na estrutura do turismo, analisando as quebras sentidas após a crise em função da proximidade temporal, face à data da

redação deste trabalho. Importa aqui analisar de que modo o turismo foi diretamente afetado nos três níveis referidos anteriormente: económico, social e cultural. Assim, devemos também observar de que forma os atentados tiveram impacto na imagem de destino e que alterações foram feitas para combater uma mudança negativa.

Os casos escolhidos foram o atentado de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, o atentado de 2015 em Sousse, na Tunísia, e os atentados em Paris no ano de 2015, nomeadamente a sequência de atentados que foi levados a cabo no Bataclan e noutros locais no mesmo dia.

### **3.2.1. Nova Iorque, Estados Unidos da América, 2001**

No dia 11 de setembro de 2001, indivíduos ligados à Al-Qaeda sequestraram quatro aviões comerciais, fazendo dois deles colidir com as torres do World Trade Center. Este atentado resultou na morte de mais de três mil pessoas, ferindo mais de seis mil. Foi um ataque sem precedentes que chocou o mundo pela violência com que se executou e pelo facto de ter acontecido em Nova Iorque, em pleno solo americano. O impacto deste atentado foi tal que na área do contra terrorismo muitas vezes se faz a distinção entre o mundo pré 11 de setembro e pós 11 de setembro. A maneira como se viaja e as medidas de segurança implementadas também foram alteradas, influenciando o turismo, como seria de esperar. Por exemplo, o controlo de tráfego aéreo sofreu fortes alterações que permitem monitorizar melhor e prevenir determinadas situações, e realizado um reforço das medidas de segurança implementadas nas diversas fases do embarque no avião.

Note-se também o impacto sentido na economia e na bolsa imediatamente após o atentado, tendo sido registada uma quebra no mercado de valores de Nova Iorque de quase setecentos pontos no primeiro dia após o atentado, valor que subiu para os mil trezentos e setenta pontos no final da semana do atentado, estimando-se uma perda de valor de 1,4 triliões de dólares nos primeiros cinco dias após o atentado (v.d. David, 2017).

Veronika Bysyuk menciona que, nos primeiros meses após este atentado, o turismo global sofreu uma quebra de 10%, tendo alguns países registado quebras de 30%, como foi o caso do Egipto, o qual era, naquela altura, um dos Estados com maior influência no panorama turístico da região (v.d. Bysyuk, 2010, p.11-20). Bysyuk refere que estas perdas poderiam ter sido maiores, se o turismo não tivesse crescido 3,8% nesse ano, o que acabou

por se tornar numa almofada para a crise sentida. A autora refere também que as medidas tomadas para gerir o impacto dos atentados foram cruciais para amenizar perdas a nível económico. Estas ações passaram por realocar os escritórios destruídos, renovar a zona afetada de Manhattan, construir estruturas de segurança em locais vistos como sensíveis a estes ataques, melhorar as condições de segurança nos aeroportos, melhorar a resposta militar a casos semelhantes e fornecer treino especializado às forças de segurança responsáveis.

O atentado de 11 de setembro de 2001 provocou também uma alteração na imagem que os turistas tinham da cidade, não só pelo facto de que se passou a associar aquele local específico a um atentado, mas também porque a cidade perdeu dois dos seus edifícios icónicos. Além disto, a ideia de que os EUA seriam intocáveis ou que algo deste género nunca aconteceria em solo americano caiu por terra, provocando um choque na própria imagem dos Estados Unidos enquanto nação. Tal como se verificará em qualquer atentado, existe sempre um impacto negativo na imagem de destino, do ponto de vista da segurança, o que pode comprometer a recuperação da região. Este impacto deve-se principalmente à mediatização do sucedido e à velocidade com que essa informação chega aos indivíduos que pretendem viajar. O quão fortes são esses impactos negativos dependerá da forma como as regiões gerem a sua recuperação.

A resiliência do turismo surge como um dos fatores principais da recuperação, mas importa referir aqui algo igualmente importante, que é o nível de dependência do país ou região relativamente à atividade turística. Uma região mais dependente do turismo enquanto fonte de receita poderá sofrer consequências mais graves, como veremos em seguida. No caso de Nova Iorque, as quebras mais significativas verificaram-se na bolsa de mercados. Porém, a nível de fluxos turísticos, as medidas de segurança impostas fizeram com que a recuperação ocorresse de forma relativamente rápida.

O local onde hoje se pode encontrar o memorial e o museu de homenagem às vítimas do atentado de 11 de setembro passou a ser uma das principais atrações turísticas, revelando a capacidade de recuperação que o turismo tem. Por exemplo, os trabalhadores do museu afirmam que este já teve mais de dez milhões de visitas desde que abriu em 2014, enquanto o memorial já conta com mais de trinta e três milhões de visitas desde o início da sua atividade em 2011. O objetivo principal deste museu e do memorial é imortalizar e prestar homenagem às vítimas dos atentados, tendo também um papel fundamental no que diz respeito a atrair turistas de volta a Nova Iorque e também como símbolo de que os Estados Unidos enquanto nação conseguem fazer frente a estas crises.

### 3.2.2. Sousse, Tunísia, 2015

Um indivíduo, junto aos hotéis Bellevue Park e Imperial Marhaba, fazendo uso de uma AK-47 escondida num guarda-sol, abriu fogo sobre quem estava na praia, matando cerca de trinta e nove pessoas e ferindo outras trinta e seis. Sabe-se também que a maioria das vítimas que morreu era composta por visitantes do Reino Unido. Este ataque veio na sequência de outro que tinha tido lugar em março, também na Tunísia, no museu Bardo, com recurso a armas de fogo. No museu Bardo a maioria das vítimas também era composta por turistas de origem europeia.

No âmbito das reações domésticas, o primeiro-ministro da Tunísia, Habib Essid, pediu medidas globais contra o terrorismo e anunciou que iria fechar mais de oitenta mesquitas radicalizadas. Adicionalmente, Essid implementou novas medidas antiterrorismo e maior controlo e reforço de segurança em alguns locais, tais como o aumento da presença de forças policiais junto das populações. Tanto nas zonas turísticas como junto das populações, foram colocadas forças armadas do exército em pontos estratégicos do país e aumentou-se o alerta de terrorismo. Desta forma, Essid tentou controlar o maior número de fatores possível, de modo a minimizar os danos sentidos e os danos colaterais.

A nível económico, a Tunísia registou quebras de perto de quatrocentos e sessenta milhões de euros, fruto do êxodo em massa de turistas e do afastamento de possíveis visitantes. Dezenas de empresas tiveram de fechar portas por falta de negócio e vários voos e reservas foram cancelados, o que teve um impacto devastador na economia de um país onde o turismo representa 15% do PIB (v.d. Silva, 2015). O facto de este não ser o primeiro atentado nesta região em tão pouco tempo revela que possivelmente a infraestrutura económica e o mercado turismo seriam alguns dos alvos principais, particularmente se considerarmos que a Tunísia estava a recuperar a confiança dos turistas após a desestabilização provocada pela Primavera Árabe e pela guerra na Líbia. Foi, portanto, um golpe que derrubou a tentativa de recuperação de um período de instabilidade na região da Tunísia e países adjacentes. Desconhece-se, porém, até que ponto a devastação e a destruição seriam os objetivos principais, sendo portanto o abalo da infraestrutura económica um dano colateral. No entanto, sabe-se que ambos os atentados de 2015 tiveram repercussões fortes na economia da Tunísia e no mercado turístico da região.

As nacionalidades das vítimas também são um aspeto relevante. Conforme referido, sabe-se que a maioria era do Reino Unido, levando esse facto a inferir que poderá ter havido um estudo prévio, por parte do terrorista, sobre as nacionalidades das pessoas que frequentam aquela praia. Supondo que este argumento se verifica, pode ser apresentada a teoria de que se tentou passar uma mensagem clara ao Reino Unido, e, num panorama mais lato, ao Ocidente, mostrando que é possível atacar em qualquer local do mundo um turista de determinada nacionalidade, algo que automaticamente se traduz na perda de muitos turistas, uma vez que estes deixam de visitar o país. Note-se que é uma forma de ferir um Estado (neste caso em concreto o Reino Unido) sem estar presente no mesmo.

No que diz respeito à imagem de destino, a Tunísia sofreu um golpe do qual tem sido difícil recuperar, não apenas pelos atentados em si, mas pelo clima geral de instabilidade na região. Apenas em 2018, se começa a verificar que os turistas sentem confiança para voltar a este país, o mesmo se confirmando em países como a Líbia e a Turquia, o que revela, de facto, a importância que a segurança tem para os turistas e o impacto que é sentido quando a segurança é afetada do ponto de vista da imagem de destino (v.d. *Publituris*, 2019). No caso da Tunísia os atentados foram as situações que causaram mais danos, porém, no caso da Líbia e da Turquia as quebras devem-se principalmente à instabilidade trazida pela Primavera Árabe e ao escalar de conflitos armados como a guerra na Líbia e na Síria, conforme sugere o artigo publicado a 2 de abril de 2019 na *Publituris*:

“2018 foi um ano bom”, afirmou Rene Trabelsi, ministro do Turismo da Tunísia, mostrando-se confiante quanto aos resultados de 2019, até porque as reservas para janeiro e fevereiro já atingiram níveis superiores a 2010, o ano imediatamente anterior à Primavera Árabe.

Recorde-se que, na Tunísia, o turismo representa cerca de 8% da economia e emprega 400 mil pessoas, mas o setor foi fortemente prejudicado com a Primavera Árabe, em 2011, assim como pelos atentados contra turistas, em 2015.

*Publituris*, 2019

Reitera-se aqui a importância que a segurança tem na escolha e na imagem de destino, embora existam indícios do oposto. Durante a segunda guerra mundial, por exemplo, não deixou de existir turismo pela Europa, inclusive na Alemanha, em França ou na Grã-Bretanha, provando que mesmo em tempo de guerra o turismo consegue sobreviver, o que não significa que as quebras nas chegadas internacionais e domésticas não sejam consideráveis.

### 3.2.3. França, 2015

Desde que o conflito na Síria se desenrola que França tem sido alvo de vários atentados terroristas. Existe registo de múltiplos ataques em solo francês, porém, há uma sequência da qual não podemos evitar falar, tanto pela violência envolvida como pelo impacto que os mesmos tiveram. Trata-se de um conjunto de ataques coordenados nos arredores de Paris que tiveram como principais alvos estabelecimentos de comércio ou locais mais movimentados, concretamente a Rue de la Fontaine-au-Roi, a Rue de Charonne, as ruas Bichat e Alibert, os bairros perto do Stade de France e o teatro Bataclan.

Desta série de ataques resultaram mais de cento e trinta mortos, sendo que a maioria é composta por vítimas fuziladas dentro do teatro Bataclan, onde três indivíduos entraram e abriram fogo indiscriminadamente, de forma “calma” e “determinada”, tendo recorrido a granadas, segundo algumas testemunhas. Importa referir também que no Stade de France estava a decorrer o jogo entre as seleções da França e da Alemanha e que foram ouvidas explosões nos bairros adjacentes ao estádio.

Ao analisar estes ataques, podemos inferir que o número de vítimas está correlacionado com o *modus operandi* do atacante, visto que o maior número de mortes ocorreu num local onde os indivíduos entraram armados e começaram a disparar contra as vítimas, tendo um resultado bastante distinto do que teria acontecido se tivessem utilizado um cinto de explosivos, como sucedeu num concerto da cantora Ariana Grande, em Manchester, em 2017. O mesmo se verificou durante os ataques em Sousse, onde o recurso a armas de fogo permitiu que o terrorista continuasse ativo por muito mais tempo e conseguisse ter um efeito mais devastador sobre os seus alvos, tanto maior quantas mais munições tinha ao seu dispor.

Este tipo de ataques demora tempo a planear e a organizar a nível logístico, o que sem apoios externo e interno seria impossível, nomeadamente na aquisição e no transporte de armas de fogo, apontando assim para a existência de uma célula maior e de redes no mercado negro. Pelo mesmo critério, a escolha dos alvos é crucial tanto para maximizar os danos causados como pelas rotas de fuga. Se olharmos para o mapa dos atentados em Paris, podemos verificar que estão todos mais ou menos alinhados e perto de estradas, permitindo uma fuga e deslocação mais rápida, o que resulta numa movimentação eficaz entre os alvos.

Tendo em conta que a França é um dos países da Europa que mais turistas recebe, segundo a OMT, rondando os 82 milhões em 2016 (v.d. OMT, 2017, p.6), o impacto sentido no turismo teve repercussões consideráveis a nível económico, embora não tenham sido tão graves como aquelas sentidas na Tunísia. Contudo, podemos mencionar, por exemplo, que a Eurodisney Paris sofreu uma quebra de cerca de 7% nas visitas após os atentados de 2015.

Porém, a imagem de destino da França não parece ter sofrido um abalo considerável. Os turistas mostraram-se confiantes e França registou em 2017 um nível recorde de visitas, sendo o mais alto em dez anos (v.d. Godfrey, 2017). Esta recuperação rápida pode ser atribuída a fatores como uma boa gestão da crise, a implementação de medidas de segurança fortes, bem como ao facto de França depender do turismo, mas de este não ser uma fonte de rendimento primária, sendo que este país não surge na lista top 20 dos países mais dependentes do turismo, segundo a WTTC (v.d. Smith, 2018).

\*

De forma geral, embora estes casos de estudo sejam diferentes na sua base, tendo em conta a região, a importância do turismo no local e o panorama geral de segurança, existem alguns critérios comuns na forma como a recuperação é efetuada, nomeadamente no que diz respeito à colaboração entre os *media*, às forças de segurança e aos elementos ligados à prática turística. Essa cooperação e esforço comum podem ser orientados de diversas formas, porém, a maior parte do trabalho está na ênfase em minimizar os danos *in loco* e adicionalmente tentar preservar a imagem de destino, de modo a atenuar futuras perdas, embora tal não se verifique em todos os casos. Quer isto dizer que as prioridades na gestão da crise variam conforme os meios disponíveis, mas também de acordo com a importância que o turismo possa ter na região. Portanto, se uma cadeia hoteleira for devesas importante para determinado local dentro de um país, poderá ser expectável que se aloquem mais recursos para a preservação dessa cadeia. Existe sempre alguma margem para alterar planos e formas de gerir diversas crises, porém, os recursos são finitos e isso obriga a que muitas vezes se tenha de apostar mais em certas áreas em detrimento de outras.

Hani Abdullah Ali, num artigo em que aborda a recuperação da Líbia do ponto de vista turístico, após a sua desestabilização devida à Primavera Árabe e da guerra, menciona também os impactos que outros países sofreram com diversas crises relacionadas com o

terrorismo. Por exemplo, o autor menciona o caso do Bali que em 2002 sofreu quebras devido a uma série de atentados bombistas. A recuperação deste destino verificou-se de forma relativamente rápida devido aos esforços de agências governamentais em trabalhar com agentes de marketing junto das entidades turísticas. Além disto, a rapidez com que os terroristas foram capturados ajudou a recuperar o sentimento de segurança, não esquecendo as medidas impostas imediatamente após o atentado, tais como o reforço de segurança em locais críticos, a elevação do alerta terrorista e ainda o desvio de rotas aéreas para outros locais, evitando perdas mais acentuadas na aviação e alojamento. (v.d. Ali, 2013, p.4).

Podemos então inferir que o papel dos meios de comunicação é, de facto, bastante importante tanto nos instantes imediatamente após a crise, como posteriormente nos esforços para a recuperação da região. Os meios de comunicação, nomeadamente jornais, telejornais e redes sociais, são os primeiros contactos que a população geral tem com a crise, pelo que é imperativo que se passe a informação necessária de forma cuidada, sucinta e num tom de voz calmo e assertivo, assegurando que não se gera o pânico nem que se deixe margem para especulação.

Chama-se a este momento a “hora dourada”. É a primeira hora, os primeiros momentos, após o impacto da crise (v.d. Bakker & Graaf, 2014, p.15). Durante este período importa fornecer ao público informação factual, bem como passar mensagens sobre o que fazer e também explicar por que foram tomadas certas medidas. Por fim, é necessário confirmar ou desmentir rumores o mais depressa possível. Estas medidas visam, conforme mencionado, minimizar a especulação, uma vez que, como é comum em crises relacionadas com terrorismo, raramente se tem todas as circunstâncias auferidas no imediato. Além destas medidas é importante monitorizar os meios de comunicação em geral para ter a certeza de que a informação está a ser transmitida com clareza e não de forma alarmista, o que pode ir ao encontro do plano dos terroristas, ajudando a criar mais pânico, sem necessidade. De forma a canalizar os esforços da população, também são implementadas medidas e causas através das quais os membros da comunidade podem auxiliar os esforços das autoridades. Por exemplo, numa situação de crise é comum criarem-se grupos de apoio, recolhas de alimentos ou donativos, conforme as necessidades que possam surgir. Numa situação de atentado por parte de extremistas religiosos, as comunidades dessa mesma religião podem inclusive prestar auxílio ou realizar marchas de apoio às vítimas.

Isto é imperativo, pois ajuda a amenizar o sentimento de impotência perante a crise, levando a uma maior resiliência por parte da população e das entidades locais. O mesmo pode ser tido em conta no panorama turístico, quando nos referimos aos memoriais do 11 de setembro ou à reabertura dos hotéis e museus na Líbia. As ações acima descritas são sinais de recuperação económica, mas acima de tudo são uma mensagem clara de que os países e as populações não se deixarão intimidar por crises.

Todas as medidas podem ser vistas como, por um lado, resposta à crise e, por outro lado, à necessidade de enviar uma mensagem clara aos terroristas. Nestes casos voltamos a mencionar a pirâmide de Maslow e a importância que a segurança tem na escolha do destino turístico e no dia-a-dia das pessoas.

Outra nota importante acerca destes estudos de caso é que o facto de um país receber muitos turistas não significa que seja altamente dependente do turismo. Por exemplo, França recebe mais de 80 milhões de turistas todos os anos e em 2016 a contribuição total do turismo para o PIB era de 8.9%, enquanto em Espanha, por exemplo, que recebe aproximadamente menos 10 milhões de turistas por ano, a contribuição total para o PIB rondava os 15% em 2016. Assim, podemos tentar estabelecer uma correlação entre os danos sentidos e a importância do turismo para o PIB. No caso da Tunísia, a contribuição total do PIB rondava os 17% à data dos primeiros atentados em 2015. Referente às perdas económicas note-se também a elevada quebra na altura da Primavera Árabe entre 2010 e 2011, comparativamente aos outros países dispostos na fig.16.

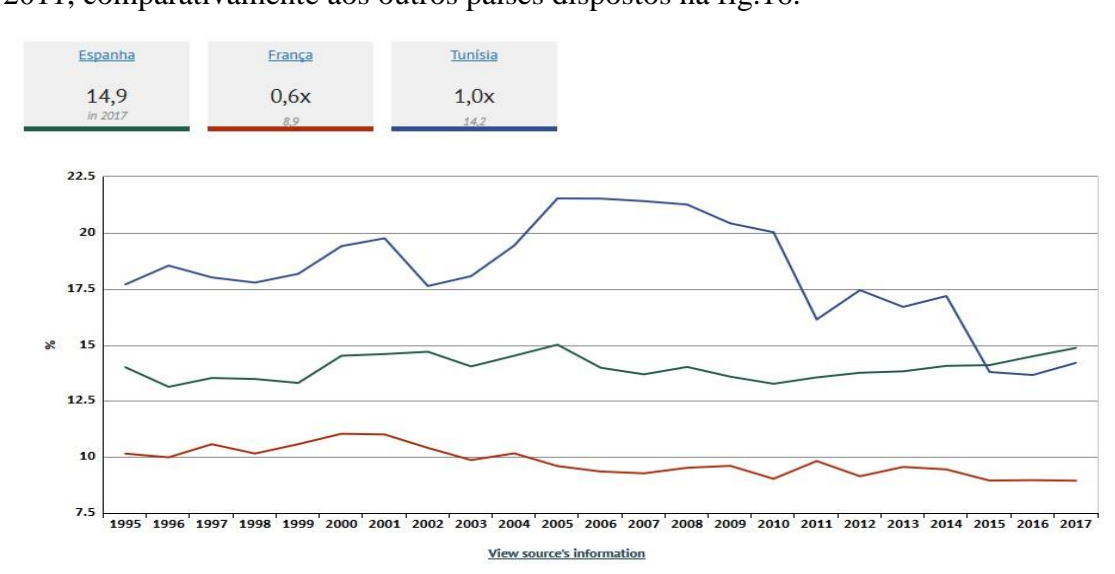


Fig.16. Percentagem do PIB total correspondente a turismo. Verde- Espanha; Vermelho-França; Azul-Tunísia.

Fonte: *Atlas Mundial de Dados*. Disponível em <https://bit.ly/2Iwam6u>

Tendo em conta esta análise, surge a necessidade de perceber como se pode proceder à salvaguarda do turismo, bem como ao controlo dos danos trazidos por determinada crise em contexto turístico. Nos casos de estudo anteriormente descritos, já foram mencionadas algumas medidas do ponto de vista da recuperação do destino, tendo em conta diversos autores, porém, essas medidas são apenas posteriores à contenção e à resolução da crise. Importa primeiro perceber que medidas são tomadas para controlar os impactos negativos de uma possível situação adversa. Este conjunto de medidas pode ser dividido em duas grandes categorias: a prevenção e a gestão da situação, também conhecida como gestão da crise ou *crisis management*. De que modo pode, então, esta gestão ser implementada e estudada?

### **3.3 Incidentes: prevenção e gestão da crise**

Prevenção é a chave para evitar que muitos desastres aconteçam, mas não se consegue prever e prevenir todas as situações, pelo que é necessário ponderar medidas de contenção e gestão de possíveis crises. Neste caso, a prevenção e a gestão da crise ocorrem em momentos distintos, embora se possa argumentar que a prevenção já é uma forma de gerir os impactos antes de acontecerem.

A prevenção foca-se, então, num conjunto de medidas que visa impedir que certas circunstâncias se formem, evitando, assim, uma possível crise (atentado, neste caso). Por exemplo, medidas de controlo de radicalização seriam uma vertente mais preventiva e não de gestão da crise, uma vez que o seu objetivo é impedir a crise através da eliminação de fatores potenciadores da sua existência, em primeiro lugar.

A gestão da crise foca-se em saber gerir e conter a situação adversa quando ela ocorre. Ambos os momentos são importantes e cada país ou região apostará os seus recursos mais num ou noutro, procurando um equilíbrio satisfatório. Por exemplo, na eventualidade de um atentado, a existência de um conjunto de medidas que permita uma sinergia entre as forças de segurança, socorristas e agentes do turismo seria o ideal. O objetivo desta gestão é precisamente conter a situação e impedir que se torne numa crise de maiores dimensões. Derman Küçülkatan aborda o tópico da gestão destas circunstâncias no setor turístico do ponto de vista empresarial, dando-nos algumas sugestões daquilo que poderia ser feito a nível interno e externo:

[a]s empresas turísticas deviam tomar medidas a nível interno contra ataques terroristas, recorrendo à segurança em primeiro lugar. Estas empresas fazem o seu melhor para proteger o seu espaço físico contra possíveis atentados. Deviam reunir com instituições de segurança oficial e privada e, caso a empresa tenha uma unidade especial dedicada à segurança, essa unidade devia estar informada acerca do terrorismo e do estado da arte no que diz respeito às medidas a tomar.

Küçükaltan, 2006, p.86

Através desta afirmação pode-se verificar que existe uma preocupação com a segurança, mas também com a passagem de informação, de forma a promover uma resposta o mais articulada possível entre as forças de segurança e o destino, as empresas e as comunidades em questão, sendo necessário apostar também na formação a nível académico destes indivíduos, de modo a que se consiga um fluxo maior de ideias e capital humano envolvido de forma crítica na proteção dos destinos.

Em seguida, o autor refere algumas das medidas já implementadas em cadeias hoteleiras a nível internacional. Küçükaltan destaca o reforço de janelas com película de segurança, bem como a imposição de barreiras de segurança físicas à entrada dos hotéis. O autor refere o uso de vedações à volta do perímetro do hotel e a instalação de detetores de metais à entrada. Destaca-se o uso de chaves apenas por pessoal autorizado, bem como pontos de controlo, incluindo barreiras para controlo automático de veículos. O perímetro exterior poderá também ser vigiado por seguranças ou câmaras de vigilância, por precaução. A nível de vigilância, o autor destaca a utilização de imagens em circuito fechado, de forma a monitorizar as entradas do hotel e a zona de descargas, fornecer registos e assegurar a circulação de pessoas de forma segura. No entanto, acrescem ainda medidas como a utilização de sistemas informáticos para controlar a assiduidade do pessoal, a implementação de sistemas biométricos (impressão digital, reconhecimento facial, entre outros) ou ainda bloqueadores de sinal de modo a evitar detonações e espionagem através de telefones (v.d. Küçükaltan, 2006, p. 86-87).

Aqui podemos ter algumas noções das medidas implementadas a nível internacional. Embora esta lista já possa estar desatualizada nos dias de hoje é certamente uma ferramenta de grande utilidade, uma vez que permite um estudo crítico de tudo o que já foi implementado e o que poderá ser melhorado. Porém, note-se que é muito provável que nem todas as cadeias hoteleiras tenham medidas de segurança tão desenvolvidas, dependendo do panorama de segurança de cada país, bem como das possibilidades financeiras das cadeias em si. Possivelmente, algumas cadeias optam por um determinado

número e tipologia de medidas, e outras cadeias optam por algo distinto, adequando-se às realidades em que se inserem.

Além disto, a lista diz apenas respeito à situação de cadeias hoteleiras e, como se sabe, o turismo é mais do que hotelaria. Embora seja prudente combater as elevadas perdas na hotelaria devido à natureza perecível do produto, é necessário analisar que medidas se toma noutros locais de turismo. Noutros casos, podemos referir a criação de uma polícia turística, a qual opera principalmente junto dos locais onde existe maior fluxo de turistas, como se verificou nos aeroportos, junto das atrações como a Torre Eiffel ou em museus mais movimentados, ou que contenham ícones das nações onde se encontram.

Estes são locais estratégicos, pois não se trata apenas de edifícios, da mesma forma que o World Trade Center não era meramente um marco arquitetónico, tratam-se de marcos de um país, e o impacto de um atentado nestes locais é invariavelmente maior, uma vez que está associado a uma grande carga ideológica e pode resultar na destruição total de património nacional ou internacional. Em Portugal, podemos destacar um aumento da presença de membros das forças de segurança, como se verifica por vezes junto ao Cais do Sodré e na zona do Rossio e da Baixa Chiado, por exemplo, ou a colocação de barreiras físicas, visíveis na região do Mosteiro dos Jerónimos, à entrada. Assim sendo, reitera-se a importância de implementar medidas de proteção adicionais junto destes pontos, dificultando assim possíveis atos terroristas e a danificação de património, bem como, obviamente, a perda de vidas humanas.

Note-se também que, embora o autor refira que o esquema diz respeito a uma determinada cadeia hoteleira, nada implica que tal projeto seja implementado apenas dentro da hotelaria. Assim sendo, é possível que este modelo seja utilizado noutras empresas, alterando apenas a forma como se procede em algumas etapas, pois não podemos assumir que um posto de turismo ou um aeroporto reaja de forma semelhante à mesma crise, visto que são empresas e estabelecimentos com as suas próprias realidades, tanto do ponto de vista logístico, como empresarial.

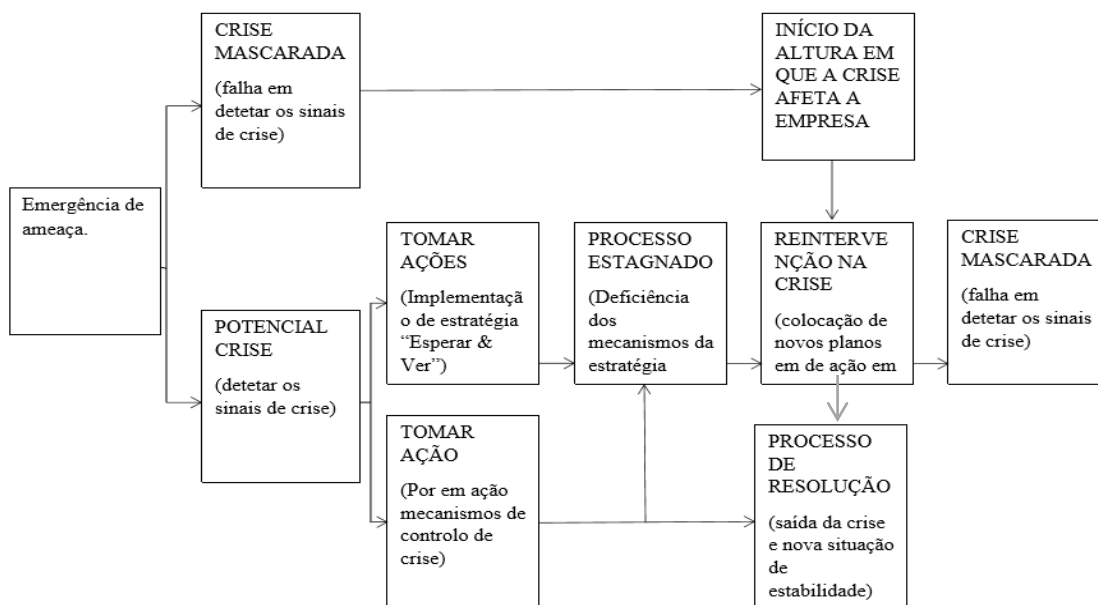


Fig.17 - Crises, os seus efeitos, e como ultrapassar crises nas empresas de turismo: Crisis Management. Fonte: Derman Küçükaltan, 2006,p.89. Adaptado

A fig.17 fornece-nos uma visão do que ocorre quando existe uma possível crise a ameaçar uma empresa do setor turístico. É possível verificar que o esquema é composto por várias ações e caminhos diferentes que podem ajudar a resolver a crise. Assim, algumas destas vias levam a uma resolução mais rápida e outras poderão demorar um pouco mais devido a falhas no planeamento ou nas medidas que seriam utilizadas para ultrapassar a adversidade em questão. Note-se que, segundo este esquema, apenas se consegue atingir uma resolução da situação desestabilizadora quando se detetam os sinais da mesma ou a empresa começa a ser afetada.

Küçükaltan também expõe um plano de ação mais detalhado que pode ser interessante de analisar, uma vez que nos dará algumas noções acerca da forma como a Turquia, um país muito envolvido no panorama turístico, lida com crises como atentados terroristas. Este plano tem como principais intervenientes organismos e agências de três esferas distintas: a esfera doméstica, inerente ao país onde a crise ocorre, a esfera externa, referente ao exterior do país e às relações com outros países, e a esfera da sede da equipa de gestão de crises, a qual opera como pivô e elo de comunicação entre as outras esferas. (v.d. anexo 1, p.98).

Este plano é deveras importante pois dá-nos uma visão para as funções que uma *task force* designada para a resolução de crises tem no terreno. A equipa de gestão de crises tem um papel pivô e reúne e contacta todas as outras agências de modo a informar, manter-se

informada, agir e requerer ação em conformidade. Embora muitas das agências não tenham um equivalente direto em Portugal, ou noutros países, a noção base daquilo que deve acontecer é, no abstrato, útil para o desenvolvimento de um plano de gestão de crise ou para compreender de que forma a EGC atua. Importa então que exista uma EGC e que os respetivos intervenientes, e responsáveis turísticos, conheçam o seu papel e o que fazer em caso de incidentes relacionados com terrorismo ou com outra crise/catástrofe. O que é mais relevante, a prevenção ou a forma como se gere a crise? Esta é uma questão difícil de responder, mas pertinente, pois é necessário que exista um equilíbrio entre as duas: quanto maior a prevenção, menos esforço de gestão será necessário.

Voltando a Hani Abdullah Ali, podemos referir os sete pontos que o autor considera importantes na recuperação de uma região turística:

1. Aumentar o orçamento para a região
2. Criar parcerias com os meios de comunicação
3. Valorizar os turistas
4. Trabalhar no campo
5. Cooperar com agências privadas
6. Tentar atingir mercados em crescimento
7. Promover eventos e inaugurações

Ali, 2013, p.4

O aumento do orçamento pretende aumentar os recursos possíveis para promover a região a nível de marketing, tentando, assim, criar estratégias de resposta imediata para combater uma possível adversidade. Uma cooperação com os meios de comunicação tende a fornecer uma resposta rápida e mais abrangente do que uma estratégia de marketing que, por norma, costuma ser orientada de forma mais específica e poderá levar mais tempo a ser desenvolvida e implementada. Ou seja, os meios de comunicação costumam abranger um público-alvo mais lato, tal como o marketing almeja atingir o seu público-alvo de forma mais eficaz. A diferença reside na carga estratégica que o marketing emprega no seu discurso, enquanto os meios de comunicação se focam meramente em transmitir a informação. Valorizar os turistas, segundo o autor, diz respeito à forma como se gere a receção dos primeiros turistas após a crise. Ali menciona o facto de algumas cadeias hoteleiras oferecerem brindes e pequenas lembranças, de modo a mostrar que os turistas de facto têm um papel muito relevante para uma determinada cadeia e, por extensão, para

o país onde a cadeia opera. O trabalho de campo, como o nome indica, diz respeito aos esforços realizados *in loco* com agências de viagem e promotores turísticos. O autor refere também a importância de convidar indivíduos conhecidos e de renome para estes eventos, de modo a atrair a mais pessoas, criando publicidade positiva, a qual ajuda a tornar a recuperação mais célere (v.d. Ali, 2013,pp.31-34).

Na questão da cooperação com as agências privadas, Ali diz-nos que tal esforço conjunto é importante por três motivos em particular. Em primeiro lugar os agentes privados, tais como as empresas, cadeias hoteleiras e agentes turísticos, estão mais alerta para mudanças nos perfis turísticos e, portanto, são mais flexíveis. Em segundo lugar, os agentes privados costumam chegar mais rapidamente aos turistas. Por fim, e talvez justificando os dois pontos anteriores, o objetivo destas agências é o ganho monetário e como tal procuram obter conselhos de especialistas com mais frequência, embora, o lucro mova estas empresas para cumprir com o primeiro e o segundo pontos (v.d. Ali, 2013,p.31-34).

O sexto ponto, a tentativa de atingir mercados em crescimento, diz respeito à capacidade que os *players* têm de captar mercados em ascensão, alocando mais recursos para a exploração dos mesmos, podendo assim tentar amenizar os efeitos da crise. Podemos aqui mencionar que o *cross-selling* pode ser uma estratégia eficaz, mudando o fluxo turístico para outras regiões, não saindo do mesmo país (v.d. Ali, 2013,p.31-34). O *cross-selling* culmina numa diversificação da oferta turística, o que posteriormente minimiza a possibilidade de os danos sentidos serem mais elevados do que numa região que tem toda a sua prática turística saturada apenas em alguns pontos.

Por fim, o autor menciona a promoção de eventos e inaugurações como uma forma de recuperar uma região afetada por determinada crise. Neste ponto, alude-se em específico à recuperação de pontos históricos que tenham sido danificados ou à reabertura dos mesmos. Assim, volta-se a destacar a importância da resiliência do turismo e a capacidade de se conseguir reconstruir ou recuperar património após uma crise (v.d. Ali, 2013,p.31-34).

Com base no referido, podemos concluir que Ali também chama a atenção para uma abordagem multidisciplinar na recuperação dos destinos após uma crise. Revela-se então a importância de uma cooperação fluida com vários intervenientes de diversas áreas, de modo a cobrir o maior terreno possível no controlo imediato dos efeitos da crise, bem como nos momentos posteriores. Verificamos também novamente a importância de

envolver os meios de comunicação e os agentes relacionados com o mercado turístico nesta recuperação.

Uma vez abordadas as questões inerentes à gestão das crises, e apresentado um plano exemplificativo, bem como algumas recomendações e estratégias possíveis, podemos agora analisar a prevenção em termos concretos, ou seja, o que está a ser feito, particularmente na esfera do combate ao terrorismo.

Em primeiro lugar, é possível defender a existência de, pelo menos, três níveis distintos de prevenção, internacional, nacional e local/regional, sendo que estes diferem obviamente na dimensão da sua área de influência, mas também nas medidas que podem ser implementadas. Existem também ações que podem ser consideradas diretas ou indiretas, pelo que as abordagens na resolução e na gestão da crise terão de ser tidas em conta conforme o nível a que se está a trabalhar, ou seja, algumas escolhas poderão estar mais orientadas para a esfera local e não para a internacional.

Algumas das medidas mais importantes são aquelas que previnem o terrorismo atacando o processo de radicalização, ou seja, planos de contra radicalização. Soares menciona alguns programas implementados na Europa, dando-nos uma visão daquilo que está a ser feito no campo da contra radicalização e contra terrorismo (v.d. Soares, 2016, pp.99-139). A autora também cita uma conferência de imprensa da Comissão Europeia de 15 de janeiro de 2014, mais especificamente a declaração de Cecilia Malmström, a qual serve de exemplo para sublinhar a urgência de ter uma ação proativa contra estes fenómenos.

[n]enhum país é poupado ao flagelo do extremismo violento. Mas ainda são poucos os Estados-Membros da EU que estão a fazer face a esta ameaça crescente. Precisamos de medidas preventivas fortes para combater o extremismo em todas as suas formas. O nosso objetivo é estimular os esforços de combate à radicalização e à violência extremistas dos Estados-Membros e fornecer um conjunto de ferramentas para as ações preventivas na Europa.

Malmström,2014

As declarações de Malmström revelam uma crescente preocupação com o extremismo em solo ocidental, mais especificamente na Europa. Podemos afirmar que existe aqui um apelo a que se tomem medidas conjuntas mais abrangentes entre os Estados-membros da União Europeia. Soares enumera alguns programas anti radicalização que visam impedir o processo de radicalização ou pará-lo, se já houver indício do seu início.

Nome	País	Data de implementação/criação
<i>Prevent</i>	Reino Unido	2003
<i>Polarisation and Radicalization Action Plan 2007-2011</i>	Holanda	2004
<i>A common and safe future: An action plan to prevent extremist views and radicalisation among young people</i>	Dinamarca	2009
<i>Action Plan against radicalization</i>	Noruega	2010
<i>Una abordagem Holística</i>	Espanha	2004

Fig.18. Estratégias de contra radicalização de estados-membro da UE. Informação adaptada sob a forma de tabela.

Fonte - Soares, 2016, p.116-129

Cada plano de ação ou estratégia tem objetivos e meios diferentes, focando-se, no entanto, na prevenção e não na *crisis management*, fazendo uso das ferramentas disponíveis dentro de cada país, mas também recorrendo à cooperação com outros estados, de forma a partilhar informação e a criar uma abordagem holística para a questão da radicalização. Do mesmo modo, seria interessante criar programas com os mesmos objetivos, mas que fizessem uso da capacidade de integração que o turismo tem, abrindo assim as portas a que se facilitasse a cooperação entre o turismo e as forças de segurança. Esta cooperação, se for bem explorada poderá inclusive fazer uso das estratégias de vigia das autoridades de forma a não afetar tanto a imagem de destino, pela presença física de elementos policiais nos locais.

Podemos também referir aqui que alguns países já teriam medidas anti terrorista há mais tempo, como é o caso do Reino Unido e até de Espanha, devido às organizações terroristas que operavam no terreno, como o IRA ou a ETA. Assim sendo, uma cooperação internacional permite também que se partilhe informação útil no combate ao terrorismo, mas também nas estratégias que podem ajudar a melhorar a resposta do turismo a este tipo de crises. Se os responsáveis turísticos forem incorporados nestas estratégias, tendo em conta o potencial de integração do turismo, é possível que surjam novos pontos de vista no que diz respeito à criação da dita abordagem holística, particularmente se forem tidos em conta os pontos mencionados por Küçükaltan, referente à vigilância de cadeias hoteleiras (v.d. Küçükaltan, 2006, p.84-90). A cooperação entre as autoridades locais e internacionais, particularmente através da partilha de informação, poderá ter resultados mais notáveis, facilitando a articulação de esforços entre as autoridades e as entidades

turísticas. Considere-se que se os hotéis e atrações turísticas forem locais seguros, os terroristas não conseguirão causar tantos danos, ou até se pode argumentar que alguns locais poderão servir de porto seguro durante uma crise, abrindo portas a quem procure auxílio, conforme mencionado no início do capítulo.

Nesse aspeto, a teoria de Galtung poderá ser a chave para começar a resolver este problema. Ao almejar uma paz duradoura e positiva, não nos guiando apenas pela criação de condições que eliminem apenas a violência direta, mas também a indireta, podemos inclusive utilizar o turismo como motor e meio para a criação desta paz. Nestes termos, o turismo é capaz de fornecer uma resposta para ambos os problemas, promovendo a integração num meio diverso e permitindo que se gere um fluxo monetário dentro das comunidades mais segregadas. Assim, podemos argumentar que, se o turismo for incorporado nas estratégias de contra radicalização e de afastamento do terrorismo, poderá haver benefícios tanto a nível social como económico.

Considerando como correto o argumento de que o terrorismo cresce, em parte, devido a más condições de vida e frustração social, podemos olhar para o potencial económico do turismo como forma de combater essa realidade, embora isso requeira uma gestão cuidada. Isto apenas se verifica se, conforme referido, se considerar que grande parte do terrorismo surge devido a esses fatores, caso contrário seria difícil de justificar a alocação de mais recursos para o combate à pobreza nas regiões mais problemáticas do globo, do ponto de vista do terrorismo.

Não obstante, podemos defender que uma economia melhor trará sempre benefícios a nível social. Podemos então afirmar que considerar o turismo como motor económico não é inteiramente descabido, embora seja necessária uma gestão cuidada do resto da economia, tentando não colocar todos os esforços num mercado tão flutuante como o turismo. Ou seja, é requerido um investimento ponderado no turismo, de modo a não alocar demasiados recursos para uma atividade que, embora resiliente, está sujeita a flutuações devido a aspetos externos como ataques terroristas ou desastres naturais.

Do mesmo modo, o turismo pode ser uma ferramenta para ligar as comunidades e limitar o crescimento de fatores potenciadores de radicalização e de violência indireta, no entanto, como se verificou no primeiro capítulo, nem todas as consequências relacionadas com um *boom* turístico são positivas, e uma mercantilização, sem olhar aos problemas sociais que surjam, pode ter impacto negativo.

### 3.4 Considerações

Conforme verificámos, os terroristas têm procurado alvos no panorama turístico. Isto quer dizer que várias organizações terroristas procuram atingir pontos diretamente ligados ao turismo, quer pela massa de pessoas que se reúne nestes espaços, quer pelo mediatismo oferecido, que se torna propaganda gratuita para essas mesmas organizações. De acordo com o que foi exposto no segundo capítulo, o terrorismo não é um fenómeno recente. Se forem tidos em conta os sequestros das aeronaves na década de 70 e 80, podemos verificar que já há muito tempo que os terroristas procuram estes alvos, pelo simples facto de atrair mais atenção e haver possibilidade de causar danos mais severos.

Considerando os dados analisados e o papel que a ECM e os *players* turísticos têm numa situação desestabilizadora, podemos afirmar que uma grande parte da gestão da adversidade depende da forma como se aborda o público e a situação em si no terreno. É imperativo manter as pessoas informadas do que está a acontecer e articular os esforços no terreno para uma rápida resolução. Caso contrário, os efeitos da crise poderão ser muito maiores, tanto no imediato como nos momentos que se seguem, aumentando o potencial para surgirem novas situações disruptivas.

No que diz respeito aos ataques terroristas direcionados contra, ou que afetam, os espaços turísticos, zonas de lazer e outros locais associados à prática de turismo, podemos considerar que estes têm consequências diretas e indiretas. As diretas impactam imediatamente a atividade turística, resultando normalmente em quebras e num golpe na economia regional, nacional, ou internacional, dependendo da importância que o turismo tem para a região. De forma indireta estes ataques causam perturbação social e cultural, provocando uma reação negativa, dando justificações a grupos extremistas e levando ao crescimento da xenofobia, o que por sua vez leva à alienação de outros grupos religiosos ou étnicos, facilitando o processo de radicalização. Isto significa que eventualmente poderão ocorrer mais atentados e, deste modo, mais danos serão causados ao turismo.

Atualmente, existem diversas formas de combater a radicalização, embora nem todas sejam eficazes, visto que este fenómeno é muitas vezes um processo silencioso e de difícil deteção. Como tal, também é importante que exista um conjunto de medidas para conter as crises ligadas ao terrorismo, de modo a prevenir e minimizar os danos causados pelos atentados. Talvez a solução resida mais na contra radicalização e não no *disengagement*,

visto que não existem dados suficientes para confirmar que um indivíduo que se afaste de uma entidade terrorista esteja desradicalizado.

É importante sublinhar que o turismo tem uma grande importância para a economia mundial, particularmente na Europa, visto que, à data desta redação, ainda é o continente que mais turistas recebe. Proteger o turismo é proteger a economia da Europa, mas é também proteger uma ferramenta com potencial para a construção de uma paz duradoura entre as comunidades mundiais.

## **Análise final**

Tendo em conta tudo o que foi exposto ao longo deste trabalho, pode-se agora proceder a uma análise final da investigação realizada.

Primeiramente, destaca-se o papel que o turismo tem no mundo. Este mercado é, nos dias de hoje, um motor importante de mudança económica, social e cultural. Na esfera económica, o turismo corresponde a cerca de 10% do produto interno bruto mundial, à data da escrita deste trabalho. Aqui se reconhece a importância da atividade no panorama global, embora o turismo seja igualmente importante enquanto motor económico, na esfera nacional, regional e local.

Na esfera social, à parte do contributo que o crescimento económico tem na vida das pessoas, o turismo surge como algo que potencia a integração, através do contacto entre indivíduos, seja esta interação feita entre os turistas e os locais, ou os turistas e os prestadores de serviços turísticos. Este é um aspeto que merece ser destacado e potenciado sempre que possível, pois poderá ser uma ferramenta muito útil no combate às situações de violência indireta, conforme descrita na teoria de Galtung.

No que concerne os ataques, será o turismo apenas vítima do seu próprio sucesso, quando é atacado por organizações terroristas, ou existe mesmo um objetivo concreto de atacar turistas e organizações turísticas? Não existe uma resposta concreta. Como se verificou, os terroristas beneficiam, em grande parte, de circunstâncias sociais negativas, algo que, no geral, acontece quando as condições económicas são piores, tornando a radicalização relativamente mais fácil, face ao oposto. Assim, podemos argumentar que, ao destruir as infraestruturas económicas do turismo, provocando grandes quebras nas receitas, os terroristas procuram desestabilizar a ordem existente e criar as condições sociais onde consigam legitimar e justificar a sua causa. Adicionalmente, um ataque dirigido a uma região onde o turismo representa uma grande parcela da economia pode provocar quebras que demoram anos a estabilizar, pelo que, por muita riqueza que o turismo gere, não devemos apostar em demasia nesta atividade, ignorando outras áreas que gerem riqueza. Contudo, a pobreza e a falta de condições de vida por si só não são motivação suficiente para levar a que um indivíduo se junte a uma organização terrorista e poucos são os estudos que realmente conseguem estabelecer uma relação de causalidade direta entre estes fatores e o radicalismo. O que é passível de ser argumentado é que tais condições

de vida e a segregação sentida podem servir de legitimação para a retórica extremista que os terroristas utilizam. É também por estas razões que se deve realizar uma análise cuidada das interações entre os indivíduos no meio turístico, de modo a evitar criar uma paz negativa, ou seja, uma paz que não se baseia em eliminar todas as condições de violência indireta como a segregação ou a discriminação.

No que diz respeito ao terrorismo, podemos afirmar que o mesmo é, de facto, um conceito lato, sem ter uma única definição correta. Porém, é possível tentar descobrir as suas origens e perceber em que circunstâncias se gera o terrorismo. Sabemos então que o terrorismo tem uma carga política adjacente e serve como meio para atingir os objetivos de determinada organização.

O terrorismo de matriz islâmica tem na sua base um conjunto de crenças mais fundamentalistas e o elevado número de atentados dentro desta esfera do terrorismo pode até ser explicado pela aritmética simples do número de seguidores desta religião; ou seja, numa religião com vertentes mais radicais e com um número considerável de seguidores, é natural que possam surgir mais extremistas. Contudo, importa também olhar para as ações que permitiram que essas vertentes existissem e se tornassem mais fortes, pois só assim se consegue perceber melhor este fenómeno.

A questão mais sensível passa por compreender que o Islão, em muitos países, opera num sistema teocrático em que a linha entre a política e a religião é, por vezes, muito ténue. Tendo em conta que o terrorismo é uma ferramenta para atingir os objetivos políticos, gera-se uma situação muito difícil de resolver, pois não se consegue tão facilmente combater uma ideologia da mesma forma que se consegue negociar condições com outros grupos terroristas que procuram a libertação de determinado país ou dos seus presos políticos, por exemplo.

Conforme verificámos, existem motivos para as organizações terroristas atacarem diretamente o turismo e os turistas, quer seja por motivos ideológicos, quer seja por motivos estratégicos. Isto indica que os terroristas utilizaram (ou tentarão utilizar, pelo menos) os seus recursos de forma a provocar a maior quantidade de danos possíveis, forçando a que haja do lado oposto uma estratégia contrária para mitigar tais efeitos. Como tal, e de forma a minimizar ou evitar perda de vidas humanas e recursos, é necessária uma abordagem cuidada, apostando mais na prevenção e na gestão da crise. Assim, promove-se uma abordagem em todos os sentidos, desradicalizando em cenários

mais concretos e, num sentido mais lato, apostando em medidas de desvinculação da atividade terrorista. Se, de facto, parte do problema reside nas más condições de vida e na frustração social, será prudente alocar recursos para erradicar essas situações na raiz da sua existência. É necessário que exista uma abordagem holística para combater o terrorismo, uma abordagem que coloque em campo os membros das comunidades mais isoladas e segregadas, para que haja esforços conjuntos para evitar que se espalhe o sentimento de xenofobia.

Ao olharmos para o turismo como uma ferramenta multidisciplinar com potencial para ser utilizada no combate ao terrorismo, e outros fenómenos que impactam negativamente a sociedade, podemos começar a planear e a gerir esta atividade de forma diferente. Uma abordagem holística entre os membros do panorama turístico e as autoridades locais poderá ser uma ótima forma de minimizar a capacidade que o terrorismo tem de recrutar elementos e de causar danos substanciais a uma estrutura económica e social em determinados locais do globo. O turismo poderá assim contribuir para a criação de uma paz mais substancial e menos fragilizada, que não dependa tanto de políticas que muitas vezes são deslocadas da realidade, por serem tomadas a um nível superior, sem ter em conta o impacto real junto das populações. Portanto, justifica-se que os membros das comunidades e do turismo local sejam ouvidos e as suas sugestões sejam tidas em conta na criação de um futuro mais estável para todos.

Por fim, no centro do debate estão o indivíduo e a sua esfera de influência. Como verificámos, a complexidade destes assuntos leva a que não se resumam a uma análise do turismo ou do terrorismo isoladamente, existindo pontos de vista e informação disponível que vão até às bases mais filosóficas do ser humano, desde a conceção do Estado e da legitimidade para exercer a sua soberania, às questões relacionadas com a paz, com a sociedade, com a economia, com a psicologia, com a geopolítica, entre outras áreas. É muito fácil cair no erro de discutir temas como estes de forma isolada e sem pensar na base da sua construção, que é, de facto, o indivíduo e a sua ação sobre o mundo.

Podemos afirmar então que o turismo e o terrorismo devem ser analisados tanto de forma isolada como de forma inter-relacional, abordando a discussão de diversos pontos de vista e através de lentes das mais variadas áreas de estudo.

## Referências

- Alcantara, C. (2017) 46 years of terrorist attacks in Europe, visualized. *The Washington Post*. [online] Disponível em <https://wapo.st/2PMGEwE>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Allen, C. (2007) *Threat of Islamic Radicalization to the Homeland*. U.S. Senate. p.4 [online] Disponível em <https://bit.ly/2NnxXqU>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Ali, H. (2013) Libyan Tourism and Rescuing Strategy ((Importance of Image)). *Global Journal of Management and Business Research Accounting and Auditing*. Vol 13. No. 3. [online] Disponível em <https://bit.ly/2xgSoR9>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Alkan, N. (2002). *Gençlik ve Terörizm*, Ankara TEMUH Yay., No.9.
- Bakker, E. Graaf, B. (2014) *Towards a Theory of Fear Management in The Counterterrorism Domain: A stocktaking Approach*. ICCT. [online] Disponível em <https://bit.ly/2yh5iyd>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Bastiat, F. (2007). *The Law*. Ludwig Von Mises Institute. Auburn, Alabama. [online] Disponível em <https://bit.ly/2IQRzmG>. Acedido em 11 de outubro de 2018.
- Beaugrande R.A., Dressler W.U. (1981), *An Introduction to Text Linguistics*, London & New York, Longman. p.1-13.
- Beni, C. (2003). *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph.
- Business Dictionary, 2018. Disponível em <https://bit.ly/2qk4KXV>
- Buzan, B.(1984). Economic Structure and international security: The limits of liberal case. *International Organization*.
- Bysyuk, V. (2010). *Impact of 9/11 Terrorist Attacks on US and International Tourism Development*. Universidade de Viena. [online]. Disponível em [https://www.modul.ac.at/uploads/files/Theses/Bachelor/BYSYUK\\_Impact\\_of\\_9\\_11\\_on\\_US\\_and\\_International\\_Tourism\\_Development.pdf](https://www.modul.ac.at/uploads/files/Theses/Bachelor/BYSYUK_Impact_of_9_11_on_US_and_International_Tourism_Development.pdf). Acedido em 26 de maio de 2019.
- Cf. Comissão Europeia. (15 Janeiro 2014). *Comunicado de Imprensa: Reforçar a resposta da EU à radicalização e ao extremismo violento*. p.1. [online] Disponível em [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-14-18\\_pt.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-18_pt.htm). Acedido em 04 de outubro de 2018
- Chivers, C. Schmitt, E. Mazzetti, M. (2013) In turnabout, Syria Rebels Get Libyan Weapons. *The News York Times*. [online] Disponível em <https://nyti.ms/2LO5OsK>. Acedido em 08 de outubro de 2018.
- Clausewitz, C. (1999) *On War*. Wordsworth Editions Limited. Ware, Hertfordshire.
- Clayton, A. Korstanje, M. (2012) Tourism and Terrorism: conflicts and commonalities. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*. Vol.4. No. 1. [online] Disponível em <https://bit.ly/2yEI85k>. Acedido em 12 de outubro de 2018
- Coggiola, O. (2007). *Islão Histórico e Islamismo Político*. São Paulo. Instituto da Cultura Árabe.

- Cohen, E., (1988) “Authenticity and Commoditization in Tourism”, *Annals of Tourism Research*. Vol, 15, p.371-386. [online] Disponível em <https://doi.org/10.1177/004728758902700366>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Almeida Cravo, T. (2016) Os Estudos para a Paz. Presente na obra *Segurança Contemporânea*. Coordenação de Duque, R. Novo, D e Almeida e Silva, T. Edições Pactor. Lisboa.
- Cruz, M. (2018) “Portugal é dos que mais depende do turismo: vale nove em cada 100 euros na economia”. *Observador*. [online] Disponível em <https://bit.ly/2xnYU8F>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Cunha, L., Abrantes, A. (2013). *Introdução ao turismo*. Lisboa: Lidel Edições Técnicas.
- Cunha, L. (2017). *Turismo e Desenvolvimento*. 1ª ed. Lisboa: Lidel Edições Técnicas.
- Durvasula, R. (2018) *Narcissist, Psychopath, or Sociopath: How to Spot the Differences*. [online video]. Disponível em <https://youtu.be/6dv8zJiggBs>. Acedido em 12 de outubro de 2018
- Echtner, C., Ritchie J. (2003) “Meaning and Measurment of Destination Image”. *Journal of Tourism Studies*. Vol. 14, No.1, p.37-46. [online] Disponível em <https://bit.ly/2MJxijr>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Elkington, J. (1995). *Enter the Triple Bottom Line*. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2RA0SiH>. Acedido em 25 de maio de 2019.
- Fernandes, J. (2016) O Daesh cresce no multiculturalismo de gueto na Europa. *O Público*. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2IVjUbo>. Acedido em 12 de outubro de 2018.
- Fernandes, J. (2017) *O Regresso da Geopolítica*. 1ª ed. Coimbra: Edições Almedina
- Figueira, V. Dias, R. (2011) *A Responsabilidade Social do Turismo*. 1ª ed. Lisboa: Escolar Editora.
- Galtung, J. (1969) Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*. Vol.6. No.3. p.167-191. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2vCp44W>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Galtung, J. (1990) “Cultural Violence”, *Journal of Peace Research*, Vol.27. No.3. p. 291-305 [online]. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/423472>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Gerhardt, W. (2008) Prosumers: A New Growth Opportunity. *Cisco Internet Business Solutions Group (IBSG)*. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2yeWQjV>. Acedido em 11 de outubro de 2018
- Gassin (2004). “Conclusions,” *Jeune-Ville-Violence*, sous la direction de N. Sillamy, Paris, L’Harmattan. p.254
- Giplin, R. (1981) *War and change in world politics*. Cambridge University Press, Nova Iorque.
- Godfrey,K. (2017) Paris Tourism Hits Ten Year High - despite recent terrorist attacks throughout the country. *Express*. [online] Disponível em <https://bit.ly/2DcIGot>. Acedido em 04 de outubro de 2018

- Govers,R., Go,F. (2005) Projected Destination Image Online: Website Content Analysis of Pictures and Text. *“Information Technology & Tourism”*. Vol.7, p.73-89. [online] Disponível em <https://bit.ly/2xIP0og>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Grosspietsch, M. (2005). Can tourism provoke terrorism?. *Sustainable development through Tourism*. No.3. [online]. Disponível em [www.sd-tourism.org](http://www.sd-tourism.org)
- Haar, E. Hayekian Spontaneous Order and the International Balance of Power. *The Independent Review*. Vol.16. N.1. p.101-118. [online] Disponível em <https://bit.ly/2OVD2vi>. Acedido em 11 de outubro de 2018
- Hassan, N. (2001) An Arsenal of Believers. *The New Yorker*. p.36-41
- Hayek, F. (1969) *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. Touchstone.
- Hirschman, A. (1980). *National Power and the Structure of Foreign Trade*. Berkley University of California Press.
- Hobbes, T. (2014) *Leviathan*. Wordsworth Editions Limited. Ware, Hertfordshire.
- Hoffman, B. (1998) *Inside Terrorism*. New York, NY: Columbia University Press.
- Hoppe, H. (2016). *A Theory of Capitalism and Socialism*. Ludwig Von Mises Institute. Auburn, Alabama.
- Horgan, J. (2008). Deradicalization or Disengagement?. *Perspectives on Terrorism*. Vol. 2, No. 4. [online] Disponível em <https://bit.ly/2nMGhaK>. Acedido em 04 de outubro de 2018.
- Hunziker, W. & Krapft, K. (1942) *Grundriss der Allgemeinen Fremdenverkehrslehre*. Zúrique.
- Küçükaltan, D. (2006). *Tourism and Terrorism: An Experience of Turkey and the World*. 1ª ed. iUniverse.
- Kelly, J.M., Mitchell, H.T. (1984) *Transnational Terrorism and the Western Elite Press. Media Power in Politics*. Washington, CQ Press. [online] Disponível em <http://www.nber.org/papers/w9074>. Acedido em 15 de outubro de 2018
- Krueger, A. Maleckova, J. (2002) Education, Poverty, Political Violence and Terrorism: is there a causal connection? *National Bureau of Economic Research*.
- Lara. S. (2002). *Imperialismo, descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa, ISCSP-UTL.
- Lara, S. (1997). *Fundamentalismo: Ideologia Contemporânea*. Lisboa, Universidade Moderna.
- Locke, J. (2014) *An Essay Concerning Human Understanding & Two Treatises of Government*. Wordsworth Editions Limited. Ware, Hertfordshire.
- MacCannell, D. (1973) Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourist Settings. *American Journal of Sociology* Vol.79 No. 3. p.589-603.
- Mações, M. (2017). *Da Gestão Tradicional à Gestão Contemporânea*. 1ª ed. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.

- MacCannell, D. (1973). “Staged Authenticity: Arrangement of Social Space in Tourist Settings”. *American Journal of Sociology*. Vol.79, No 3. p.589-602. [online] Disponível em <https://bit.ly/2xnnlhk>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- Mansfield, E.,Pollins, B. (2001). Study of Interdependence and Conflict: recent advances, open questions, and directions for further research. *Journal of Conflict Resolutions*. Vol.45, No.6. p.834-859 [online]. Disponível em <https://bit.ly/2Em3IH8>. Acedido em 13 de outubro de 2018.
- Maslow, A. H. (1943). A theory of human motivation. *Psychological Review*, Vol.50(4), p.370-396.
- Matos, Hermínio, J. (2011). O Terrorismo Internacional de Matriz Islamista: A *intelligence no contraterrorismo*. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional
- Marc, D. (2017) How September 11 Affected The U.S. Stock Market. *Investopedia*. [online] Disponível em <https://bit.ly/2O4ujaD>. Acedido em 04 de outubro de 2018.
- Mises, L. (1999) *Human Action*. Ludwig Von Mises Institute. Auburn, Alabama. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2hWUUFY>. Acedido em 11 de outubro de 2011.
- Monjardino, M. (2016) Terroristas viram-se para quatro novos “principais alvos”: a análise de Miguel Monjardino. *Expresso*. [online] Disponível em <https://expresso.pt/internacional/2016-03-22-Terroristas-viram-se-para-quatro-novos-principais-alvos-a-analise-de-Miguel-Monjardino#gs.dxd8an>. Acedido em 26 de maio de 2019.
- Moreira, A. (2014). *Ciência Política* 6ª Ed. Edições Almedina. Coimbra.
- N.D. (1999) *Código Mundial de Ética do Turismo*. [online] Disponível em <https://bit.ly/2pUzhbE>. Acedido em 12 de outubro de 2018.
- N.D. (N.D. Atlas Mundial de Dados. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2Iwam6u>. Acedido em 25 de maio de 2019.
- N.D (2018) How Augmented Reality is Revolutionising the Travel Industry. *Revfine*. [online]. Disponível em <https://www.revfine.com/augmented-reality-travel-industry/>. Acedido em 13 de outubro de 2018.
- N.D. (2003) *Understanding Tourism: Basic Glossary* [online] Disponível em <https://bit.ly/2MFTTOT>. Acedido em 04 de outubro de 2018
- N.D. (2016) Tourism, a catalyst for peace and development. [online] Disponível em <https://media.unwto.org/press-release/2016-07-14/tourism-catalyst-peace-and-development>. Acedido em 26 de maio de 2019
- N.D. (2017) UNWTO PR 17027. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2NNI6Sf>. Acedido em 04 de outubro de 2018.
- N.D (2017) UNWTO Tourism Highlights. [online] Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419029>. Acedido em 04 de outubro de 2018.
- N.D (2017) WTTC Economic Impact 2017 France. [online] Disponível em <https://bit.ly/2yibJTR>. Acedido em 04 de outubro de 2018.

- N.D. (2018) UNWTO PR 18003. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2B1TsqY>. Acedido em 04 de outubro de 2018.
- N.D (2018) 'It is the ugliest, beastliest town in the universe' – what 18th century tourists thought of Europe's great cities. *The Telegraph*. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2Ad5TDk>. Acedido em 15 de outubro de 2018.
- N.D. (2019) Tunísia cresceu 42% em turistas internacionais em 2018. *Publituris* [online]. Disponível em <https://www.publituris.pt/2019/04/02/tunisia-cresceu-42-em-turistas-internacionais-em-2018/>. Acedido a 26 de maio de 2019.
- Pinto, M. (2003). “*Infieis na Terra do Islão*”: *Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pires, N. (2016). Resposta ao Jihadismo Radical: Políticas e estratégias para Vencer grupos como a Al-Qaeda ou o DAESH. 1ªed. Alcochete: Editorial Nexo Literário.
- Pizam, A. & Smith G.(2000) *Tourism and Terrorism: A Quantitative Analysis of Major Terrorist Acts and Their Impact on Tourism Destinations* . [online]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.5367/000000000101297523>. Acedido em 25 de maio de 2019. p.124.
- Polachek, S. (1980) Conflict and trade. *Journal of Conflict Resolution*.
- Rapoport, D. (2002), The Four Waves of Rebel Terror and September 11. *Anthropoetics* Vol 8, no. 1. [online] Disponível em <http://anthropoetics.ucla.edu/ap0801/terror/>. Acedido em 04 de outubro de 2018.
- Ripsman, N., Blanchard, J. (1996). Commercial liberalism under fire: Evidence from 1914 and 1936. *Security Studies*.
- Schmid, A. (2004). Terrorism- The Definitional Problem. *Case Western Reserve Journal of International Law*. Vol.36. No. 2. pp.375-419. [online]. Disponível em <https://bit.ly/2qjfVgF>. Acedido em 26 de maio de 2019
- Schmid, A. (2012). *The Revised Academic Consensus Definition of Terrorism*. [online] Disponível em <http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/schmid-terrorism-definition/html>. Acedido em 25 de maio de 2019.
- Almeida e Silva, T. (2016). *Islão e o Fundamentalismo Islâmico: das Origens ao Século XXI*. 2ª ed. Lisboa: PACTOR.
- Smith, O. (2018) Revealed: The Countries that Rely Most on Your Money. *The Telegraph*. [online] Disponível em <https://bit.ly/2xD3y5s>. Acedido em 04 de outubro de 2018.
- Soares, F. (2017). *A Radicalização Salafista-Jihadista Na Europa*. 1ª ed. Lisboa: ISCP - ICPSI - ICPSI.
- Staley, E.(1939).*The world economy in transition*. Conselho de Relações Externas, Nova Iorque.
- Tucídides (2015). *História da Guerra do Peloponeso*. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Toffler,A. (1999). *The Third Wave*. New York, USA: Bantam Doubleday Dell Publishing Group Inc.

Upadhayaya, P., Böker, U., Sharma, S. (2011) Tourism amidst Armed Conflict: Consequences, Copings and Creativity for Peace-building through Tourism in Nepal. *The Journal of Tourism and Peace Research*. Vol.1. No.2. p.22-40. [online] Disponível em <https://bit.ly/2yeGBDg>. Acedido em 12 de outubro de 2018.

Villiers, D. (2018) Cornerstones for a Better World: Peace, Tourism and Sustainable Development. *International Handbook on Tourism and Peace*. Centre for Peace Research and Peace Education. Klagenfurt University. [online] Disponível em <https://bit.ly/2PIFYZc>. Acedido em 04 de outubro de 2018.

Viner, J. (1951) *International economics*. Free Press, Glencoe.

## **Anexos**

Anexo 1. Plano de Ação de uma EGC, segundo Küçükaltan (v.d. 2006, p.92-98).

### **Plano de ação**

Incidente: um ato violento que resulta na morte ou ferimento de turistas e em danos físicos numa região turística.

#### **Primeiras 2 horas**

##### **Organização Doméstica:**

- As entidades de turismo regional de relevância informarão os administradores.
- Os administradores da região informarão o presidente ou vice-presidente da equipa de gestão de crises e depois entrarão em contacto com os departamentos civis, bem como com as autoridades dos negócios locais e/ou operadores turísticos.

##### **Sede:**

- Depois de o ministério estar informado acerca do que sucedeu, os membros da equipa de gestão de crise (EGC) entrarão imediatamente em ação.
- Será pedida informação detalhada aos departamentos de informação turística e de administração local.
- A EGC entrará em contacto com o departamento de inteligência nacional, ministério da administração interna, ministério de negócios estrangeiros, presidentes de câmara e departamentos de turismo locais e regionais.
- Departamentos estrangeiros, particularmente aqueles referentes às nacionalidades dos turistas envolvidos no incidente, deverão ser contactados e instruídos de forma a acompanhar os media estrangeiros; até que ponto poderão fornecer informação a terceiros será discutido.

##### **Organização externa:**

- Agências de relações públicas serão informadas; A descrição do incidente pelos media será monitorizada, documentada e transmitida ao diretor geral de publicidade.

#### **Primeiras 6 horas**

##### **Organização Doméstica:**

- O desenrolar do incidente será acompanhado de perto pelos departamentos de administração turística local e de informação. A informação sobre os envolvidos deverá ser recolhida de forma rápida, ou seja, as identidades dos turistas feridos, as suas nacionalidades, estado de saúde, tratamento médico, centros de saúde ou hospitais relevantes, os seus contactos e operadores turísticos. Dever-se-á manter um fluxo de informação constante com a equipa de gestão da crise
- Agências diplomáticas locais (se existirem) serão informadas.
- Contacto com a imprensa será efetuado conforme as instruções da EGC e do departamento de imprensa e relações públicas.
- Autoridades civis relevantes serão avisadas de forma a impedir que a imprensa publique imagens chocantes.
- Os ministérios deverão fornecer pessoal de reforço sempre que necessário
- Dever-se-á cuidar dos familiares dos feridos

##### **Sede (EGC)**

- A equipa deverá avaliar toda a informação que recebe, determinar o caminho de ação mais adequado, adaptando-se à distribuição de tarefas anterior. Dentro desta infraestrutura:
- Fundações e instituições importantes serão informadas das ações a tomar, informações úteis e pedidos.

- A informação a ser passada pelo porta-voz terá de ser aprovada pelo departamento de imprensa e relações públicas.
- A informação será formatada e reportada ao porta-voz autorizado.
- A informação a ser dada a entidades diplomáticas importantes será analisada e depois reportada.
- A descrição do incidente a nível doméstico será acompanhada e constantemente transmitida ao departamento de imprensa e relações públicas. Quando necessário, situações muito sensacionalistas serão bloqueadas pelos departamentos supracitados. A descrição do incidente a nível externo será acompanhada e constantemente transmitida pelos órgãos externos.

**Organização Externa:**

- A descrição pelos media externos será sempre transmitida à EGC.
- Embora terceiros (incluindo instituições) estejam a par de toda a informação, nenhum dos limites estabelecidos pela EGC deverá ser ultrapassado e as ações a tomar deverão estar de acordo com o estipulado pelas agências de relações públicas.
- Deverão obter-se obter as informações necessárias, referentes a contactos pessoais, através dos operadores turísticos, de forma a contactar os familiares dos feridos.
- A informação enviada a partir da EGC será reportada ao consulado geral e/ou consultadoria de imprensa.

**Primeiras 12 Horas**

**Organização Doméstica:**

- O estado de saúde das vítimas do incidente será observado de perto, e os familiares presentes serão vigiados. Informação importante será passada à EGC.
- O contacto com agências de turismo locais e civis continuará. Qualquer informação, incluído a detenção de suspeitos, as medidas de segurança implementadas e reparação de danos, será transmitida à EGC.

**Sede (EGC):**

- A descrição do incidente a nível doméstico e externo será comunicada à EGC através do diretor geral de imprensa e informação e de órgãos externos e será avaliada. Os resultados serão comunicados aos diretores de imprensa e relações públicas, bem como ao diretor de publicidade.
- Será determinado se se deverá fazer uma conferência de imprensa. No caso de isto se verificar, a preparação necessária será levada a cabo em conjunto com as agências de imprensa e relações públicas.
- Cópias da conferência de imprensa serão enviadas aos órgãos externos e domésticos, ao ministério dos negócios estrangeiros e outras entidades relevantes dentro do sector.
- Quando for necessário, serão marcadas reuniões com instituições do sector turístico, de forma a persuadi-los a tomar decisões e determinar princípios de cooperação.
- Serão preparadas mensagens e diretrizes orientadas para instituições de turismo internacionais, agências de viagem, e media com apoio de agências de relações públicas estrangeiras através dos órgãos externos. Serão enviadas cópias destas mensagens às organizações domésticas e externas, câmaras municipais, secretariados e ministério dos negócios estrangeiros.

**Organização externa:**

- Os comunicados de imprensa oficiais, relativos a rotas de viagem dentro do mercado serão observados de perto e, caso contenham informações que impactem negativamente a procura turística, o ministério será informado em primeiro lugar, de modo a tomar medidas contra estas condições. De acordo com estas situações, as agências diplomáticas serão convencidas a tomar medidas e serão formados grupos de pressão civis em colaboração com operadores turísticos a patrocinar o país, organizações turísticas e grupos não-governamentais.
- A coordenação e uniformização das mensagens será assegurada entre agências de relações públicas contratadas por agências diplomáticas para publicidade política e *lobbies* e firmas responsáveis pelas relações públicas em turismo.
- A informação sobre o trabalho de campo será passada à EGC.

### **Primeiras 24h e depois**

#### **Organização Doméstica:**

- As organizações intervenientes continuarão a prestar apoio às vítimas do incidente e a comunicar informação sobre o seu estado de saúde à EGC, a qual será passada aos seus familiares através dos departamentos responsáveis.
- Após a recuperação das vítimas, as organizações contribuirão (com hospedagem, bilhetes, entre outros serviços) para que possam regressar ao seu país de origem.
- As reservas e outros *trends* no mercado turístico continuarão a ser observados de perto; os efeitos da crise serão então reportados à EGC

#### **Sede:**

- Será recolhida a informação necessária acerca de alterações nas reservas a partir de organizações domésticas, órgãos externos, operadores e outros intervenientes relevantes, sendo posteriormente avaliada. Será então feita uma estimativa e previsão do impacto do incidente na procura e rendimento.
- Quando necessário, o diretor geral de publicidade dará ordens para que os órgãos externos parem temporariamente as suas campanhas de publicidade e desenhará novas campanhas de relações públicas enviando-as à sede, de forma a focar-se em reparar a imagem de destino.
- Sempre que necessário, serão feitas revisões às campanhas de publicidade externas, nomeadamente: mensagem, anúncios, plano de media e orçamentos.
- As partes do sector prejudicadas pelo incidente e a dimensão das perdas será determinada, e, quando necessário, serão desenvolvidos programas que amenizem esse impacto, aumentem a competitividade e revitalizem a procura.

#### **Organização Externa:**

- Os efeitos da crise serão observados, incluindo padrões alterados nas reservas, nível de tensão no consumidor, a forma como a crise foi retratada nos media, contra ataques por parte da competição e mudanças no mercado. Estas informações serão passadas ao ministério. Com a colaboração da publicidade e/ou agências de relações públicas, a conformidade das estratégias de comunicação, mensagens, técnicas criativas, sketches de anúncios, e planos de media serão verificados e, se necessário, alterados e apresentados ao diretor geral de publicidade.